



Prefeitura do Município de São Paulo
Departamento de Contadoria

**Relatório Técnico do
Balanco Geral de 2022**

Relatório Técnico do Balanço Geral de 2022

Relatório
Técnico
sobre a
Prestação
de Contas



Publicação da Secretaria Municipal da Fazenda

São Paulo - março de 2023.

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Ricardo Nunes

SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA

Ricardo Ezequiel Torres

SECRETÁRIO ADJUNTO

Luis Felipe Vidal Arellano

CHEFE DE GABINETE

Evandro Luis Alpoim Freire

SUBSECRETÁRIO DO TESOIRO MUNICIPAL – SUTEM

Henrique de Castilho Pinto

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE CONTADORIA – DECON

Emerson Onofre Pereira

DIVISÃO DE CONTROLES CONTÁBEIS – DICOC

Renata Farias Freire de Souza

DIVISÃO DE CONTABILIDADE DE RECEITAS E DE IMPOSTO DE RENDA – DIGIR

Ana Paula Vieira da Silva

DIVISÃO DE GERENCIAMENTO DO SISTEMA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – DISEO

Iranice Aparecida Santos Ruivo

DIVISÃO DE CONTABILIDADE – DICON

José Carlos Palacios Munoz

DIVISÃO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS CONTÁBEIS – DIGER

Paulo Mauricio de Oliveira Duarte

ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO

EQUIPE TÉCNICA

Angela Cristina Schneider

Felipe Reis de Sousa

Karen Cheda Ferreira

Marcia Correia Jusius

Sumário

APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO TÉCNICO DO BALANÇO GERAL DE 2022	2
PRINCIPAIS DISPOSITIVOS LEGAIS	5
REFLEXOS DECORRENTES DA PANDEMIA DA COVID-19	6
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS RELATIVAS AO ENFRENTAMENTO DA COVID-19	6
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS RELATIVAS AO ENFRENTAMENTO DA COVID-19	6
ACOMPANHAMENTO DAS FONTES DE RECURSOS RELATIVAS À COVID-19	7
ANÁLISE ORÇAMENTÁRIA	9
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA	9
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	9
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	20
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	28
INDICADORES ORÇAMENTÁRIOS	29
ANÁLISE PATRIMONIAL	32
ATIVO	33
PASSIVO	43
PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	49
SUPERAVIT FINANCEIRO.....	51
INDICADORES PATRIMONIAIS	52
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	54
ANÁLISE FINANCEIRA.....	58
INGRESSOS	58
DISPÊNDIOS	61
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA.....	63
FLUXOS DE CAIXA.....	64
INDICADORES FINANCEIROS E DE FLUXOS DE CAIXA.....	66
GESTÃO FISCAL.....	68
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA.....	68
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	69
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL	70
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE	73
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	74
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL	75
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR	76
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL	77
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM	78
PRINCIPAIS DADOS APRESENTADOS PELA CGM EM 2022	78
PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS NO EXERCÍCIO DE 2022	79
CONCLUSÃO	79

Apresentação do Relatório Técnico do Balanço Geral de 2022

Este Relatório tem como objetivo oferecer aos interessados a instrumentalização do controle social, com vistas a alcançar os vários segmentos da sociedade, utilizando uma linguagem simples e didática, fornecendo subsídios essenciais à análise e verificação dos resultados apresentados pela Prefeitura do Município de São Paulo no exercício de 2022, sob os aspectos patrimonial, financeiro e orçamentário.

O Departamento de Contadoria, integrante da Subsecretaria do Tesouro Municipal pertencente à Secretaria Municipal da Fazenda, na qualidade de órgão central de contabilidade, apresenta à sociedade e demais interessados a prestação de contas da Prefeitura do Município de São Paulo na forma de Balanço Geral de 2022 em cumprimento ao inciso XI do artigo 69 da Lei Orgânica Municipal.

O Balanço Geral retrata a execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, refletindo a unificação orçamentária disposta no Orçamento Programa para o exercício financeiro de 2022 e abrange os órgãos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo e os órgãos do Poder Legislativo, a saber:

Administração Direta		Administração Indireta	
Poder Executivo	Qtd.	Poder Executivo	Qtd.
Secretarias	19	Agência Reguladora de Serviços Públicos do Município SP	1
Fundos	18	Autarquia Hospitalar Municipal (encerrada em 2022)	1
Subprefeituras	32	Autoridade Municipal de Limpeza Urbana (em fase de extinção)	1
Controladoria Geral do Município	1	Cinema e Audiovisual de São Paulo	1
Procuradoria Geral do Município	1	Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo	1
Encargos Gerais	1	Fundação Paulistana de Educação, Tecnologia e Cultura	1
		Fundação Theatro Municipal de São Paulo	1
		Fundo Municipal de Habitação	1
		Fundo Municipal de Limpeza Urbana	1
Poder Legislativo	Qtd.	Hospital do Servidor Público Municipal	1
Câmara Municipal de São Paulo	1	Instituto de Previdência Municipal de São Paulo	1
Tribunal de Contas do Município de São Paulo	1	São Paulo Turismo	1
Respectivos Fundos	2	São Paulo Urbanismo	1
		Serviço Funerário do Município de São Paulo	1
		Fundo Financeiro - FUNFIN	1
		Fundo Previdenciário - FUNPREV	1
Total de 92 órgãos			

Em agosto de 2022 houve o encerramento, no Sistema de Orçamento e Finanças – SOF, da Autarquia Hospitalar Municipal – AHM, que se encontrava em processo de extinção (com base no artigo 45 da Lei nº 17.433/2020), cujas regulamentações relativas a bens patrimoniais, pessoal, cargos, serviços, contratos, acervo e recursos orçamentários, constaram do Decreto nº 59.685/2020.

Ademais, está em processo de extinção a Autoridade Municipal de Limpeza Urbana – AMLURB, cuja extinção foi estabelecida no artigo 42 da Lei nº 17.433/2020 e regulamentada pelo Decreto nº 60.353, de 30 de junho de 2021, que dispôs sobre a operacionalização da

extinção da AMLURB, nos termos do artigo 32 da Lei nº 17.433/20 e instituiu a Comissão Especial de Transição Institucional de Limpeza Urbana. Outrossim, o Decreto nº 60.941, de 23 de dezembro de 2021, dispôs sobre a inventariança e a transferência de direitos, obrigações e de bens da AMLURB, especificou as competências definidas no Decreto nº 60.353/21 e alterou disposições.

Ainda conforme a Lei nº 17.433/2020, que dispõe sobre a reorganização da Administração Pública Municipal Indireta, incluindo a criação e extinção de entidades, está autorizado ao Poder Executivo a realizar a extinção do Serviço Funerário do Município de São Paulo - SFMSP; da Fundação Paulistana de Educação e Tecnologia - FUNDATEC e da São Paulo Turismo S.A. - SPTURIS.

Em 18/11/2021 houve a publicação da Emenda nº 41 à Lei Orgânica do Município de São Paulo que estabeleceu regras do Regime Próprio de Previdência Social do Município de São Paulo de acordo com a Emenda à Constituição Federal nº 103/2019.

A referida Emenda nº 41/201 dispõe em seu artigo 36 que, até que entre em vigor lei que equacione o déficit financeiro e atuarial de que trata o §1º do art. 9º da EC 103/2019, o RPPS do Município de São Paulo fica reorganizado e financiado, mediante a segregação em dois planos de custeio, sendo um fundo de repartição simples e outro de capitalização. Assim, foram criados o Fundo Financeiro – FUNFIN (§ 4º do art. 36) e Fundo Previdenciário – FUNPREV (§ 8º do art. 36). Além disso, em 18/03/2022 houve a publicação do Decreto nº 61.151, que dispôs sobre o custeio do RPPS dos servidores públicos de São Paulo e adesão ao Regime de Previdência Complementar.

O Balanço Geral encontra-se em pleno acordo com as normas de direito financeiro estabelecidas pela Lei nº 4.320/64, com as diretrizes fixadas pela Lei Complementar nº 101/2000 e com as disposições gerais contidas no Decreto Municipal nº 61.004, de 13 de janeiro de 2022 e alterações, relativas às normas referentes à execução orçamentária, financeira e patrimonial para o exercício de 2022 e no Decreto Municipal nº 61.991, de 18 de novembro de 2022 e alterações, que dispôs sobre o encerramento do exercício orçamentário de 2022 das Administrações Direta e Indireta.

Este Relatório inclui as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), atendendo ao Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP 9ª edição e às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - NBCTSP, compostas por:

- Balanço Patrimonial;
- Demonstração das Variações Patrimoniais;
- Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido;
- Balanço Orçamentário;
- Balanço Financeiro;

- Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- Notas Explicativas.

Os dados para a elaboração do Balanço Geral do Município de São Paulo foram obtidos da escrituração realizada pelos órgãos e entidades das Administrações Direta e Indireta no Sistema de Orçamento e Finanças – SOF, em conformidade com o plano de contas único deste Município, o qual se encontra em consonância com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP, instituído pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

Neste Relatório está evidenciado o cumprimento das metas de resultados de receitas e despesas conforme a Lei Municipal nº 17.729, de 28 de dezembro de 2021, que dispôs sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2022-2025, Lei Municipal nº 17.595 de 10 de agosto de 2021, que dispôs sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2022 e Lei Municipal nº 17.728, de 27 de dezembro de 2021, que estimou a receita e fixou as despesas para o exercício de 2022. Nos demonstrativos fiscais estão compreendidos os Resultados Primário e Nominal, a Receita Corrente Líquida, a Despesa com Pessoal e a Aplicação de Recursos na Educação e na Saúde.

As adaptações e implantações de políticas contábeis para atendimento aos processos de padronização com vistas à consolidação nacional das contas públicas e de convergência às normas internacionais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP) vêm ocorrendo de forma gradual neste Município e com base no Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais anexo à Portaria STN nº 548 de 2015. Em consequência, foram realizados estudos, discussões e melhorias de processos, detalhados nas Notas Explicativas deste Relatório.

Em observância ao Princípio da Transparência na Gestão Fiscal, esta Prestação de Contas encontra-se disponível no Portal da Secretaria Municipal da Fazenda¹.

¹ Endereço eletrônico: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/fazenda/contaspublicas>

Principais Dispositivos Legais

Na execução do orçamento do exercício de 2022, bem como nos demais eventos contábeis, foram observados as Normas, os Princípios de Contabilidade e os dispositivos legais a seguir relacionados e suas alterações:

- Lei Federal nº 4.320/1964, que estatuiu normas gerais de Direito Financeiro, aplicáveis a todas as esferas da Administração Pública;
- Lei Complementar nº 101/2000, que estabeleceu normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal;
- Lei Orgânica do Município de São Paulo, que dispôs sobre a Constituição Municipal;
- Lei Municipal nº 17.729/2021, que dispôs sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2022-2025;
- Lei Municipal nº 17.595/2021, que dispôs sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2022;
- Lei Municipal nº 17.728/2021, que estimou a receita e fixou a despesa para o exercício de 2022;
- Decreto Municipal nº 61.004/2022 e alterações, que fixou normas para a execução orçamentária e financeira para o exercício de 2022;
- Decreto Municipal nº 61.991/2022, que dispôs sobre o encerramento do exercício orçamentário de 2022;
- Portaria MPS nº 509/2013, que dispôs sobre o Regime Próprio da Previdência Social;
- Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001 e alterações, que dispôs sobre normas gerais de consolidação das Contas Públicas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e dá outras providências;
- Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117/2021, Portaria Interministerial STN/SPREV/ME/MTP nº 119/2021 e Portaria STN nº 1.131/2021, que aprovaram a 9ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e deram outras providências;
- Portaria STN nº 548/2015, que dispôs sobre prazos-limite de adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais aplicáveis aos entes da Federação, com vistas à consolidação das contas públicas, sob a mesma base conceitual;
- Portaria STN nº 924/2021, que aprovou a 12ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF);
- Portaria STN nº 896/2017 e alterações, que estabeleceu regras acerca da periodicidade, formato e sistema relativos à disponibilização das informações e dos dados contábeis, orçamentários e fiscais dos entes da Federação.

Reflexos decorrentes da Pandemia da Covid-19

Em março de 2020, a Covid-19, que é uma doença infecciosa causada pelo coronavírus, foi caracterizada pela Organização Mundial da Saúde – OMS como uma pandemia e, desde então, os reflexos dela decorrentes são observados no mundo todo.

Medidas emergenciais foram adotadas para o enfrentamento da pandemia, com destaque para o desenvolvimento de vacinas que atuam diretamente na prevenção da doença e têm como objetivo induzir a resposta imunológica do organismo para que produza defesas contra a Covid-19, evitando hospitalização e morte. Com isso, a Campanha de Vacinação contra a Covid-19 teve início em 19 de janeiro de 2021 na cidade de São Paulo.

No Portal da Transparência Municipal², encontra-se o tópico denominado Transparência Covid-19, em que a Prefeitura do Município de São Paulo divulga dados, legislação e informações específicas a respeito das medidas adotadas para o combate da Covid-19, incluindo as contratações emergenciais, doações recebidas, empenhos, campanhas institucionais, entre outros.

Receitas Orçamentárias relativas ao enfrentamento da Covid-19

No decorrer do exercício de 2022 houve o recebimento de transferências correntes, de origem Federal, Estadual, dentre outras, que totalizaram R\$ 74,3 milhões. No quadro a seguir é possível observar uma constante diminuição nas transferências recebidas desde 2020, relacionadas ao enfrentamento da Covid-19:

	em R\$				
Transferências Recebidas - Covid-19	Exercício 2022	Exercício 2021	Exercício 2020	Variação R\$ (2022-2021)	Variação % (2022-2021)
Transferências da União	64.736.860,79	554.128.032,44	2.222.624.248,28	(489.391.171,65)	-88,3%
Transferências dos Estados	7.500.000,00	235.049.830,94	124.332.291,36	(227.549.830,94)	-96,8%
Transferências dos Municípios	-	-	53.480.001,91	-	0,0%
Transferências de Outras Instituições Públicas	1.893.499,01	3.154.906,50	1.945.514,31	(1.261.407,49)	-40,0%
Demais Transferências	143.324,86	803.070,12	712.902,66	(659.745,26)	-82,2%
Total	74.273.684,66	793.135.840,00	2.403.094.958,52	(718.862.155,34)	-90,6%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Despesas Orçamentárias relativas ao enfrentamento da Covid-19

Para fins de rastreamento da alocação dos recursos orçamentários no enfrentamento da Covid-19, sem comprometer os controles existentes nas Unidades Orçamentárias da Prefeitura do Município de São Paulo, a Subsecretaria do Tesouro Municipal publicou as Portarias SF/SUTEM nº 4, de 28/04/2020, nº 5, de 12/05/2020, e nº 6, de 02/10/2020, que

² Endereço eletrônico:

https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/controladoria_geral/transparencia_covid19/

dispuseram sobre o processamento de Notas de Empenho no Sistema SOF, relacionadas ao referido enfrentamento, com a definição dos seguintes procedimentos em seu Art. 2º:

Art. 2º Quando a Unidade Orçamentária processar Nota de Empenho - NE, no Sistema de Orçamento e Finanças – SOF, relacionada ao enfrentamento da citada pandemia, deverá constar, inicialmente no campo Histórico, a seguinte indicação:

I – **Covid19p** + [o complemento da unidade]: Quando se tratar de utilização parcial dos recursos, no enfrentamento da Covid19;

II – **Covid19i** + [o complemento da unidade]: Quando se tratar de utilização integral dos recursos, no enfrentamento da Covid19.

No exercício de 2022, as Notas de Empenho contendo no campo Histórico as palavras Covid19i ou Covid19p totalizaram, respectivamente, R\$ 1,0 bilhão e R\$ 142,7 milhões, correspondendo a R\$ 1,2 bilhão:

				em R\$	
Despesas Empenhadas - Covid19	Covid19i (Integral)	Covid19p (Parcial) *	Total	% s/ Total	
Prefeitura do Município de São Paulo	1.005.721.808,94	136.452.515,02	1.142.174.323,96	29,7%	
Serviço Funerário do Município de São Paulo	-	1.425.025,33	1.425.025,33	0,0%	
São Paulo Turismo	4.202.061,58	4.187.383,72	8.389.445,30	0,2%	
Hospital do Servidor Público Municipal	9.800,00	653.702,06	663.502,06	0,0%	
Fundação Theatro Municipal de São Paulo	2.063,60	-	2.063,60	0,0%	
São Paulo Urbanismo	-	11.095,00	11.095,00	0,0%	
Total	1.009.935.734,12	142.729.721,13	1.152.665.455,25	30,0%	

* "Covid19p" (correspondente aos recursos orçamentários parcialmente destinados ao combate da pandemia, porém nesta categoria são indicados os valores totais das despesas, sendo inviável segregar a parte destinada especificamente ao enfrentamento da pandemia)

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

No quadro a seguir, observa-se uma constante diminuição nas despesas empenhadas desde 2020, relacionadas ao enfrentamento da Covid-19:

						em R\$	
Despesas Empenhadas - Covid-19	Exercício 2022	Exercício 2021	Exercício 2020	Variação R\$ (2022-2021)	Variação % (2022-2021)		
Covid19i (Integral)	1.009.935.734,12	3.396.086.191,13	3.088.224.441,25	(2.386.150.457,01)	-70,3%		
Covid19p (Parcial) *	142.729.721,13	451.347.626,00	3.506.816.879,26	(308.617.904,87)	-68,4%		
Total	1.152.665.455,25	3.847.433.817,13	6.595.041.320,51	(2.694.768.361,88)	-70,0%		

* Covid19p (correspondente aos recursos orçamentários parcialmente destinados ao combate da pandemia, porém nesta categoria são indicados os valores totais das despesas, sendo inviável segregar a parte destinada especificamente ao enfrentamento da pandemia)

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Acompanhamento das Fontes de Recursos relativas à Covid-19

Em 17 de julho de 2020, a Secretaria do Tesouro Nacional publicou a Portaria nº 394, estabelecendo o rol mínimo de fontes de recursos a ser observado na Federação para identificação dos recursos de natureza federal vinculados a ações e serviços públicos de

saúde repassados, a título de transferências obrigatória e voluntária, para enfrentamento da Covid-19.

As movimentações ocorridas no exercício de 2022 nas fontes de recursos relativas à Covid-19 demonstram que as receitas realizadas totalizaram R\$ 64,7 milhões e as despesas empenhadas R\$ 54,1 milhões. No quadro a seguir, observa-se uma constante redução nas movimentações por fonte de recursos da Covid-19:

em R\$					
Receitas Realizadas	Exercício 2022	Exercício 2021	Exercício 2020	Variação R\$ (2022-2021)	Variação % (2022-2021)
Transf. Fed. - Custeio Covid Fundo a Fundo Saúde	64.736.860,79	543.449.598,44	335.525.438,28	(478.712.737,65)	-88,1%
Transf. Fed. - Invest. Covid Fundo a Fundo Saúde	-	10.678.434,00	3.375.769,00	(10.678.434,00)	-100,0%
Transf. Fed. - Convênios/Contratos Covid Saúde	-	-	-	-	0,0%
Transf. Federais - LC 173/2020, Art. 5º, I	-	-	88.655.893,29	-	0,0%
Total	64.736.860,79	554.128.032,44	427.557.100,57	(489.391.171,65)	-88,3%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Despesas Empenhadas	Exercício 2022	Exercício 2021	Exercício 2020	Variação R\$ (2022-2021)	Variação % (2022-2021)
Transf. Fed. - Custeio Covid Fundo a Fundo Saúde	51.702.039,92	556.215.296,87	258.447.420,40	(504.513.256,95)	-90,7%
Transf. Fed. - Invest. Covid Fundo a Fundo Saúde	2.407.646,00	6.042.887,83	-	(3.635.241,83)	-60,2%
Transf. Fed. - Convênios/Contratos Covid Saúde	-	-	-	-	0,0%
Transf. Federais - LC 173/2020, Art. 5º, I	-	181.437,00	86.301.860,75	(181.437,00)	-100,0%
Total	54.109.685,92	562.439.621,70	344.749.281,15	(508.329.935,78)	-90,4%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Análise Orçamentária

Lei Orçamentária Anual - LOA

A Lei nº 17.728, de 27 de dezembro de 2021, estimou a receita e fixou a despesa do Município de São Paulo para o exercício de 2022 no montante de R\$ 82,8 bilhões, compreendendo o orçamento fiscal dos Poderes Executivo e Legislativo do Município, seus Fundos Especiais, Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta. A receita estimada e a despesa fixada conforme suas categorias econômicas são apresentadas a seguir:

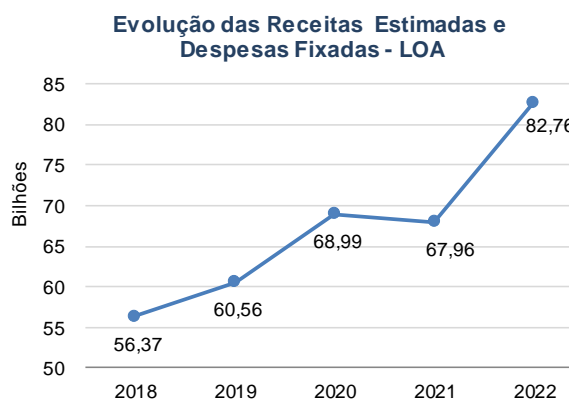
Receita Estimada			Despesa Fixada		
Receitas Correntes	R\$	77.202.705.727	Despesas Correntes	R\$	71.455.572.889
Receitas de Capital	R\$	5.555.809.963	Despesas de Capital	R\$	11.302.941.801
			Reserva de Contingência	R\$	1.000
Total	R\$	82.758.515.690	Total	R\$	82.758.515.690

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Nos últimos cinco exercícios as receitas previstas e despesas fixadas nas Leis Orçamentárias Anuais apresentaram a seguinte evolução, na qual destacamos um aumento de 21,8% para o exercício de 2022, se comparado ao exercício anterior:

Ano	LOA	% Variação
2018	R\$ 56.370.560.562	-
2019	R\$ 60.563.450.056	7,4%
2020	R\$ 68.989.440.667	13,9%
2021	R\$ 67.962.707.820	-1,5%
2022	R\$ 82.758.515.690	21,8%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF



Receita Orçamentária

São disponibilidades de recursos financeiros que ingressam durante o exercício, constituindo fontes de recursos utilizadas pelo Município em programas e ações, com a finalidade de atender às necessidades públicas e demandas da sociedade.

No exercício de 2022, a previsão atualizada das receitas totalizou R\$ 91,0 bilhões, considerando as reestimativas ocorridas durante o exercício no montante de R\$ 8,3 bilhões, cujo detalhamento consta das Notas Explicativas deste Relatório.

A receita orçamentária realizada no exercício de 2022 alcançou o montante de R\$ 92,6 bilhões, demonstrando um excesso de arrecadação de R\$ 1,5 bilhão comparada à previsão atualizada. A Administração Direta participou com 88,9% do total arrecadado e a Indireta com 11,1%.

Receitas	Previsão Inicial		Reestimativas de Receita		Previsão Atualizada
Administração Direta	R\$ 73.825.001.069		R\$ 7.622.616.371		R\$ 81.447.617.440
Administração Indireta	R\$ 8.933.514.621	+	R\$ 662.721.901	=	R\$ 9.596.236.522
Total	R\$ 82.758.515.690		R\$ 8.285.338.273		R\$ 91.043.853.963

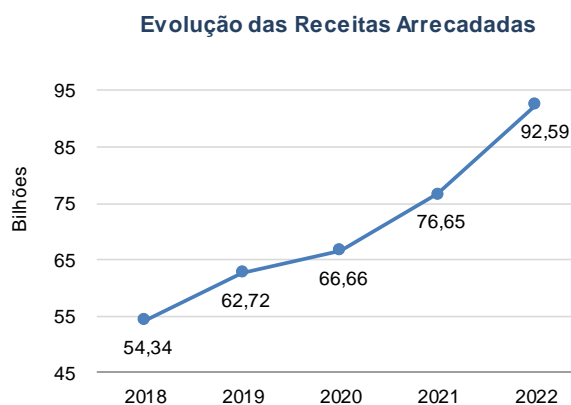


Receitas	Previsão Atualizada		Receita Realizada		Excesso de Arrecadação
Administração Direta	R\$ 81.447.617.440		R\$ 82.316.291.464		R\$ 868.674.023
Administração Indireta	R\$ 9.596.236.522	-	R\$ 10.276.606.922	=	R\$ 680.370.400
Total	R\$ 91.043.853.963		R\$ 92.592.898.386		R\$ 1.549.044.423

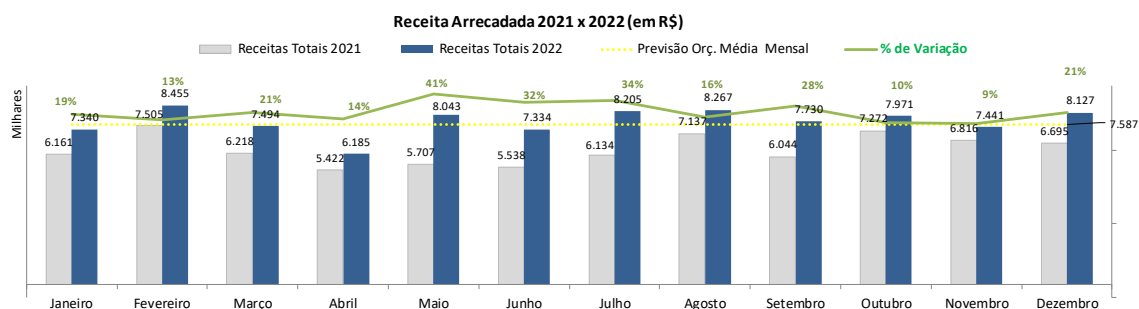
Nos últimos cinco exercícios a receita orçamentária apresentou a evolução a seguir, na qual destacamos um aumento de 20,8% nas receitas realizadas do exercício de 2022, se comparado ao exercício anterior:

Ano	Receitas Arrecadadas	% Variação
2018	R\$ 54.338.012.265	-
2019	R\$ 62.716.982.200	15,4%
2020	R\$ 66.661.210.628	6,3%
2021	R\$ 76.650.695.889	15,0%
2022	R\$ 92.592.898.386	20,8%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF



Em uma análise mais detalhada das receitas orçamentárias por mês de arrecadação, observa-se que em todos os meses a arrecadação do ano foi superior a 2021, com ênfase para o mês de maio de 2022 cujo aumento foi de 41%:



Valor Líquido em Milhares de R\$	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
Receitas Totais 2021	6.161.060	7.505.435	6.218.104	5.421.740	5.707.285	5.537.833	6.134.279	7.137.452	6.044.030	7.272.255	6.816.422	6.694.803	76.650.696
Receitas Totais 2022	7.339.688	8.455.126	7.493.966	6.184.966	8.042.702	7.333.654	8.205.332	8.266.959	7.730.370	7.971.311	7.441.412	8.127.414	92.592.898
% de Variação	▲ 19%	▲ 13%	▲ 21%	▲ 14%	▲ 41%	▲ 32%	▲ 34%	▲ 16%	▲ 28%	▲ 10%	▲ 9%	▲ 21%	▲ 21%

Fonte: Divisão de Contabilidade de Receitas e de Imposto de Renda - SF/SUTEM/DICON/DIGIR

Classificação da Receita Orçamentária por Natureza

Com a finalidade de possibilitar a identificação detalhada dos recursos que ingressaram nos cofres públicos, a classificação da receita orçamentária, conforme sua natureza, subdivide-se em: Categoria Econômica, Origem, Espécie, Desdobramento para Identificação das Peculiaridades e Tipo. Quanto à Categoria Econômica, as receitas orçamentárias classificam-se em Receitas Correntes e Receitas de Capital.

O quadro a seguir demonstra as receitas realizadas no exercício de 2022 segregadas por categoria econômica, indicando que a arrecadação das Receitas Correntes representou 95,6% do total arrecadado e excedeu a previsão atualizada em R\$ 3,6 bilhões. As Receitas de Capital representaram 4,4% deste total, cuja arrecadação ficou abaixo do previsto em R\$ 2,1 bilhões:

em R\$					
Receitas Orçamentárias	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo	% Realizada	% s/ Total
Receitas Correntes	84.920.643.339,68	88.548.284.585,17	3.627.641.245,49	104,3%	95,6%
Receita Tributária	46.952.016.411,67	47.822.636.239,83	870.619.828,16	101,9%	51,6%
Receita de Contribuições	6.866.464.940,00	7.523.217.028,11	656.752.088,11	109,6%	8,1%
Receita Patrimonial	3.120.386.441,12	5.211.937.272,92	2.091.550.831,80	167,0%	5,6%
Receita Agropecuária	-	-	-	0,0%	0,0%
Receita Industrial	-	-	-	0,0%	0,0%
Receita de Serviços	569.058.716,00	532.191.425,82	(36.867.290,18)	93,5%	0,6%
Transferências Correntes	22.230.842.758,89	22.147.053.567,32	(83.789.191,57)	99,6%	23,9%
Outras Receitas Correntes	5.181.874.072,00	5.311.249.051,17	129.374.979,17	102,5%	5,7%
Receitas de Capital	6.123.210.623,12	4.044.613.800,70	(2.078.596.822,42)	66,1%	4,4%
Operações de Crédito	2.671.798.272,00	103.342.000,00	(2.568.456.272,00)	3,9%	0,1%
Alienação de Bens	57.503.496,00	16.628.991,61	(40.874.504,39)	28,9%	0,0%
Amortizações de Empréstimos	233.790.868,45	238.234.170,57	4.443.302,12	101,9%	0,3%
Transferências de Capital	917.165.830,00	757.792.647,69	(159.373.182,31)	82,6%	0,8%
Outras Receitas de Capital	2.242.952.156,67	2.928.615.990,83	685.663.834,16	130,6%	3,2%
Total	91.043.853.962,80	92.592.898.385,87	1.549.044.423,07	101,7%	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Para uma análise mais detalhada da realização da receita orçamentária, foram segregadas as receitas de operações intraorçamentárias, que são aquelas realizadas entre órgãos e demais entidades integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social do mesmo ente, as quais totalizaram o montante de R\$ 6,8 bilhões e representaram 7% do total das receitas arrecadadas.

Observando a arrecadação das receitas no exercício de 2022, verifica-se que as deduções totalizaram R\$ 3,2 bilhões e representaram 3% da receita bruta total:

Receitas Realizadas	Receita Bruta (Exceto Intraorçamentárias)	Receita Bruta Intraorçamentárias	Total Receita Bruta	(-) Deduções	Total Receita Líquida
Receitas Correntes	R\$ 84.950.618.664	R\$ 6.793.453.858	R\$ 91.744.072.523	-R\$ 3.195.787.938	R\$ 88.548.284.585
Receitas de Capital	R\$ 4.027.254.959	R\$ 18.585.246	R\$ 4.045.840.206	-R\$ 1.226.405	R\$ 4.044.613.801
Total	R\$ 88.977.873.624	R\$ 6.812.039.105	R\$ 95.789.912.728	-R\$ 3.197.014.343	R\$ 92.592.898.386
%s/ Receita Bruta Total	93%	7%	100%	-3%	97%

No comparativo das receitas orçamentárias arrecadadas nos exercícios 2022 e 2021, segregadas pela Categoria Econômica e Origem, observou-se um aumento de 21,2% nas Receitas Correntes e de 13,6% nas Receitas de Capital, conforme demonstrado a seguir:

Receitas Orçamentárias	Receitas Realizadas 2022	Receitas Realizadas 2021	Variação R\$	Variação %
Receitas Correntes	88.548.284.585,17	73.089.582.757,91	15.458.701.827,26	21,2%
Receita Tributária	47.822.636.239,83	43.771.345.858,79	4.051.290.381,04	9,3%
Receita de Contribuições	7.523.217.028,11	5.149.675.966,26	2.373.541.061,85	46,1%
Receita Patrimonial	5.211.937.272,92	1.716.641.264,82	3.495.296.008,10	203,6%
Receita de Serviços	532.191.425,82	289.771.869,66	242.419.556,16	83,7%
Transferências Correntes	22.147.053.567,32	20.346.013.939,21	1.801.039.628,11	8,9%
Outras Receitas Correntes	5.311.249.051,17	1.816.133.859,17	3.495.115.192,00	192,4%
Receitas de Capital	4.044.613.800,70	3.561.113.131,13	483.500.669,57	13,6%
Operações de Crédito	103.342.000,00	122.178.048,70	(18.836.048,70)	-15,4%
Alienação de Bens	16.628.991,61	98.215.702,11	(81.586.710,50)	-83,1%
Amortizações de Empréstimos	238.234.170,57	21.443.316,16	216.790.854,41	1011,0%
Transferências de Capital	757.792.647,69	657.132.979,69	100.659.668,00	15,3%
Outras Receitas de Capital	2.928.615.990,83	2.662.143.084,47	266.472.906,36	10,0%
Total	92.592.898.385,87	76.650.695.889,04	15.942.202.496,83	20,8%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Destacam-se as seguintes variações:

Receitas Correntes:

- i) Receitas Tributárias com variação positiva de 9,3%, no montante de R\$ 4,1 bilhões, decorrente do aumento nas arrecadações de ISS, IPTU e IRRF, cujos percentuais de crescimento representaram 12,0%, 8,4% e 18,0%, respectivamente;

- ii) Receitas Patrimoniais com variação positiva de 203,6%, no montante de R\$ 3,5 bilhões, decorrente do aumento de R\$ 2,6 bilhões nos juros sobre fundos de investimentos e aplicações em contas – Renda Fixa e no aumento de R\$ 0,6 bilhão na outorga proveniente de concessões;
- iii) Outras Receitas Correntes com aumento de 192,4%, no montante de R\$ 3,5 bilhões, decorrente do crescimento de R\$ 1,3 bilhão nas multas de trânsito e da criação da receita intraorçamentária com aportes periódicos para o RPPS (com base no Art. 37, §15 da Disposições Gerais e Transitórias da Lei Orgânica do Município de São Paulo³) no total de R\$ 2,4 bilhões.

Receitas de Capital:

- i) Amortização de Empréstimos com aumento de R\$ 216,8 milhões, decorrente da rubrica de amortização – contrato de confissão e assunção de dívidas da Carteira da COHAB-SP;
- ii) Outras Receitas de Capital com aumento de R\$ 266,5 milhões, decorrente dos aumentos das rubricas de receitas com Operações Urbanas e com Outorga Onerosa – Plano Diretor.

Receitas Correntes

As Receitas Orçamentárias Correntes são arrecadadas dentro do exercício financeiro e aumentam as disponibilidades financeiras do Município, em geral com efeito positivo sobre o Patrimônio Líquido. Constituem instrumento para financiar os objetivos definidos nos programas e ações orçamentários, com vistas a satisfazer finalidades públicas.

em R\$	
Receitas Correntes	Exercício 2022
Receita Tributária	47.822.636.239,83
Receita de Contribuições	7.523.217.028,11
Receita Patrimonial	5.211.937.272,92
Receita de Serviços	532.191.425,82
Transferências Correntes	22.147.053.567,32
Outras Receitas Correntes	5.311.249.051,17
Total	88.548.284.585,17

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

No exercício de 2022, as Receitas Correntes alcançaram o montante de R\$ 88,5 bilhões e os maiores destaques de participação foram as Receitas Tributárias com 54% e as Transferências Correntes com 25%, ambas equivaleram a 79% do total desta categoria de receita e serão detalhadas nos tópicos a seguir.

³ L.O.M. – Art. 37, § 15 - Fica aportado para o RPPS o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas Autarquias e pelas Fundações que instituírem e mantiverem e que vier a ser recebido desde a data da promulgação desta Emenda à Lei Orgânica até 31 de dezembro de 2055.

Receita Tributária

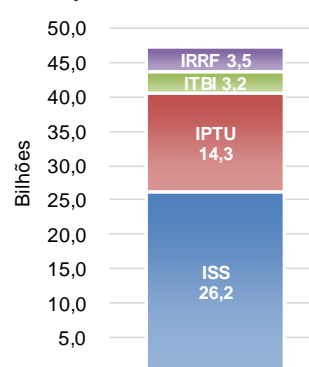
Tributo é uma das origens da Receita Corrente na Classificação Orçamentária por Categoria Econômica. Quanto à procedência, trata-se de receita derivada, cuja finalidade é obter recursos financeiros para o Município custear as atividades que lhe são correlatas.

Em 2022, a Receita Tributária foi a principal fonte de recurso para a formação da Receita Orçamentária da Municipalidade e atingiu o montante de R\$ 47,8 bilhões. Comparado ao total arrecadado de R\$ 43,8 bilhões em 2021, houve um aumento de R\$ 4,1 bilhões, representando uma variação positiva de 9,3%. As receitas tributárias segregam-se nas seguintes rubricas:

em R\$	
Receitas Tributárias	Exercício 2022
ISS	26.159.686.082,67
IPTU	14.323.709.449,76
ITBI	3.242.091.262,76
IRRF	3.453.042.728,70
Taxas	626.405.745,44
Contribuição de Melhoria	370.269,65
Outros Impostos	17.330.700,85
Total	47.822.636.239,83

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Principais Receitas Tributárias



- **ISS** - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza alcançou o montante de R\$ 26,2 bilhões, equivalente a 55% do total das Receitas Tributárias, com crescimento de 12% na arrecadação, em comparação a 2021;
- **IPTU** - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana atingiu o montante R\$ 14,3 bilhões, equivalente a 30% do total das Receitas Tributárias, com crescimento de 8,4% na arrecadação, em comparação a 2021;
- **ITBI** - Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis atingiu o montante de R\$ 3,2 bilhões, equivalente a 7% das Receitas Tributárias, com redução de 12% em comparação a 2021.
- **IRRF** - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte alcançou o montante de R\$ 3,5 bilhões, equivalente a 7% das Receitas Tributárias, com crescimento de 18% na arrecadação, em comparação a 2021;

Transferências Correntes

Sob a ótica orçamentária, as Transferências Correntes são recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas de manutenção ou de funcionamento relacionadas a uma finalidade pública específica, mas que não

correspondam a uma contraprestação direta em bens e serviços a quem efetuou a transferência.

As Transferências Correntes atingiram o montante de R\$ 22,1 bilhões e apresentaram um aumento de 8,9% na comparação com o exercício anterior. Estão segregadas nas seguintes rubricas:

em R\$				
Transferências Correntes	Exercício 2022	Exercício 2021	Variação R\$	Variação %
Transf. da União	4.132.977.782,26	4.176.103.030,99	(43.125.248,73)	-1,0%
Transf. dos Estados	11.324.027.393,92	10.249.838.066,27	1.074.189.327,65	10,5%
Transf. de Outras Instituições Públicas	6.646.725.256,38	5.852.259.811,50	794.465.444,88	13,6%
Transf. de Instituições Privadas	18.827.400,12	38.918.499,13	(20.091.099,01)	-51,6%
Transf. de Pessoas Físicas	21.264.117,43	27.538.357,20	(6.274.239,77)	-22,8%
Demais Transferências	3.231.617,21	1.356.174,12	1.875.443,09	138,3%
Total	22.147.053.567,32	20.346.013.939,21	1.801.039.628,11	8,9%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

- **Transferências da União** – alcançaram o montante de R\$ 4,1 bilhões, representando 19% do total das transferências correntes recebidas no exercício e apresentaram uma variação negativa de R\$ 43,1 milhões, se comparado ao exercício de 2021:

em R\$	
Transferências da União	Exercício 2022
Recursos do SUS - Saúde	2.534.644.865,54
Recursos para Educação	777.719.355,72
Cota-Parte (Tributos Diversos)	476.152.964,96
Aux. Gratuidade Idosos Transporte	160.479.073,38
Aux. Finan. Créd. ICMS - EC 123/22	75.348.618,10
Recursos para Assistência Social	38.918.010,07
Outras Transf. União	69.714.894,49
Total	4.132.977.782,26

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

- **Transferências dos Estados** – atingiram o montante R\$ 11,3 bilhões, representando 51% do total das transferências correntes recebidas em 2022, com ênfase para a Cota-Parte do ICMS que totalizaram R\$ 8,0 bilhões e a Cota-Parte do IPVA com R\$ 2,7 bilhões:

em R\$

Transferências dos Estados	Exercício 2022
Cota-Parte do ICMS	7.981.284.994,68
Cota-Parte do IPVA	2.733.974.650,71
Compens. Perdas Arrecad. ICMS	180.900.345,14
Convênios com Estados	102.791.918,00
Transf. Fundo Estadual Saúde	84.506.694,59
Transf. SUS	80.814.754,31
Transf. à Assistência Social	69.702.189,67
Cota-Parte do IPI	48.059.643,25
Cota-Parte Royalties Petróleo	36.589.640,95
Cota-Parte da CIDE	5.402.562,62
Total	11.324.027.393,92

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

- **Transferências de Outras Instituições Públicas** – o montante de R\$ 6,6 bilhões recebidos em 2022 refere-se, quase em sua totalidade, às Transferências de Recursos do FUNDEB:

em R\$

Transferências de Outras Instituições Públicas	Exercício 2022
Transf. do FUNDEB - Estado	5.990.721.686,26
Transf. do FUNDEB - União	654.110.071,11
Transf. MP-SP/TJESP X FMS - COVID-19	1.467.066,00
Transf. MPU/MPT X FMS - COVID 19	426.433,01
Total	6.646.725.256,38

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Outras Receitas Correntes

Este grupo contempla as Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais, Multas de Trânsito, Indenizações, Restituições e Ressarcimentos, entre outras.

em R\$

Outras Receitas Correntes	Exercício 2022
Multas Administrativas, Contrat. e Judiciais	2.212.237.584,75
Multas de Trânsito - DSV	2.049.874.745,54
Demais Multas	162.362.839,21
Indenizações, Restituiç. e Ressarcimentos	219.034.671,40
Bens, Direitos e Valores incorp. ao Patrimônio	7.118,85
Outras Receitas Correntes	2.879.969.676,17
Aportes Periódicos - RPPS - L.O.M. - ART. 37 § 15	2.389.100.089,94
Honorários de Advogados	251.382.206,54
Compensações Financeiras RGPS x RPPS	149.239.959,37
Demais Receitas	90.247.420,32
Total	5.311.249.051,17

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

No exercício de 2022, este grupo totalizou R\$ 5,3 bilhões de arrecadação, com destaque para as Multas de Trânsito no montante de R\$ 2,0 bilhões e para os aportes periódicos ao RPPS no valor de R\$ 2,4 bilhões.

- **Dívida Ativa**

Dívida ativa é o conjunto de créditos tributários e não tributários em favor da Fazenda Pública, não recebidos no prazo para pagamento definido em lei ou em decisão proferida em processo regular, inscrito pelo órgão ou entidade competente, após apuração de certeza e liquidez, conforme definição do MCASP – 9ª edição.

As arrecadações de receitas correntes do exercício contemplaram os valores Principal + Juros e Multas + Dívida Ativa + respectivos Juros e Multas sobre a Dívida Ativa. Na comparação do montante arrecadado de R\$ 88,5 bilhões com receitas correntes, a arrecadação da dívida ativa e seus respectivos juros e multas representaram 2,3% deste total, correspondendo a R\$ 1,6 bilhão com o Principal da Dívida Ativa e R\$ 0,5 bilhão com os juros e multas, conforme demonstrado a seguir:

Natureza da Receita	Dívida Ativa (Principal)		Dívida Ativa (Juros e Multas)		Total
IPTU	R\$ 1.018.952.464		R\$ 329.672.130		R\$ 1.348.624.594
ISS	R\$ 418.864.960		R\$ 132.773.966		R\$ 551.638.925
ITBI	R\$ 13.669.343	+	R\$ 7.917.087	=	R\$ 21.586.430
Multas SMSUB	R\$ 39.271.465		R\$ 12.507.049		R\$ 51.778.514
Taxas de Fiscaliz. e de Resíduos	R\$ 29.097.261		R\$ 18.895.547		R\$ 47.992.808
Multas de Trânsito	R\$ 20.820.766		R\$ 3.333.576		R\$ 24.154.342
Outros Impostos e Taxas	R\$ 23.580.754		R\$ 8.210.490		R\$ 31.791.244
Total	R\$ 1.564.257.013		R\$ 513.309.845		R\$ 2.077.566.858

Em uma análise detalhada dos montantes arrecadados no exercício com a Dívida Ativa e seus respectivos Juros e Multas, observa-se que o imposto com maior destaque foi o IPTU, representando 65% do total da dívida ativa e o ISS representando 27%.

- **Programas de Parcelamento**

No exercício de 2022, as arrecadações com Programas de Parcelamentos totalizaram R\$ 1,6 bilhão, contemplando valores principais dos tributos e valores inscritos em Dívida Ativa, com respectivos juros e multas, além de honorários de advogados e demais custas.

Detalhando os valores correspondentes à arrecadação em 2022 com os Programas de Parcelamento pela natureza das receitas, observa-se que o IPTU correspondeu a 50% do total e o ISS a 36% do montante arrecadado, conforme demonstrado a seguir:

Parcelamento - Natureza da Receita	Valor Principal + Juros e Multas		Dívida Ativa + Juros e Multas		Total
IPTU	R\$ 97.205.167		R\$ 703.122.892		R\$ 800.328.059
ISS	R\$ 285.539.133		R\$ 285.638.276		R\$ 571.177.408
ITBI	R\$ 5.262.665		R\$ 9.351.522		R\$ 14.614.186
Taxas	R\$ 19.839.057	+	R\$ 16.682.361	=	R\$ 36.521.418
Multas SMSUB	R\$ 5.801.728		R\$ 24.438.715		R\$ 30.240.443
Honorários Advocatícios	R\$ 133.586.887		R\$ -		R\$ 133.586.887
Demais Receitas	R\$ 2.205.802		R\$ 5.699.641		R\$ 7.905.443
Total	R\$ 549.440.439		R\$ 1.044.933.407		R\$ 1.594.373.846

Os principais programas de parcelamento estão demonstrados a seguir:

em R\$	
Parcelamentos	Exercício 2022
PPI	1.278.631.185,82
PAT	114.519.227,23
PRD	45.199.456,85
PIME	21.195.452,86
Honorários Advocatícios	133.586.887,28
Demais	1.241.635,65
Total	1.594.373.845,69

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

- Programa de Parcelamento Incentivado – PPI – representou 80% do total arrecadado;
- Parcelamento Administrativo de Débitos Tributários – PAT – totalizou 7% do total;
- Programa de Regularização de Débitos – PRD – totalizou 3% do total;

Receitas de Capital

As Receitas Orçamentárias de Capital aumentam as disponibilidades financeiras do Município, mas, em geral, não provocam efeito sobre o Patrimônio Líquido. São provenientes tanto da realização de recursos financeiros oriundos da constituição de dívidas e da conversão em espécie e em bens e direitos, quanto de recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atenderem despesas classificáveis em Despesas de Capital.

em R\$	
Receitas de Capital	Exercício 2022
Operações de Crédito	103.342.000,00
Alienação de Bens	16.628.991,61
Amortização de Empréstimos	238.234.170,57
Transferências de Capital	757.792.647,69
Outras Receitas de Capital	2.928.615.990,83
Total	4.044.613.800,70

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

No exercício de 2022, as Receitas de Capital alcançaram o montante de R\$ 4,0 bilhões e os maiores destaques de participação foram as Outras Receitas de Capital com 72% e as Transferências de Capital com 19%, ambas equivaleram a mais de 91% do total desta categoria de receita e serão detalhadas nos tópicos a seguir.

Transferências de Capital

São recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados ao atendimento de despesas em investimentos ou inversões financeiras, com intuito de satisfazer finalidade pública específica, sem corresponder a contraprestação direta ao ente transferidor.

As Transferências de Capital atingiram o montante de R\$ 757,8 milhões e apresentaram um aumento de 15,3% na comparação com o exercício anterior e estão segregadas nas seguintes rubricas:

em R\$				
Transferências de Capital	Exercício 2022	Exercício 2021	Variação R\$	Variação %
Transf. da União	53.263.373,01	80.239.956,04	(26.976.583,03)	-33,6%
Transf. dos Estados	689.986.028,43	573.370.616,05	116.615.412,38	20,3%
Transf. dos Municípios	11.298.246,25	-	11.298.246,25	0,0%
Transf. de Instituições Privadas	3.245.000,00	3.522.407,60	(277.407,60)	-7,9%
Total	757.792.647,69	657.132.979,69	100.659.668,00	15,3%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

- **Transferências da União** – alcançaram o montante de R\$ 53,3 milhões, representando 7% do total das transferências de capital recebidas no exercício e estão demonstradas a seguir:

em R\$	
Transferências da União	Exercício 2022
Convênio SIURB X União	37.638.076,13
Emendas Parlamentares	8.483.434,14
Transferências Especiais	5.845.689,00
Outros Convênios	1.296.173,74
Total	53.263.373,01

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

- **Transferências dos Estados** – atingiu o montante de R\$ 690,0 milhões, representando 91% do total das transferências de capital recebidas no exercício de 2022:

em R\$	
Transferências dos Estados	Exercício 2022
Convênio SABESP X PMSP (FMSAI)	567.059.434,26
Convênio CDHU X SEHAB	112.157.337,70
Outros Convênios	4.179.256,47
Emendas Parlamentares	6.590.000,00
Total	689.986.028,43

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Destaca-se o Convênio PMSP x SABESP – FMSAI, destinado a Programas de Saneamento Básico, que totalizou R\$ 567,1 milhões e representa 82% do grupo.

Outras Receitas de Capital

Este grupo contempla as receitas com Depósitos Judiciais referentes à Lei Complementar nº 151/2015, Outorgas Onerosas, Alienação de Certificado de Potencial Adicional de Construção (CEPAC), Desistências de Desapropriações, entre outras.

em R\$	
Outras Receitas de Capital	Exercício 2022
Depósito Judicial - LC 151/2015	1.256.358.306,13
Outorga Onerosa	1.058.522.568,69
Operações Urbanas	570.676.119,52
Indenização por Expropriação	18.369.579,62
Desistência de Desapropriações	9.870.639,07
Outras Receitas de Capital	14.818.777,80
Total	2.928.615.990,83

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

No exercício de 2022, este grupo totalizou R\$ 2,9 bilhões de arrecadação e representa 72% do total das receitas de capital recebidas, com destaque para os Depósitos Judiciais – LC nº 151/2015 no montante de R\$ 1,3 bilhão.

Despesa Orçamentária

A despesa orçamentária é o conjunto de dispêndios realizados pelos entes públicos para o funcionamento e manutenção dos serviços públicos prestados à sociedade e refere-se a toda transação que depende de autorização legislativa, na forma de consignação de dotação orçamentária, para ser efetivada.

A despesa orçada na LOA para o exercício de 2022 foi de R\$ 82,8 bilhões e, no decorrer do exercício, ocorreram anulações e suplementações no montante de R\$ 25,1 bilhões, além de acréscimos de R\$ 10,2 bilhões, advindos da abertura de Créditos Adicionais por Superavit Financeiro e acréscimo de R\$ 8,3 bilhões, pela abertura de Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação, totalizando R\$ 101,2 bilhões de Dotação Atualizada.

Despesa	Administração Direta	Administração Indireta	Consolidado
Dotação Inicial	R\$ 68.312.176.424	R\$ 14.446.339.266	R\$ 82.758.515.690
(-) Redução Orçamentária	-R\$ 13.431.037.174	-R\$ 11.647.279.971	-R\$ 25.078.317.145
(+) Suplementação Orçamentária	R\$ 13.724.742.624	R\$ 11.353.574.522	R\$ 25.078.317.145
(+) Abertura de Créditos Adicionais por Superavit Financeiro	R\$ 9.065.303.320	R\$ 1.140.658.256	R\$ 10.205.961.576
(+) Abertura de Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação	R\$ 7.241.148.600	R\$ 1.044.189.673	R\$ 8.285.338.273
Dotação Atualizada	R\$ 84.912.333.794	R\$ 16.337.481.745	R\$ 101.249.815.539

A despesa orçamentária empenhada alcançou o montante de R\$ 91,1 bilhões, demonstrando uma economia orçamentária de R\$ 10,2 bilhões, se comparada à despesa orçada (atualizada). A Administração Direta participou com 83% do total de despesa empenhada e a Indireta com 17%, conforme segue:

Despesa	Orçada (Atualizada)	Despesas Empenhadas	Saldo = Economia Orçamentária
Administração Direta	R\$ 84.912.333.794	R\$ 75.574.533.547	R\$ 9.337.800.246
Administração Indireta	R\$ 16.337.481.745	R\$ 15.513.806.656	R\$ 823.675.089
Total	R\$ 101.249.815.539	R\$ 91.088.340.203	R\$ 10.161.475.336

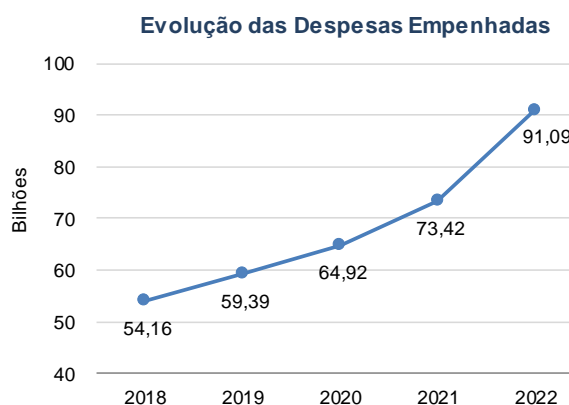
Comparando o orçamento atualizado da despesa com a execução do exercício, observa-se que as despesas empenhadas representaram 90,0%, as despesas liquidadas 80,3% e as despesas pagas 79,9%:

Despesa	Orçada (Atualizada)	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas
Administração Direta	R\$ 84.912.333.794	R\$ 75.574.533.547	R\$ 66.254.172.589	R\$ 65.863.528.249
Administração Indireta	R\$ 16.337.481.745	R\$ 15.513.806.656	R\$ 15.042.576.007	R\$ 15.019.396.075
Total	R\$ 101.249.815.539	R\$ 91.088.340.203	R\$ 81.296.748.596	R\$ 80.882.924.324
%s/ Orçada	100,0%	90,0%	80,3%	79,9%

Nos últimos cinco exercícios as despesas empenhadas apresentaram a evolução demonstrada no quadro a seguir, na qual se destaca um aumento de 24,1% nas despesas empenhadas no exercício de 2022, se comparado ao exercício anterior, além disso observa-se um constante crescimento médio de aproximadamente 11,2% nestes últimos exercícios:

Ano	Despesas Empenhadas	% Variação
2018	R\$ 54.157.141.736	-
2019	R\$ 59.389.424.274	9,7%
2020	R\$ 64.915.337.414	9,3%
2021	R\$ 73.423.283.130	13,1%
2022	R\$ 91.088.340.203	24,1%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF



Classificação da Despesa Orçamentária por Natureza

A classificação da despesa orçamentária, segundo a sua natureza, subdivide-se em Categoria Econômica, Grupo de Natureza de Despesa (GND) e Elemento da Despesa. Quanto à Categoria Econômica, as despesas orçamentárias classificam-se em Despesas Correntes e Despesas de Capital.

As Despesas Correntes são destinadas à manutenção e ao funcionamento dos serviços públicos em geral, que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital. Já as Despesas de Capital constituem despesas da administração pública com a intenção de adquirir ou construir bens de capital que contribuirão para a produção ou geração de bens ou serviços.

O Município de São Paulo apresentou, no exercício de 2022, as despesas abaixo segregadas por categoria econômica e grupo de natureza de despesa, demonstrando que foram empenhadas 95,7% das despesas correntes orçadas, resultando em uma economia

orçamentária de R\$ 3,6 bilhões. Já o percentual das despesas de capital empenhadas foi de 61,7%, representando uma economia orçamentária de R\$ 6,6 bilhões:

em R\$					
Despesas Orçamentárias	Despesas Orçadas (Atualizadas)	Despesas Empenhadas	Saldo	% Empenhada s/ Orçada	% s/ Total
Despesas Correntes	84.106.053.585,21	80.509.718.042,40	3.596.335.542,81	95,7%	88,4%
Pessoal e Encargos Sociais	33.629.251.312,81	32.454.721.482,23	1.174.529.830,58	96,5%	35,6%
Juros e Encargos da Dívida	476.532.255,31	162.254.610,92	314.277.644,39	34,0%	0,2%
Outras Despesas Correntes	50.000.270.017,09	47.892.741.949,25	2.107.528.067,84	95,8%	52,6%
Despesas de Capital	17.143.760.953,74	10.578.622.160,96	6.565.138.792,78	61,7%	11,6%
Investimentos	15.036.525.562,26	8.863.675.996,68	6.172.849.565,58	58,9%	9,7%
Inversões Financeiras	334.288.042,00	315.438.126,00	18.849.916,00	94,4%	0,3%
Amortização da Dívida	1.772.947.349,48	1.399.508.038,28	373.439.311,20	78,9%	1,5%
Reserva de Contingência	1.000,00	-	1.000,00	0,0%	0,0%
Total	101.249.815.538,95	91.088.340.203,36	10.161.475.335,59	90,0%	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Em uma análise segregada das despesas correntes e de capital, observamos os seguintes detalhamentos:

em R\$	
Despesas Correntes	Exercício 2022
Pessoal e Encargos Sociais	32.454.721.482,23
Vencimentos e Vantagens Fixas	13.349.364.851,72
Aposent. RPPS, Reserva Remun.	10.924.516.435,08
Obrigações Patronais	4.239.853.767,87
Sentenças Judiciais	2.620.797.145,41
Pensões do RPPS	999.350.278,34
Demais Contas	320.839.003,81
Juros e Encargos da Dívida	162.254.610,92
Juros sobre a Dívida por Contrato	156.356.777,31
Outros Encargos sobre a Dívida	5.897.833,61
Outras Despesas Correntes	47.892.741.949,25
Outros Serviços de Terceiros - PJ	20.706.372.452,00
Contrato de Gestão	11.043.804.991,96
Contribuições	5.268.325.662,88
Aporte para Cobertura Déficit Atuarial RPPS	2.573.214.205,00
Material de Consumo	2.013.104.069,20
Demais Contas	6.287.920.568,21
Total	80.509.718.042,40

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

No exercício de 2022 as Despesas Correntes alcançaram o montante de R\$ 80,5 bilhões e os maiores destaques de participação foram nos Grupos de Despesas com Pessoal e Encargos Sociais que representaram 40% do total e Outras Despesas Correntes representando 59%.

Destaca-se o elemento Outros Serviços de Terceiros - PJ que totalizou R\$ 20,7 bilhões, representando 26% das Despesas Correntes e Contratos de Gestão totalizando R\$ 11,0 bilhões.

em R\$	
Despesas de Capital	Exercício 2022
Investimentos	8.863.675.996,68
Obras e Instalações	6.111.784.057,43
Outros Serviços de Terceiros - PJ	1.641.049.196,53
Equipamentos e Material Permanente	412.926.452,45
Aquisição de Imóveis	231.764.941,77
Sentenças Judiciais	220.759.134,34
Demais Contas	245.392.214,16
Inversões Financeiras	315.438.126,00
Aporte Contr. Parceria Público-Privada - PPP	289.215.000,00
Constituição ou Aumento de Capital Empresas	26.223.126,00
Amortização da Dívida	1.399.508.038,28
Indenizações e Restituições	1.008.595.895,68
Principal da Dívida Contratual Resgatado	390.912.142,60
Total	10.578.622.160,96

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

No exercício de 2022 as Despesas de Capital alcançaram o montante de R\$ 10,6 bilhões, com os Investimentos representando 84% do total e a Amortização da Dívida com 10%.

No grupo de Investimentos, destaca-se o elemento Obras e Instalações que totalizou R\$ 6,1 bilhões e representou 58% das Despesas de Capital.

No comparativo das despesas orçamentárias empenhadas nos exercícios 2022 e 2021, observa-se um aumento de 24,1% no total, com acréscimo de 20,9% nas despesas correntes e de 55,0% nas despesas de capital.

em R\$				
Despesas Orçamentárias	Despesas Empenhadas 2022	Despesas Empenhadas 2021	Varição R\$	Varição %
Despesas Correntes	80.509.718.042,40	66.596.323.444,94	13.913.394.597,46	20,9%
Pessoal e Encargos Sociais	32.454.721.482,23	27.688.864.503,15	4.765.856.979,08	17,2%
Juros e Encargos da Dívida	162.254.610,92	881.004.093,01	(718.749.482,09)	-81,6%
Outras Despesas Correntes	47.892.741.949,25	38.026.454.848,78	9.866.287.100,47	25,9%
Despesas de Capital	10.578.622.160,96	6.826.959.684,94	3.751.662.476,02	55,0%
Investimentos	8.863.675.996,68	3.833.014.231,86	5.030.661.764,82	131,2%
Inversões Financeiras	315.438.126,00	-	315.438.126,00	0,0%
Amortização da Dívida	1.399.508.038,28	2.993.945.453,08	(1.594.437.414,80)	-53,3%
Total	91.088.340.203,36	73.423.283.129,88	17.665.057.073,48	24,1%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Destacamos as seguintes variações nos grupos de natureza de despesa a seguir:

Despesas Correntes

- **Pessoal e Encargos Sociais** – com acréscimo de 17,2%, no montante de R\$ 4,8 bilhões, decorrente das seguintes variações: Vencimentos e Vantagens Fixas com aumento de R\$ 1,8 bilhões, Aposentadorias do RPPS e Reserva Remunerada com aumento de R\$ 1,0 bilhão e Obrigações Patronais com acréscimo de R\$ 1,3 bilhão.
- **Juros e Encargos da Dívida** – com redução de 81,6%, no montante de R\$ 718,7 milhões, em virtude da extinção da dívida relativa ao contrato da MP 2.185/2001 entre a PMSP e a

União, com base no Ofício STN SEI 227178/2022/ME, documento SEI nº 070156004, incluso no processo SEI nº 6017.2019/0005960-5, objetivando encerrar a disputa judicial relativa à área conhecida como Campo de Marte, cujo detalhamento se encontra no item Amortização da Dívida em Despesas de Capital.

- **Outras Despesas Correntes** – com aumento de 25,9%, no montante de R\$ 9,9 bilhões, onde as principais variações foram observadas nos elementos de despesa listados a seguir, com destaque para criação do elemento com Contrato de Gestão que totalizou R\$ 11,0 bilhões:

em R\$				
Outras Despesas Correntes	Empenhos 2022	Empenhos 2021	Variação R\$	Variação %
Outros Serviços de Terceiros - PJ	20.706.372.452,00	27.544.174.953,18	(6.837.802.501,18)	-24,8%
Contrato de Gestão	11.043.804.991,96	-	11.043.804.991,96	0,0%
Contribuições	5.268.325.662,88	3.458.184.114,38	1.810.141.548,50	52,3%
Aporte para Cobertura Déficit Atuarial RPPS	2.573.214.205,00	-	2.573.214.205,00	0,0%
Material de Consumo	2.013.104.069,20	1.633.154.783,98	379.949.285,22	23,3%
Auxílio-Alimentação	1.157.566.529,90	869.690.773,47	287.875.756,43	33,1%
Serviços de Tecnologia da Informação - PJ	929.646.894,87	644.425.175,65	285.221.719,22	44,3%
Obrigações Tributárias e Contributivas	872.547.765,08	742.353.526,09	130.194.238,99	17,5%
Material, Bem ou Serviço p/ Distribuição Gratuita	834.499.975,42	820.915.424,13	13.584.551,29	1,7%
Demais Despesas	2.493.659.402,94	2.313.556.097,90	180.103.305,04	7,8%
Total	47.892.741.949,25	38.026.454.848,78	9.866.287.100,47	25,9%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Despesas de Capital

- **Investimentos** – com aumento de R\$ 5,0 bilhões, equivalentes a uma variação de 131,2% se comparado ao exercício de 2021. As principais variações foram observadas nos elementos de despesa listados a seguir:

em R\$				
Investimentos	Empenhos 2022	Empenhos 2021	Variação R\$	Variação %
Obras e Instalações	6.111.784.057,43	2.320.888.828,13	3.790.895.229,30	163,3%
Outros Serviços de Terceiros - PJ	1.641.049.196,53	622.601.840,00	1.018.447.356,53	163,6%
Equipamentos e Material Permanente	412.926.452,45	217.230.840,34	195.695.612,11	90,1%
Aquisição de Imóveis	231.764.941,77	286.513.846,16	(54.748.904,39)	-19,1%
Sentenças Judiciais	220.759.134,34	195.733.249,98	25.025.884,36	12,8%
Demais Despesas	245.392.214,16	190.045.627,25	55.346.586,91	29,1%
Total	8.863.675.996,68	3.833.014.231,86	5.030.661.764,82	131,2%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

- **Amortização da Dívida** – com redução de R\$ 1,6 bilhão, equivalente a uma variação de 53,3% se comparado ao exercício de 2021, em virtude da extinção da dívida relativa ao contrato da MP 2.185/2001 entre a PMSP e a União, com base no Ofício STN SEI 227178/2022/ME, documento SEI nº 070156004, incluso no processo SEI nº

6017.2019/0005960-5, objetivando encerrar a disputa judicial relativa à área conhecida como Campo de Marte. Em agosto de 2022 houve a baixa da dívida no montante de R\$ 23,9 bilhões, impactando em uma redução de mais de 90% do passivo com empréstimos e financiamentos.

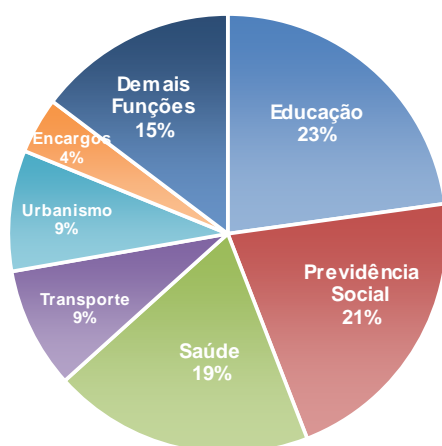
A referida extinção está disposta na Lei Municipal nº 17.726, de 17 de dezembro de 2021, que autoriza o Poder Executivo a celebrar acordo com a União nos autos do processo nº 0068278-78.1974.403.6100, com vistas a encerrar a disputa judicial que recai sobre a área conhecida como Campo de Marte, em seu artigo 1º traz o seguinte texto:

Art. 1º - Fica autorizada a celebração de acordo judicial com a União nos autos do processo nº 0068278-78.1974.403.6100, desde que a contrapartida para o Município seja a extinção da dívida decorrente do "Contrato de Confissão, Consolidação, Promessa de Assunção e Refinanciamento de Dívidas" pactuado com base na MP 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, podendo o Poder Executivo, por meio da Procuradoria Geral do Município, transigir, transacionar, firmar compromisso, desistir, transferir, remir e o que se fizer necessário para a realização do Acordo, inclusive renunciar a potencial crédito excedente que viesse a ser reconhecido no processo judicial em referência.

Despesas por Função de Governo

A classificação funcional segrega as dotações orçamentárias em funções e subfunções, buscando evidenciar em qual área de ação governamental a despesa será realizada.

Principais Despesas por Função



Segregando as despesas empenhadas por Função de Governo, destacam-se a Educação que representou 23%, Previdência Social 21%, Saúde 19%, Transporte 9%, Urbanismo 9% e Encargos 4%, e que somadas representaram 85% do total.

Os montantes em reais e as despesas relacionadas às Demais Funções seguem demonstrados:

Despesas Orçamentárias	Despesas Orçadas (Atualizadas)	Despesas Empenhadas	Saldo	em R\$	
				% Empenhada s/ Orçada	% s/ Total
Educação	22.228.656.491,86	20.776.764.934,00	1.451.891.557,86	93,5%	22,8%
Previdência Social	19.845.865.377,51	19.398.258.252,62	447.607.124,89	97,7%	21,3%
Saúde	18.279.453.493,57	17.509.704.155,31	769.749.338,26	95,8%	19,2%
Transporte	8.874.105.588,39	8.128.404.656,28	745.700.932,11	91,6%	8,9%
Urbanismo	10.729.068.351,28	8.105.418.500,19	2.623.649.851,09	75,5%	8,9%
Encargos Especiais	4.407.118.651,42	3.766.110.184,72	641.008.466,70	85,5%	4,1%
Administração	2.557.531.522,99	2.243.433.392,37	314.098.130,62	87,7%	2,5%
Habituação	3.780.386.432,52	1.930.074.840,28	1.850.311.592,24	51,1%	2,1%
Assistência Social	2.015.059.527,26	1.877.079.627,68	137.979.899,58	93,2%	2,1%
Saneamento	2.254.984.396,05	1.850.301.943,33	404.682.452,72	82,1%	2,0%
Legislativa	1.208.654.323,00	1.036.164.923,80	172.489.399,20	85,7%	1,1%
Desporto e Lazer	970.318.662,10	920.185.317,32	50.133.344,78	94,8%	1,0%
Cultura	990.274.565,54	824.730.366,77	165.544.198,77	83,3%	0,9%
Segurança Pública	942.246.327,91	805.960.296,11	136.286.031,80	85,5%	0,9%
Gestão Ambiental	514.924.728,59	416.595.926,83	98.328.801,76	80,9%	0,5%
Comércio e Serviços	470.423.808,08	398.438.664,75	71.985.143,33	84,7%	0,4%
Direitos da Cidadania	365.294.051,59	308.229.652,17	57.064.399,42	84,4%	0,3%
Comunicações	308.312.325,27	307.173.025,57	1.139.299,70	99,6%	0,3%
Trabalho	244.417.304,23	235.720.145,34	8.697.158,89	96,4%	0,3%
Judiciária	235.197.280,52	223.605.619,40	11.591.661,12	95,1%	0,2%
Relações Exteriores	27.444.829,27	25.913.522,44	1.531.306,83	94,4%	0,0%
Defesa Nacional	76.500,00	72.256,08	4.243,92	94,5%	0,0%
Reserva de Contingência	1.000,00	-	1.000,00	0,0%	0,0%
Total	101.249.815.538,95	91.088.340.203,36	10.161.475.335,59	90,0%	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Despesas de Exercícios Anteriores

Referem-se às despesas cujo fatos geradores ocorreram em exercícios anteriores àquele em que deva ocorrer o pagamento.

No exercício de 2022, as despesas de exercícios anteriores totalizaram R\$ 212,5 milhões e apresentaram um aumento de 170,6%, se comparado ao exercício anterior.

Despesas de Exercícios Anteriores (DEA)	Exercício 2022	Exercício 2021	em R\$	
			% Variação	% s/ Total
Despesas Correntes	203.502.118,72	64.003.055,53	218,0%	95,8%
Pessoal e Encargos Sociais	15.908.340,28	1.420.660,29	1019,8%	7,5%
Outras Despesas Correntes	187.593.778,44	62.582.395,24	199,8%	88,3%
Despesas de Capital	8.959.221,73	14.501.635,46	-38,2%	4,2%
Investimentos	8.959.221,73	10.619.580,41	-15,6%	4,2%
Amortização da Dívida	-	3.882.055,05	-100,0%	0,0%
Total	212.461.340,45	78.504.690,99	170,6%	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Fundos Municipais

Os Fundos Municipais são operacionalizados pelas Unidades Orçamentárias das Secretarias/Órgãos aos quais se vinculam, com sua execução orçamentária realizada no Sistema de Orçamento e Finanças - SOF e estão inclusos nos demonstrativos orçamentários,

financeiros e contábeis da Lei Federal nº 4.320/64, da Lei Orgânica do Município de São Paulo e da Lei de Responsabilidade Fiscal.

As despesas empenhadas em 2022 para os Fundos Municipais atingiram o montante de R\$ 33,8 bilhões, com destaque para o Fundo Municipal da Saúde com despesas totais de R\$ 17,1 bilhões, representando 50% e para o Fundo Municipal de Assistência Social com R\$ 1,7 bilhão.

Fundos Municipais		Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total	% s/ Total
Cód.	Administração Direta	20.391.902.352,93	2.161.943.744,47	22.553.846.097,40	66,7%
Órg.	Poder Executivo	20.391.147.820,84	2.161.498.672,81	22.552.646.493,65	66,7%
84	Fundo Municipal de Saúde	16.810.582.912,62	270.148.576,82	17.080.731.489,44	50,5%
93	Fundo Municipal de Assistência Social	1.679.700.279,34	4.199.988,70	1.683.900.268,04	5,0%
87	Fundo Municipal de Desenvolvimento de Trânsito	1.260.943.308,96	161.112.564,69	1.422.055.873,65	4,2%
98	Fundo de Desenvolvimento Urbano	-	1.188.384.911,34	1.188.384.911,34	3,5%
99	Fundo Municipal de Iluminação Pública	557.473.511,93	83.451,00	557.556.962,93	1,6%
86	Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura	-	465.818.376,09	465.818.376,09	1,4%
7	Fundo Municipal de Desenvolvimento Social	355.634,76	65.748.188,69	66.103.823,45	0,2%
90	Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	44.466.599,65	-	44.466.599,65	0,1%
17.20	Fundo Esp. p Modernização da Adm.Tributária e Adm.Fazend	25.176.677,76	1.435.161,64	26.611.839,40	0,1%
94	Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenv. Sustentável	4.117.999,92	4.567.453,84	8.685.453,76	0,0%
8	Fundo Municipal do Idoso	8.330.895,90	-	8.330.895,90	0,0%
	Poder Legislativo	754.532,09	445.071,66	1.199.603,75	0,0%
76	Fundo Especial de Despesas da Câmara Municipal	495.791,51	345.071,66	840.863,17	0,0%
77	Fundo Especial de Despesa do Tribunal de Contas	258.740,58	100.000,00	358.740,58	0,0%
	Administração Indireta	11.132.529.024,81	143.196.158,04	11.275.725.182,85	33,3%
3.20	Fundo Previdenciário - FUNPREV	4.657.258.534,58	-	4.657.258.534,58	13,8%
3.30	Fundo Financeiro - FUNFIN	4.576.266.845,96	-	4.576.266.845,96	13,5%
81	Fundo Municipal de Limpeza Urbana	1.785.655.593,61	-	1.785.655.593,61	5,3%
91	Fundo Municipal de Habitação	113.348.050,66	143.196.158,04	256.544.208,70	0,8%
Total		31.524.431.377,74	2.305.139.902,51	33.829.571.280,25	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Restos a Pagar

Ao final do exercício, as despesas orçamentárias empenhadas e não pagas são inscritas em restos a pagar. Os restos classificam-se em: Restos a Pagar Não Processados (RPNP), referentes às despesas empenhadas e ainda não liquidadas e Restos a Pagar Processados (RPP), referentes às despesas liquidadas e não pagas.

No exercício de 2022 a inscrição em RPNP totalizou R\$ 9,8 bilhões, representando um aumento de 46,9%, se comparada à inscrição do exercício de 2021 e a inscrição em RPP totalizou R\$ 413,8 milhões e apresentou um aumento de 53,0%, comparada ao exercício anterior.

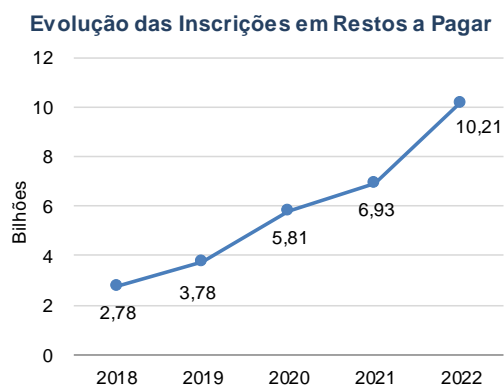
Restos a Pagar Não Processados - RPNP	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Total RPNP
Administração Direta	R\$ 75.574.533.547	R\$ 66.254.172.589	R\$ 9.320.360.958
Administração Indireta	R\$ 15.513.806.656	R\$ 15.042.576.007	R\$ 471.230.649
Total	R\$ 91.088.340.203	R\$ 81.296.748.596	R\$ 9.791.591.607

Restos a Pagar Processados - RPP		Despesas Liquidadas	Despesas Pagas		Total RPP	
Administração Direta	R\$	66.254.172.589	R\$	65.863.528.249	R\$	390.644.340
Administração Indireta	R\$	15.042.576.007	R\$	15.019.396.075	R\$	23.179.932
Total	R\$	81.296.748.596	R\$	80.882.924.324	R\$	413.824.272

Nos últimos cinco exercícios as inscrições em restos a pagar Processados e Não Processados apresentaram a evolução demonstrada no quadro a seguir, onde se observa um aumento de 47,2% no último ano:

Ano	Inscrição Restos a Pagar Processados	Inscrição Restos a Pagar Não Processados	Total
2018	R\$ 454.696.243	R\$ 2.324.206.013	R\$ 2.778.902.256
2019	R\$ 252.267.423	R\$ 3.525.789.932	R\$ 3.778.057.355
2020	R\$ 478.384.845	R\$ 5.326.874.996	R\$ 5.805.259.840
2021	R\$ 270.394.993	R\$ 6.663.562.461	R\$ 6.933.957.454
2022	R\$ 413.824.272	R\$ 9.791.591.607	R\$ 10.205.415.879

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF



Resultado Orçamentário

O resultado orçamentário é obtido comparando-se as receitas realizadas e as despesas empenhadas, gerando um resultado que poderá ser deficitário, superavitário ou de equilíbrio orçamentário.

No exercício de 2022 as receitas arrecadadas totalizaram R\$ 92,6 bilhões e as despesas empenhadas R\$ 91,1 bilhões, resultando em um superavit orçamentário consolidado de R\$ 1,5 bilhão. A Administração Direta apresentou resultado superavitário de R\$ 6,7 bilhões e a Administração Indireta um resultado deficitário de R\$ 5,2 bilhões:

Execução Orçamentária	em R\$		
	Administração Direta	Administração Indireta	Consolidado 2022
Receitas Realizadas	82.316.291.463,95	10.276.606.921,92	92.592.898.385,87
Receitas Correntes	78.329.159.026,79	10.219.125.558,38	88.548.284.585,17
Receitas de Capital	3.987.132.437,16	57.481.363,54	4.044.613.800,70
Despesas Empenhadas	75.574.533.547,47	15.513.806.655,89	91.088.340.203,36
Despesas Correntes	65.194.725.571,22	15.314.992.471,18	80.509.718.042,40
Despesas de Capital	10.379.807.976,25	198.814.184,71	10.578.622.160,96
(=) Superavit / Deficit Orçamentário	6.741.757.916,48	(5.237.199.733,97)	1.504.558.182,51

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Nos últimos cinco exercícios o resultado orçamentário apresentou a evolução demonstrada no quadro a seguir, onde se observam resultados superavitários nos últimos cinco anos:

Ano	Resultado Orçamentário (Adm. Direta)	Resultado Orçamentário (Adm. Indireta)	Consolidado
2018	R\$ 9.621.753.767	-R\$ 9.440.883.238	R\$ 180.870.530
2019	R\$ 12.878.829.574	-R\$ 9.551.271.647	R\$ 3.327.557.927
2020	R\$ 11.971.100.460	-R\$ 10.225.227.246	R\$ 1.745.873.214
2021	R\$ 12.550.959.353	-R\$ 9.323.546.594	R\$ 3.227.412.759
2022	R\$ 6.741.757.916	-R\$ 5.237.199.734	R\$ 1.504.558.183

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF



Indicadores Orçamentários

A análise do Balanço Orçamentário tem como objetivo apresentar indicadores que servirão de suporte para a análise da gestão orçamentária.

Excesso/Insuficiência de Arrecadação: a diferença a maior ou a menor entre as colunas Previsão Atualizada e Receita Realizada corresponde a uma insuficiência ou a um excesso de arrecadação ocorrido no exercício. Em 2022, observou-se um Excesso de Arrecadação no montante de R\$ 1,5 bilhão:

Excesso de Arrecadação	Previsão Atualizada	(-)	Receita Realizada	=	-R\$ 1.549.044.423,07
	91.043.853.962,80		92.592.898.385,87		

Economia na realização de despesa: a diferença a maior entre os valores da Dotação Atualizada e da Despesa Empenhada corresponde a uma economia na realização de despesa, pois parte da dotação autorizada não foi utilizada para a execução de despesas. Em 2022, observou-se uma economia na realização da despesa de R\$ 10,2 bilhões:

Economia na realização de despesa	Dotação Atualizada	(-)	Despesa Executada	=	R\$ 10.161.475.335,59
	101.249.815.538,95		91.088.340.203,36		

Inscrição de Restos a Pagar:

Restos a Pagar Processados (RPP) inscritos no exercício = Despesas Liquidadas (-) Despesas Pagas, que resultou na inscrição de R\$ 413,8 milhões de RPP em 2022:

Restos a Pagar Processados (RPP)	Despesas Liquidadas	(-)	Despesas Pagas	=	R\$ 413.824.271,98
	81.296.748.596,37		80.882.924.324,39		

Restos a Pagar Não Processados (RPNP) inscritos no exercício = Despesas Empenhadas (-) Despesas Liquidadas, que resultou na inscrição em 2022 de R\$ 9,8 bilhões de RPNP:

Restos a Pagar Não Processados (RPNP)	Despesas Empenhadas	(-)	Despesas Liquidadas	=	R\$ 9.791.591.606,99
	91.088.340.203,36		81.296.748.596,37		

Quociente do Resultado Orçamentário: é resultante da relação entre a Receita Realizada e a Despesa Empenhada, indicando a existência de um resultado superavitário, deficitário ou nulo. Assim, um índice igual a 1, representa um resultado nulo, maior que 1, indica superavit e menor que 1, deficit. Em 2022, observou-se um quociente de 1,02:

Quociente do Resultado Orçamentário	Receita Realizada	=	92.592.898.385,87	=	1,02
	Despesa Executada		91.088.340.203,36		

Quociente da Execução Orçamentária Corrente: é resultante da relação entre a Receita Realizada Corrente (Líquida) e a Despesa Empenhada Corrente. A interpretação deste quociente indica se as receitas correntes suportaram as despesas correntes ou se foi necessário utilizar receitas de capital para financiar despesas correntes. Em 2022, a Prefeitura de São Paulo apresentou um quociente da execução orçamentária corrente de 1,10:

Quociente da Execução Orçamentária Corrente	Receita Realizada Corrente (Líquida)	=	88.548.284.585,17	=	1,10
	Despesa Empenhada Corrente		80.509.718.042,40		

Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária: é resultante da relação entre a Receita Realizada e a Despesa Paga, indicando o quanto a receita orçamentária arrecadada representa em relação à despesa orçamentária. Em 2022, a Prefeitura de São Paulo apresentou um quociente financeiro real da execução orçamentária de 1,14:

Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária	Receita Realizada	=	92.592.898.385,87	=	1,14
	Despesa Paga		80.882.924.324,39		

Capitalização x Descapitalização: é resultante da diferença entre a Receita de Capital Realizada e a Despesa de Capital Executada. Caso o resultado seja menor que 0 indica uma capitalização e se for maior que 0 representa uma descapitalização. Em 2022, o resultado negativo apresentado de R\$ 6,5 bilhões representou uma capitalização:

Capitalização X Descapitalização	Receita de Capital Realizada	(-)	Despesa de Capital Executada	=	(6.534.008.360,26)
	4.044.613.800,70		10.578.622.160,96		

Indicador de Endividamento: é resultante da diferença entre a Receita de Operações de Créditos e a Despesa de Amortização da Dívida. Se o resultado for positivo, indica um aumento no endividamento e se for negativo indica uma diminuição no endividamento. Em 2022, o resultado negativo apresentado de R\$ 1,3 bilhão indicou uma diminuição no endividamento:

Endividamento	Receita de Operações de Créditos 103.342.000,00	(-)	Despesa de Amortização da Dívida 1.399.508.038,28	=	(1.296.166.038,28)
----------------------	---	-----	---	---	---------------------------

Cumprimento à Regra de Ouro

A regra de ouro, amparada pelo art. 167, inciso III, da Constituição Federal estabelece que: “é vedada a realização de operações de crédito que excedam as despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta”. Ou seja, não se deve recorrer a endividamento público para custear despesas correntes.

No exercício de 2022, a margem de suficiência da Regra de Ouro foi de R\$ 10,5 bilhões, que correspondeu ao excedente de despesas de capital em relação às receitas de operações de crédito. Diante deste resultado, constatou-se que a Regra de Ouro foi atendida.

Regra de Ouro - Margem de Suficiência	Despesas de Capital 10.578.622.160,96	(-)	Receita de Operações de Créditos 103.342.000,00	=	R\$ 10.475.280.160,96
--	--	-----	---	---	------------------------------

Análise Patrimonial

O Balanço Patrimonial evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial do Município por meio das contas representativas do patrimônio público. Os valores são consolidados⁴ dos órgãos e das entidades inseridos no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. A diferença entre os bens e direitos (Ativo) e as obrigações (Passivo) constitui o Patrimônio Líquido do Município.

Exercício 2021		Exercício 2022	
Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
R\$ 142,70 bilhões	R\$ 237,78 bilhões	R\$ 161,77 bilhões	R\$ 167,71 bilhões
	Patrimônio Líquido		Patrimônio Líquido
	-R\$ 95,08 bilhões		-R\$ 5,94 bilhões

No exercício de 2022, o valor do Ativo foi de R\$ 161,77 bilhões, representando uma variação positiva de 13,36% em relação a 2021. Já o Passivo encerrou o exercício com um valor de R\$ 167,71 bilhões resultando em uma diminuição de 29,47% quando comparado a 2021. Essas alterações resultaram em uma melhora no **Passivo a Descoberto** (Patrimônio Líquido) em torno de R\$ 89,14 bilhões.

Segregando a análise patrimonial do exercício de 2022 em Administração Direta e Indireta, temos a seguinte posição:

Administração Direta		Administração Indireta		Consolidado	
Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
R\$ 154,89 bilhões	R\$ 42,69 bilhões	R\$ 6,88 bilhões	R\$ 125,02 bilhões	R\$ 161,77 bilhões	R\$ 167,71 bilhões
	Patrimônio Líquido		Patrimônio Líquido		Patrimônio Líquido
	R\$ 112,20 bilhões		-R\$ 118,13 bilhões		-R\$ 5,94 bilhões

Uma relevante comparação pode ser observada no Patrimônio Líquido, em que a Administração Direta apresentou um valor positivo de R\$ 112,20 bilhões, enquanto a Administração Indireta apresentou um Passivo a Descoberto no montante de R\$ 118,13 bilhões, resultando em um consolidado negativo de R\$ 5,94 bilhões.

Dois fatores que contribuíram para saldo negativo no Patrimônio Líquido, denominado de Passivo a Descoberto, decorreram das provisões matemáticas previdenciárias e das reversões de provisão matemáticas previdenciárias realizadas nos últimos anos (2015-2022) pelo IPREM e nos Fundos Previdenciários FUNFIN e FUNPREV, nos montantes respectivos de R\$ 245,54 bilhões devedor e R\$ 297,02 bilhões credor.

⁴ Cabe observar que este Município ainda não adota o procedimento de eliminação das transações recíprocas entre entidades do OFSS nos demonstrativos consolidados, entretanto tem a pauta em alta prioridade.

Os ativos e passivos são classificados em circulante e não circulante, de acordo com a expectativa de realização em até 12 meses após a data das demonstrações contábeis (curto prazo/circulante) ou após 12 meses da data das demonstrações contábeis (longo prazo/não circulante). No exercício de 2022 temos a seguinte segregação em circulante e não circulante:

Ativo		Passivo e PL	
Circulante	R\$ 49.255.484.880	Circulante	R\$ 13.330.885.421
Não Circulante	R\$ 112.514.728.029	Não Circulante	R\$ 154.378.388.360
		PL (Passivo a Descoberto)	-R\$ 5.939.060.872
Total	R\$ 161.770.212.909	Total	R\$ 161.770.212.909

Ativo

Ativos são recursos controlados pelo Município como resultado de eventos passados e dos quais se espera que resultem benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços, sendo classificados em circulante e não circulante com base na expectativa de realização. No exercício de 2022 o Ativo apresentou o montante de R\$ 161,77 bilhões, com o circulante representando 30,4% e o não circulante 69,9% do Ativo Total.

Ativo Circulante		Ativo Não Circulante	
Caixa e Equivalentes de Caixa	R\$ 31.465.551.251	Realizável a Longo Prazo	R\$ 75.048.641.318
Créditos a Curto Prazo	R\$ 17.113.922.338	Investimentos	R\$ 7.529.943.799
Investim. e Aplic. Temporárias a Curto Prazo	R\$ -	Imobilizado	R\$ 29.896.075.390
Estoques	R\$ 667.629.885	Intangível	R\$ 40.067.522
VPD Pagas Antecipadamente	R\$ 8.381.406		
Total	R\$ 49.255.484.880	Total	R\$ 112.514.728.029
Ativo Total		R\$ 161.770.212.909	

Ativo Circulante

Compreende os ativos disponíveis para realização imediata ou que tenham expectativa de realização até 12 meses após a data das demonstrações contábeis e totalizou R\$ 49,26 bilhões, segregado em:

em R\$				
Ativo Circulante	Exercício 2022	Exercício 2021	Variação	%s/ Total
Caixa e Equivalentes de Caixa	31.465.551.251,12	24.747.281.858,69	27,1%	63,9%
Créditos a Curto Prazo	17.113.922.337,74	15.480.170.858,51	10,6%	34,7%
Investim. e Aplic. Temporárias a Curto Prazo	-	46.190.266,65	-100,0%	0,0%
Estoques	667.629.885,17	422.869.205,83	57,9%	1,4%
VPD Pagas Antecipadamente	8.381.405,98	2.960.481,60	183,1%	0,0%
Total	49.255.484.880,01	40.699.472.671,28	21,0%	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Em 2022, o Ativo Circulante apresentou um aumento de 21,0% em relação ao exercício anterior, com destaque para Caixa e Equivalentes de Caixa e Créditos a Curto Prazo que representaram, respectivamente, 63,9% e 34,7% do total do grupo, equivalendo, juntos, a 98,6% do grupo.

em R\$	
Caixa e Equivalentes de Caixa	Exercício 2022
Caixa	13.090,16
Conta Única	990.740.645,70
Conta Única RPPS	85.556,74
Bancos Conta Movimento - Demais Contas	920.254.063,98
Rede Bancária - Arrecadação	58.536.833,49
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	28.450.008.170,78
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata RPPS	1.044.727.997,26
Garantias	11.608,84
Depósitos Não Judiciais	1.173.284,17
Total	31.465.551.251,12

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

em R\$	
Créditos a Curto Prazo	Exercício 2022
Clientes *	196.136.540,03
Créditos de Transferências a Receber	9.492.243,81
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	40.448,56
Dívida Ativa Tributária	1.128.022.369,08
Dívida Ativa Não Tributária	35.568.809,41
Adiantamentos Concedidos	5.058.653,82
Tributos a Recuperar/Compensar	52.110.587,87
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	7.296.591.621,56
Créditos Previdenciários a Receber	7.147.684,05
Outras Contribuições Previdenciárias a Receber	1.063,80
Outros Créditos a Receber	8.383.752.315,75
Total	17.113.922.337,74

* Valor Líquido (descontado o Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo)

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Caixa e Equivalentes de Caixa:

Compreendem a soma dos valores em caixa e em bancos, bem como em equivalentes de caixa. Destacam-se as aplicações financeiras de liquidez imediata que representaram 93,74% do total do grupo.

Créditos a Curto Prazo: Referem-

se aos valores a receber por fornecimento de bens e serviços, créditos tributários, créditos de transferências a receber, empréstimos e financiamentos concedidos, adiantamentos, tributos a recuperar/compensar, depósitos restituíveis e valores vinculados e outros créditos.

- **Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados** – representa 42,6% do grupo e é composto basicamente pelo Fundo de Reserva dos Depósitos Judiciais – corresponde aos 30% (trinta por cento) dos valores depositados em juízo, conforme Lei Complementar nº 151/2015, no montante de R\$ 5,99 bilhões e pela Conta Especial de Precatórios - corresponde aos valores de contas especiais mantidas no Banco do Brasil, por meio das quais são realizados os pagamentos de precatórios sob responsabilidade legal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – TJSP, no montante de R\$ 1,31 bilhão;
- **Outros Créditos a Receber** – alcançou o montante de R\$ 8,38 bilhões, representando 49,0% do grupo, com destaque para os créditos decorrentes de infrações legais e contratuais onde se encontram contabilizados R\$ 8,05 bilhões referentes às multas de trânsito;
- **Clientes** – apresentou o montante de R\$ 196,14 milhões e corresponde, em sua grande maioria, às prestações a receber de financiamentos habitacionais registrados na COHAB e no FMH. O saldo de Clientes já se encontra deduzido do valor R\$ 5,05 milhões, referente ao ajuste para perdas.

Ativo Não Circulante

Compreende os ativos realizáveis após 12 meses da data das demonstrações contábeis e totalizou R\$ 112,51 bilhões, composto por:

Ativo Não Circulante	Exercício 2022	Exercício 2021	Variação	%s/ Total
Realizável a Longo Prazo	75.048.641.318,27	68.368.084.037,74	9,8%	66,7%
Créditos a Longo Prazo	75.042.203.113,61	68.341.052.266,61	9,8%	66,7%
Investimentos Temp. a Longo Prazo	61.435,90	67.266,68	-8,7%	0,0%
Estoques	3.832.172,14	25.318.793,47	-84,9%	0,0%
VPD Pagas Antecipadamente	2.544.596,62	1.645.710,98	54,6%	0,0%
Investimentos	7.529.943.798,79	6.890.155.898,06	9,3%	6,7%
Imobilizado	29.896.075.389,87	26.707.181.668,51	11,9%	26,6%
Intangível	40.067.522,39	34.716.849,85	15,4%	0,0%
Total	112.514.728.029,32	102.000.138.454,16	10,3%	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Em 2022, o Ativo Não Circulante apresentou um aumento de 10,3% em relação ao exercício anterior, com destaque para o Créditos a Longo Prazo e o Imobilizado que representaram, respectivamente, 66,7% e 26,6% do total do grupo, sendo que juntos equivalem 93,3% do Ativo Não Circulante.

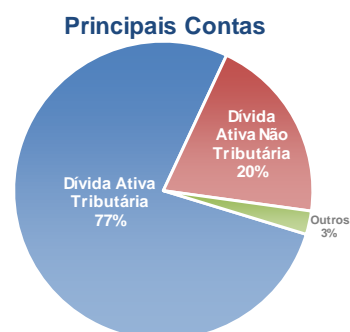
Realizável a Longo Prazo: Compreende os bens, direitos e despesas antecipadas realizáveis no longo prazo.

- **Créditos a Longo Prazo:** trata-se do grupo de maior representatividade do Ativo Não Circulante, tendo em sua composição a Dívida Ativa Tributária e Não Tributária que totalizam R\$ 73,14 bilhões e equivalem a 97,5 % do total do grupo.

Créditos a Longo Prazo	Exercício 2022
Clientes *	184.769.408,49
Empréstimos e Financiamentos Concedidos *	57.184.294,32
Dívida Ativa Tributária *	57.957.941.201,80
Dívida Ativa Não Tributária *	15.181.949.955,32
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	1.192.168.547,67
Demais Créditos Intra OFSS	454.970.245,48
Demais Créditos Inter OFSS- União	521.228,86
Créditos Previdenciários do RPPS	12.698.231,67
Total	75.042.203.113,61

* Valores Líquidos (descontados os ajustes de perdas)

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF



Na comparação dos exercícios 2021 e 2022, verificou-se um aumento no estoque líquido da Dívida Ativa Tributária e Não Tributária de 10,1% e 16,4%, respectivamente, conforme demonstrado a seguir:

Créditos a Longo Prazo	Exercício 2022	Exercício 2021	em R\$	
			Variação %	% s/ Total
Clientes *	184.769.408,49	161.208.114,46	14,6%	0,2%
Empréstimos e Financiamentos Concedidos *	57.184.294,32	54.655.278,89	4,6%	0,1%
Dívida Ativa Tributária *	57.957.941.201,80	52.637.695.663,12	10,1%	77,2%
Dívida Ativa Não Tributária *	15.181.949.955,32	13.047.667.188,67	16,4%	20,2%
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	1.192.168.547,67	2.004.339.800,74	-40,5%	1,6%
Créditos Previdenciários do RPPS	12.698.231,67	11.746.853,97	8,1%	0,0%
Créditos a Longo Prazo Intra OFSS	454.970.245,48	423.267.010,91	7,5%	0,6%
Créditos a Longo Prazo Inter OFSS- União	521.228,86	472.355,85	10,3%	0,0%
Total	75.042.203.113,61	68.341.052.266,61	9,8%	100,0%

* Valores Líquidos (descontados os ajustes de perdas)

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Desde 2018, a Prefeitura de São Paulo adota nova metodologia de apuração do ajuste da dívida ativa a valor recuperável, resultado de estudo elaborado pelo Grupo Técnico – GT instituído em 2017 (Portaria Conjunta SF/PGM nº 9/2017). O valor do ajuste mensal adotado pela PMSP é baseado em cálculo aplicado por meio do Modelo Probabilístico de Regressão Logística (MRL) que, levando em consideração as características do processo, é capaz de estimar com segurança estatística a probabilidade de êxito da cobrança. O MRL permite que se obtenha para cada inscrição a sua probabilidade de recuperação, considerando suas características (idade do crédito, perfil do contribuinte, tipo do crédito, etc.) como variáveis explicativas, ou seja, dado o perfil da inscrição, pode-se estimar qual a probabilidade (entre 0 e 100%) de que esse crédito seja pago.

Foi publicada a Portaria Conjunta PGM/SF nº 02 de 24/06/2022, atualizada pela Portaria PGM/SF nº 03 de 24/10/2022, conforme processo SEI nº 6017.2022/0005612-1, para formalização de ato designando servidores da Procuradoria Geral do Município – PGM e da Divisão de Contabilidade – DICON para compor grupo de estudos destinado a propor metodologia para qualificação dos créditos do Município inscritos em dívida ativa, de acordo com a sua real expectativa de geração de benefícios econômicos, resultando no reconhecimento contábil apenas da parcela que atenda aos critérios definidos na NBC TSP Estrutura Conceitual, bem como uma nova proposta de ajustes para perdas sobre a referida parcela, com objetivo de realizar estudos relacionados ao cálculo do provisionamento da dívida ativa, de forma a equacionar os seguintes pontos:

- i) Qualificação dos débitos inscritos em dívida ativa que atendam aos requisitos da NBCTSP estrutura conceitual, com eventual desreconhecimento. Até dezembro de 2022 foi desreconhecido o montante de R\$ 2,77 bilhões da Dívida Ativa, derivada de comparativo entre os sistemas da Dívida Ativa- SDA e Parcelamentos SF relativo aos valores de programas de parcelamentos de dívida ativa a receber, operação detalhada em processo eletrônico SEI nº 6017.2017/0041251-4;

- ii) Indicação de tratamento a ser dado aos parcelamentos inscritos em Dívida Ativa;
- iii) Reestudo dos cálculos relacionados ao ajuste estimativo para perdas da dívida ativa; e
- iv) Aprimoramento dos quadros contábeis para permitir controle e classificação dos diversos eventos.

A evolução da dívida ativa com os respectivos ajustes para perdas está demonstrada a seguir:



Com base nas informações prestadas pela Procuradoria Geral do Município, considerando a parte passível de cobrança da dívida ativa, temos a seguinte segregação:

Situação - 2022	Posição	Quantidade	Valor
Dívida com ACE	08/02/2023	56.205	R\$ 50.839.518.298,14
Execuções Fiscais Embargadas (Garantidas)	08/02/2023	13.518	R\$ 26.442.306.336,50
Dívidas/Execuções com Parcelamento	08/02/2023	Não aplicável	R\$ 13.387.582.407,92
Provisão de Perda	dez/22	56,92% da dívida ativa	R\$ 108.662.711.599,89

Fonte: Prodam e PGM

- **Dívidas com ACE:** dívidas contestadas por ações judiciais propostas pelo contribuinte junto à Vara da Fazenda Pública. Nestas ações, o contribuinte contesta junto ao Poder Judiciário a cobrança de sua dívida. Esta situação indica que o contribuinte está identificado e que a dívida terá uma solução, seja para seu cancelamento, total ou parcial, seja para seu prosseguimento;
- **Execuções fiscais embargadas (garantidas):** para contestar a cobrança no âmbito de uma execução fiscal, o contribuinte apresenta garantia suficiente para pagamento da dívida caso seja vencido. Para estas ações, em geral, também haverá uma solução definitiva, seja para o cancelamento, seja para o pagamento da dívida;

- **Dívidas com parcelamento em andamento:** o contribuinte celebrou acordo e está pagando sua dívida mediante parcelamento, o que indica grande expectativa de que a dívida será paga.

Investimentos: Compreendem as participações permanentes em outras sociedades, bem como os bens e direitos não classificáveis no Ativo Circulante, nem no ativo realizável a longo prazo e que não se destinam à manutenção da atividade do Município.

	em R\$
Investimentos	Exercício 2022
Participações Permanentes	2.972.733.037,08
Propriedades para Investimento	532.046.048,04
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	3.039.000,00
Demais Investimentos Permanentes	4.022.201.878,05
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos	(76.164,38)
Total	7.529.943.798,79

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Os Investimentos representam 6,7% do Ativo Não Circulante e as contas de maior expressividade do grupo são Demais Investimentos Permanentes que totalizaram R\$ 4,02 bilhões e as Participações Permanentes com R\$ 2,97 bilhões.

- **Participações Permanentes:** Compreendem as participações permanentes em outras entidades em forma de ações ou cotas. As participações permanentes do Município estão segregadas em: Participações Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial –MEP, Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) e Participações Avaliadas pelo Método de Custo.

Outra importante classificação referente às participações societárias é a relação de dependência, ou seja, as empresas podem ser dependentes ou independentes. Considera-se dependente a empresa que recebe recursos financeiros, em forma de subsídio, para pagamento de despesas com pessoal, de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária. Atualmente, no âmbito desta municipalidade, a COHAB, a SPUrbanismo, SPTurismo e a SP Cine são consideradas Empresas Públicas Dependentes.

O critério para realização do MEP do exercício de 2022 consistiu na utilização dos balancetes das empresas controladas, referente à competência outubro de 2022, excluído o Adiantamento para Futuro Aumento de Capital do Patrimônio Líquido das empresas e não os incluindo como investimento na PMSP, ocasionando resultado equânime, tanto na controladora como na coligada. No próximo exercício será realizada a revisão do cálculo do Investimento pelo MEP, com base no Balanço Patrimonial, da competência dezembro de 2022, das empresas investidas.

Conforme MCASP 9ª edição, as participações em empresas em que a administração tenha influência significativa, devem ser mensuradas ou avaliadas pelo método da equivalência

patrimonial. O método da equivalência patrimonial será utilizado para os investimentos em coligadas ou em controladas e em outras sociedades que façam parte de um mesmo grupo ou estejam sob controle comum.

Pelo método da equivalência patrimonial, o investimento é inicialmente registrado a preço de custo e o valor contábil é aumentado ou reduzido, conforme o Patrimônio Líquido da investida aumente ou diminua, em contrapartida à conta de resultado.

Para as controladas com Patrimônio Líquido negativo, caso das empresas CET, SP Obras, SPTurismo, CET e SPTrans, as atualizações dos valores foram contabilizadas na conta Provisão para Perda em Investimentos do Passivo não Circulante, conforme o item 42 da NBC TSP nº 18 - Investimentos em Coligada e em Controlada, transcrito a seguir:

Após reduzir a zero o saldo contábil da participação do investidor, déficits adicionais são considerados e um passivo reconhecido, somente na extensão em que o investidor tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas ou tenha realizado pagamentos em nome da coligada. Se a coligada subsequentemente reportar superávits, o investidor retorna o reconhecimento de sua participação nesses superávits somente após sua participação nesses superávits posteriores se igualarem aos déficits não reconhecidos. (NBC TSP 18).

Segue o cálculo das participações nas empresas⁵ avaliadas pelo MEP no exercício de 2022:

em R\$										
	Empresa Investida	Posição em 31/12/2021 sem AFAC	Porcentagem Capital (b)	Patrimônio Líquido sem AFAC (c)	Cálculo MEP 2022 (d)=(c*b)	Invest. Realizados	Ajuste MEP 2022	Distribuição Dividendos	Ajuste Exercício Anterior	Posição em 31/12/2022 sem AFAC
MEP - Empresas com PL positivo	COHAB	505.407.021	99,999998%	1.051.461.526	1.051.461.505	-	268.372.430	-	277.682.053	1.051.461.505
	SPDA	312.649.624	99,999998%	369.568.783	369.568.774	32.100.412	28.839.071	-	(4.020.334)	369.568.774
	SP URBANISMO	213.731.222	99,531261%	238.643.319	237.524.705	-	(4.181.649)	-	27.975.132	237.524.705
	PRODAM	75.458.593	99,999982%	144.639.995	144.639.970	-	15.892.645	-	53.288.731	144.639.970
	SP PARCERIAS	8.119.182	99,999995%	13.352.081	13.352.080	-	3.252.467	-	1.980.430	13.352.080
	SPCINE	6.007.627	100,000000%	8.338.749	8.338.749	-	1.638.879	-	692.243	8.338.749
	Total	1.121.373.271		1.826.004.453	1.824.885.783	32.100.412	313.813.844	-	357.598.256	1.824.885.783
MEP - Empresas com PL negativo	SP OBRAS	(15.680.429)	99,531261%	238.643.319	237.524.705	-	4.745.527	-	4.587.815	(6.347.086)
	SP TURIS	(57.779.339)	96,736313%	(89.403.962)	(86.486.096)	-	(18.083.355)	-	(10.623.402)	(86.486.096)
	CET	(163.216.219)	99,999994%	(172.286.625)	(172.286.615)	-	(40.993.784)	-	31.923.388	(172.286.615)
	SP TRANS	122.995.427	99,965527%	(62.739.462)	(62.717.834)	-	(184.586.960)	-	(1.126.300)	(62.717.834)
	Total	(113.680.559)		(85.786.730)	(83.965.840)	-	(238.918.572)	-	24.761.501	(327.837.631)
Investimentos avaliados pelo MEP	Total	1.007.692.712		1.740.217.723	1.740.919.943	32.100.412	74.895.272	-	382.359.756	1.497.048.152

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

No quadro MEP – Empresas com PL positivo, os investimentos totalizaram R\$ 1,82 bilhão (considerando o saldo final de 2021, os ajustes de exercício anterior decorrentes da atualização do cálculo do MEP do exercício de 2021 e movimentações como Investimentos), no comparativo com o saldo final de 2021 (R\$ 1,12 bilhão) observa-se que houve acréscimo de R\$ 703,51 milhões, equivalente a 62,73% do saldo inicial (2021) de investimentos, parte

⁵ Cia. Metropolitana de Habitação de São Paulo – COHAB; Cia. São Paulo de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos – SPDA; São Paulo Urbanismo – SP Urbanismo; São Paulo Transporte S/A – SPTrans; Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação – PRODAM; São Paulo Parcerias - SP Parcerias; Empresa de Cinema e Audiovisual de São Paulo – SP Cine; São Paulo Obras – SP Obras; São Paulo Turismo S/A – SP Turis; Companhia de Engenharia de Tráfego – CET.

devido ao valor do Patrimônio Líquido da empresa investida COHAB que teve um acréscimo no valor de R\$ 546,05 milhões e da empresa investida PRODAM que teve um acréscimo no valor de R\$ 69,18 milhões, contribuindo para o acréscimo do investimento da Prefeitura.

Os PL negativos das empresas SPObras, SPTurismo, CET e SPTrans constituem Provisão no Passivo da Prefeitura e no exercício de 2022, apresentou o montante de R\$ 327,83 milhões:

I – SPObras no valor de R\$ 6,35 milhões (aumento do investimento em R\$ 9,33 milhões em relação a 2021 ajustado);

II – SPTurismo no valor de R\$ 86,48 milhões (diminuição do investimento em R\$ 28,7 milhões em relação a 2021 ajustado);

III – CET no valor de R\$ 172,28 milhões (diminuição do investimento em R\$ 9,07 milhões em relação a 2021 ajustado);

IV – SPTransporte no valor de R\$ 62,72 milhões (diminuição do investimento em R\$ 185,71 milhões em relação a 2021 ajustado).

Em 2022 houve duas integralizações de capital na Companhia de Desenvolvimento e Mobilizações de Ativos – SPDA. A primeira no montante de R\$ 32,10 milhões, autorizada na Assembleia Geral e Extraordinária da SPDA, realizada em 28/04/2022, processo SEI nº 6017.2016/0000858-4, composta pelos valores de R\$ 18,20 milhões decorrente da Incorporação de AFAC (conta de ativo) e R\$ 13,90 milhões mediante o recebimento de Juros sobre Capital Próprio.

E uma nova integralização de capital da SPDA de R\$ 26,22 milhões autorizada na Assembleia Geral e Extraordinária da SPDA, realizada em 29/09/2022, processo SEI nº 6011.2022/0002604-1, ata (076002549). O valor está contabilizado em AFAC (conta de ativo) na prefeitura e será regularizada em 2023, pois não houve tempestividade no envio das informações.

	em R\$				
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Saldo em 2021	Valor Adiantado	Valor Integralizado	Ajuste Contábil	Saldo em 2022
Cia. SP Desenv. Mobilização de Ativos - SPDA	18.197.858	26.223.126	(18.197.858)	-	26.223.126
Total	18.197.858	26.223.126	(18.197.858)	-	26.223.126

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Com relação às participações avaliadas pelo Método de Custo, destacamos as Ações Ordinárias do Metrô – Disponíveis que totalizaram R\$ 1,07 bilhão em 2022, representando 36,01% das participações permanentes.

- **Demais Investimentos Permanentes:** Compreendem os demais direitos de qualquer natureza não classificáveis no Ativo Circulante, nem no ativo realizável a longo prazo e que não se destinam à manutenção das atividades do Município.

em R\$	
Demais Investimentos Permanentes	Exercício 2022
Operações Urbanas - Água Branca	3.510.117.000,00
Operações Urbanas - Água Espraiada	512.000.000,00
Operações Urbanas - Faria Lima	-
Outros	84.878,05
Total	4.022.201.878,05

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

No Município, o grupo Demais Investimentos Permanentes é composto, principalmente, pelos títulos e valores das operações urbanas consorciadas. As operações urbanas que utilizam o Certificado de Potencial Adicional de Construção – CEPAC são: Operação Urbana Consorciada Faria Lima, Operação Urbana Consorciada Água Espraiada e Operação Consorciada Água Branca.

Os CEPACs são valores mobiliários emitidos pela Prefeitura de São Paulo, por meio da SPUrbanismo, utilizados como forma de pagamento de contrapartida para a outorga de Direito Urbanístico Adicional dentro do perímetro de uma Operação Urbana Consorciada. Cada CEPAC equivale a determinado valor de m² para utilização em área adicional de construção ou em modificação de usos e parâmetros de um terreno ou projeto.

As emissões de CEPACs são regidas pelas determinações contidas na Instrução 401 da CVM, que regulamenta a emissão dos títulos, as responsabilidades pelo acompanhamento das Operações Urbanas Consorciadas e indica a forma de exercício dos direitos assegurados pelos CEPACs.

Os CEPACs também podem ser utilizados como meio de pagamento das intervenções por meio de colocações privadas. Neste caso, o valor do CEPAC é atualizado pelo Índice Edificações em Geral, publicado mensalmente pela Secretaria Municipal da Fazenda no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, tendo como base o preço realizado no último leilão.

Em 31 de dezembro de 2022, a operação urbana da Faria Lima permaneceu com o estoque zerado, sem novas distribuições, a operação da Água Branca permaneceu com o estoque inalterado, totalizando R\$ 3,5 bilhões e a operação da Água Espraiada deveria apresentar saldo zerado em virtude do encerramento da 6ª distribuição. No entanto, conforme observa-se na tabela a seguir, apresentou saldo de R\$ 512 milhões, o qual será regularizado no exercício de 2023. O histórico dos fatos ocorridos da operação Água Espraiada encontra-se detalhado nas Notas explicativas deste Relatório – Nota nº 10 Investimentos do Demonstrativo Balanço Patrimonial.

CEPAC - Operações Urbanas	Saldo em 2021	Alienação	Distribuição Encerrada	Saldo em 2022	CEPAC em Estoque	em R\$ Variação %
Água Branca	3.510.117.000	-	-	3.510.117.000	2.184.000	0%
CEPAC-Residencial	-	-	-	-	1.599.000	
CEPAC-não Residencial	-	-	-	-	585.000	
Faria Lima	-	-	-	-	-	
Água Espreada	460.239.282	512.000.000	(460.239.282)	512.000.000	-	11%
Total	3.970.356.282	512.000.000	(460.239.282)	4.022.117.000	2.184.000	1%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Imobilizado: Compreendem os direitos que têm por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades do Município ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram ao Município os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

Imobilizado	em R\$ Exercício 2022
Bens Móveis	1.846.336.772,05
(-) Depreciação Acumulada - Bens Móveis	(481.443.560,61)
(-) Redução ao Valor Recuperável - Bens Móveis	(28.272,97)
Bens Imóveis	28.812.044.962,76
(-) Depreciação Acumulada - Bens Imóveis	(210.747.359,29)
(-) Redução ao Valor Recuperável - Bens Imóveis	(70.087.152,07)
Total	29.896.075.389,87

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

O Imobilizado do Município totalizou R\$ 29,87 bilhões e representa 26,6% do Ativo Não Circulante. Compreende os valores brutos do imobilizado e as deduções com depreciação acumulada e com o ajuste ao valor recuperável.

- **Bens Móveis:** Compreendem os valores da aquisição ou incorporação de bens tangíveis, que têm existência material e que podem ser transportados por movimento próprio ou removidos por força alheia sem alteração da substância ou da destinação econômico-social, que constituam meio para a produção de outros bens ou serviços. Os Bens Móveis totalizaram R\$ 1,36 bilhão em 2022, representando 4,6% do Imobilizado.
- **Bens Imóveis:** Compreendem o valor dos bens vinculados ao solo e que não podem ser retirados sem destruição ou danos. Classificam-se⁶ em: bens de uso especial, bens dominicais, bens de uso comum do povo, bens imóveis em andamento e demais bens imóveis.

⁶ **Bens de uso especial:** compreendem os bens, tais como edifícios ou terrenos, destinados a serviço ou estabelecimento da administração, inclusive os de suas autarquias e fundações públicas;

Bens dominicais: compreendem os bens que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades. Compreendem ainda, não dispondo a lei em contrário, os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado;

Bens de uso comum do povo: podem ser entendidos como os de domínio público;

Bens imóveis em andamento: compreendem os valores de bens imóveis em andamento, ainda não concluídos;

Demais bens imóveis: compreendem os demais bens imóveis não classificados anteriormente, como bens imóveis locados para terceiros, imóveis em poder de terceiros, dentre outros bens.

em R\$	
Bens Imóveis	Exercício 2022
Bens de Uso Especial	16.381.431.108,30
Bens Dominicais	11.956.401.835,16
Bens de Uso Comum do Povo	-
Demais Bens Imóveis	474.212.019,30
(-) Depreciação Acumulada - Bens Imóveis	(210.747.359,29)
(-) Redução ao Valor Recuperável	(70.087.152,07)
Total	28.531.210.451,40

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Os Bens Imóveis totalizaram R\$ 28,5 bilhões em 2022, representando 95,4% do Imobilizado. Os Bens de Uso Especial representaram 57,1% e os Bens Dominicais 41,9% do grupo.

O Município de São Paulo não iniciou os trabalhos para reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura (Bens de Uso Comum do Povo), cuja contabilização deve ser iniciada a partir de 01/01/2023, conforme prazo-limite estabelecido no Anexo da Portaria STN nº 548/2015.

Os valores referentes à depreciação acumulada foram registrados nos seguintes órgãos: PMSP, IPREM, TCMSP, CMSP, COHAB, SPTurismo e SPUrbanismo. O registro de redução ao valor recuperável dos Bens Imóveis ocorreu na COHAB e no FMH.

Intangível: Compreende os ativos não monetários, sem substância física, identificável, controlado pela entidade e gerador de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços. O Intangível atingiu o montante de R\$ 40,0 milhões em 2022 e é composto, quase na sua totalidade, por *softwares*.

Passivo

Passivos são obrigações presentes, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para o Município saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços. No exercício de 2022, o Passivo apresenta o montante de R\$ 167,71 bilhões, com o circulante representando 7,95% e o não circulante 92,05% do Passivo Total:

Passivo Circulante		Passivo Não Circulante	
Obrig. Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	R\$ 3.812.952.774	Obrig. Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	R\$ 20.082.827.292
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	R\$ 158.272.332	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	R\$ 1.073.486.285
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	R\$ 2.533.746.607	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	R\$ 2.470.492.794
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	R\$ 15.609.608	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	R\$ 245.154.870
Provisões a Curto Prazo	R\$ 22.178.376	Provisões a Longo Prazo	R\$ 119.924.735.693
Demais Obrigações a Curto Prazo	R\$ 6.788.125.724	Demais Obrigações a Longo Prazo	R\$ 10.581.691.426
Total	R\$ 13.330.885.421	Total	R\$ 154.378.388.360
Passivo Total		R\$ 167.709.273.782	

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Passivo Circulante

Compreende as obrigações exigíveis até 12 meses após a data das demonstrações contábeis e que atendam a um dos seguintes critérios: i) espera-se que o passivo seja pago durante o ciclo operacional normal da entidade; ii) o passivo está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; iii) o passivo deve ser pago no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis; ou iv) a entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

em R\$				
Passivo Circulante	Exercício 2022	Exercício 2021	Variação	%s/ Total
Obrig. Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	3.812.952.774,29	3.696.095.243,55	3,2%	28,6%
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	158.272.331,92	3.071.621.979,51	-94,8%	1,2%
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	2.533.746.607,34	1.777.047.436,79	42,6%	19,0%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	15.609.608,37	6.970.940,82	123,9%	0,1%
Provisões a Curto Prazo	22.178.375,61	26.359.769,31	-15,9%	0,2%
Demais Obrigações a Curto Prazo	6.788.125.723,74	5.370.377.430,34	26,4%	50,9%
Total	13.330.885.421,27	13.948.472.800,32	-4,4%	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Em 2022, o Passivo Circulante totalizou R\$ 13,33 bilhões e apresenta uma diminuição de 4,4% em relação ao exercício anterior, com destaque para Fornecedores e Contas a Pagar, Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais e Demais Obrigações que representam, respectivamente, 19,0%, 28,6% e 50,9% do total do grupo, equivalendo juntos a 98,5% do grupo.

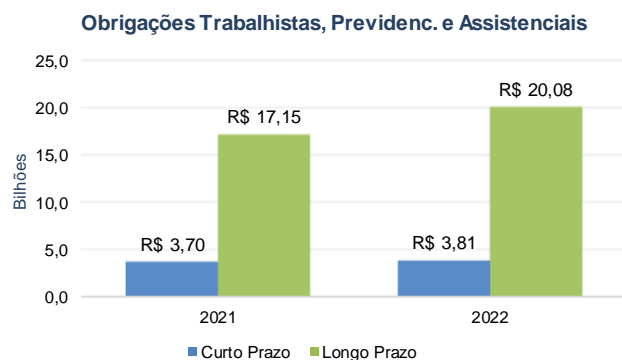
Passivo Não Circulante

Compreendem os passivos exigíveis após 12 meses da data das demonstrações contábeis, que não atendam a nenhum dos critérios para serem classificados no passivo circulante. Em 2022, o Passivo Não Circulante totalizou R\$ 154,38 bilhões, apresentando uma diminuição de 31% em relação ao exercício anterior, com destaque para as Provisões a Longo Prazo que representam 77,7% do total do grupo.

em R\$				
Passivo Não Circulante	Exercício 2022	Exercício 2021	Variação	%s/ Total
Obrig. Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	20.082.827.291,98	17.148.816.194,16	17,1%	13,0%
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	1.073.486.285,08	22.663.407.935,06	-95,3%	0,7%
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	2.470.492.794,45	2.737.276.553,49	-9,7%	1,6%
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	245.154.869,83	283.996.658,98	-13,7%	0,2%
Provisões a Longo Prazo	119.924.735.692,96	171.378.950.541,78	-30,0%	77,7%
Demais Obrigações a Longo Prazo	10.581.691.426,11	9.620.284.596,57	10,0%	6,9%
Total	154.378.388.360,41	223.832.732.480,04	-31,0%	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais: Compreendem as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, como aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações.



As Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais apresentaram um aumento de R\$ 116,86 milhões, correspondente a 3,2% no Curto Prazo e um aumento de R\$ 2,93 bilhões no Longo Prazo, totalizando um aumento de 17,1% em termos percentuais, se comparado ao exercício anterior.

Segregando a análise, destacam-se os valores referentes a Precatórios que representam 83,2% no Curto e no Longo Prazo, do total do grupo, conforme detalhado a seguir:

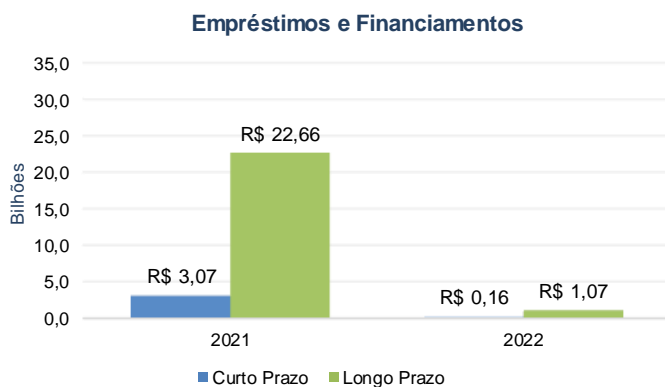
em R\$				
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assist.	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	%s/ Total
Pessoal a Pagar	3.768.511.325,27	16.197.858.892,63	19.966.370.217,90	83,6%
Salários, Remunerações e Benefícios	32.878.717,26	-	32.878.717,26	0,1%
Férias e 13º Salário	49.112.203,96	-	49.112.203,96	0,2%
Demais Contas de Pessoal a Pagar	4.274.327,44	-	4.274.327,44	0,0%
Precatórios de Pessoal - Regime Especial	3.680.034.401,20	16.195.505.012,06	19.875.539.413,26	83,2%
Precatórios de Pessoal - Regime Ordinário	2.211.675,41	2.353.880,57	4.565.555,98	0,0%
Benefícios Previdenciários	760.488,22	3.813.737.595,43	3.814.498.083,65	16,0%
Obrigações do RPPS junto ao RGPS	569.947,90	-	569.947,90	0,0%
Benefícios Previdenciários RPPS - Estado	9.274,23	-	9.274,23	0,0%
Demais Benefícios Previdenciários a pagar	148.842,20	-	148.842,20	0,0%
Precatórios de Benef. Prev. - Regime Especial	-	3.813.737.595,43	3.813.737.595,43	16,0%
Benefícios Previdenciários RPPS - Município	32.423,89	-	32.423,89	0,0%
Benefícios Assistenciais a Pagar	2.907.994,87	-	2.907.994,87	0,0%
Encargos Sociais a Pagar	40.772.965,93	71.230.803,92	112.003.769,85	0,5%
RGPS	33.120.302,93	71.230.803,92	104.351.106,85	0,4%
RPPS	4.903.158,44	-	4.903.158,44	0,0%
Demais Encargos	2.749.504,56	-	2.749.504,56	0,0%
Total	3.812.952.774,29	20.082.827.291,98	23.895.780.066,27	100%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Empréstimos e Financiamentos: Compreendem as obrigações financeiras externas e internas do Município, a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, segregadas em curto e longo prazo.

	em R\$			
Empréstimos e Financiamentos	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	%s/ Total
Interno	121.351.761,20	542.083.005,06	663.434.766,26	53,9%
Externo	36.920.570,72	531.403.280,02	568.323.850,74	46,1%
Total	158.272.331,92	1.073.486.285,08	1.231.758.617,00	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF



Em 2022, os Empréstimos e Financiamentos totalizaram R\$ 1,23 bilhão e apresentaram uma diminuição de R\$ 24,5 bilhões, se comparado a 2021. Em uma análise detalhada, verifica-se que os empréstimos com a União diminuíram cerca de 90% em comparação à 2021, cujo detalhamento por contratos consta das Notas Explicativas deste Relatório (Nota 14 do Balanço Patrimonial – Empréstimos e Financiamentos).

Fornecedores e Contas a Pagar: Compreendem as obrigações junto a fornecedores de mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações.



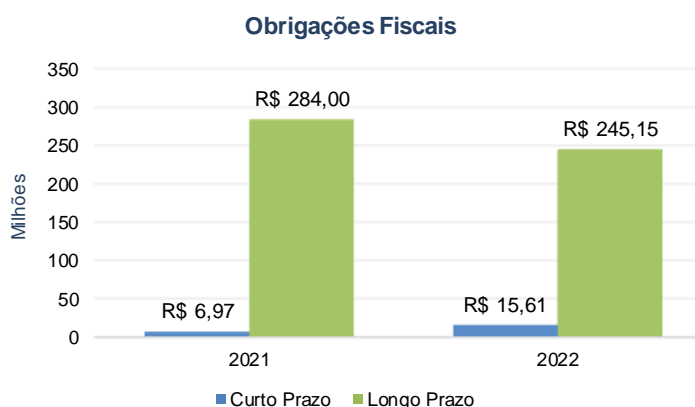
Em 2022, os Fornecedores e Contas a Pagar totalizaram R\$ 5,0 bilhões e apresentaram um aumento de R\$ 0,49 bilhão, representando 10,9% em termos percentuais, se comparado ao exercício anterior.

Detalhando a análise deste grupo, observa-se que a conta Precatórios de Contas a Pagar – Credores Nacionais apresenta maior representatividade equivalente a 66,4% do total, conforme tabela a seguir:

em R\$				
Fornecedores e Contas a Pagar	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	%s/ Total
Fornecedores Nacionais	1.278.606.325,97	-	1.278.606.325,97	25,6%
Contas a Pagar - Credores Nacionais	305.237.964,25	-	305.237.964,25	6,1%
Precatórios de Contas a Pagar - Credores Nacionais	854.123.387,66	2.470.492.794,45	3.324.616.182,11	66,4%
Contas a Pagar Nacionais - Dec. Jud. - Exceto Precat.	769.239,78	-	769.239,78	0,0%
Fornecedores Nacionais - INTRA OFSS	75.476.115,71	-	75.476.115,71	1,5%
Fornecedores Nacionais - INTER OFSS	2.641.577,80	-	2.641.577,80	0,1%
Fornecedores Estrangeiros	16.891.996,17	-	16.891.996,17	0,3%
Total	2.533.746.607,34	2.470.492.794,45	5.004.239.401,79	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Obrigações Fiscais: Compreendem as obrigações do Município relativas a impostos, taxas e contribuições. Neste grupo também estão computados os valores referentes a parcelamentos de tributos federais (PASEP da PMSP, PIS/COFINS da COHAB, IRPJ/CSLL da SPUrbanismo), além de parcelamento de tributos municipais (SPTurismo).



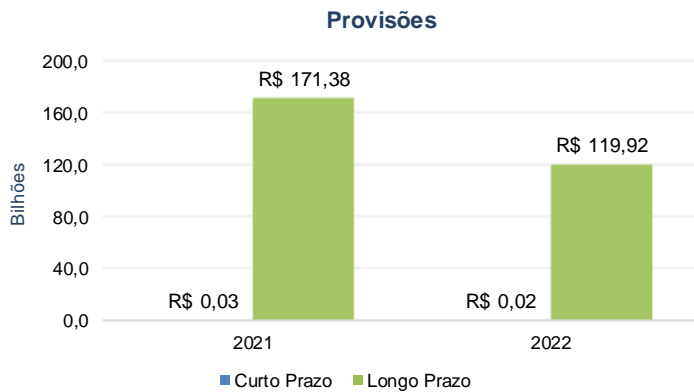
Em 2022, as Obrigações Fiscais totalizaram R\$ 260,76 milhões e apresentaram uma diminuição de R\$ 30,2 milhões, se comparado ao ano anterior, representando 10,38% em termos percentuais.

Detalhando a análise deste grupo, observa-se que as contas de maior representatividade são as Obrigações Fiscais com Municípios (relativo à adesão ao PPI Municipal pela empresa SPTURIS) que equivalem a 52,9% do grupo, conforme tabela a seguir:

em R\$				
Obrigações Fiscais	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	%s/ Total
Obrigações Fiscais com a União	10.433.419,41	112.405.668,18	122.839.087,59	47,1%
Obrigações Fiscais com os Municípios	5.176.188,96	132.749.201,65	137.925.390,61	52,9%
Total	15.609.608,37	245.154.869,83	260.764.478,20	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Provisões: São obrigações presentes, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se espera que resultem para o Município saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços e que possuem prazo ou valor incerto.



Em 2022, as Provisões totalizaram R\$ 119,95 bilhões e apresentaram uma redução de R\$ 51,46 bilhões, representando 30,0%.

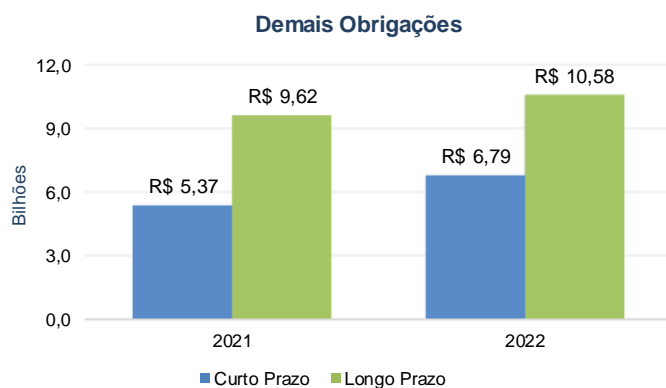
Detalhando a análise deste grupo, observa-se que as Provisões Matemáticas Previdenciárias do RPPS representam 99,4% do grupo e têm por objetivo demonstrar a real situação patrimonial e financeira do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS de cada ente federativo e corroboram com a necessidade de cobertura de constantes insuficiências financeiras do regime por este Município, nos termos da Lei nº 9.717 de 27 de novembro de 1998.

em R\$				
Provisões	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	%s/ Total
Provisões para Riscos Trabalhistas	1.568.029,00	25.593.281,96	27.161.310,96	0,0%
Provisões Matemáticas Previdenciárias	-	119.257.552.109,33	119.257.552.109,33	99,4%
Provisões para Riscos Fiscais	-	18.297.117,61	18.297.117,61	0,0%
Outras Provisões	20.610.346,61	565.574.971,73	586.185.318,34	0,5%
Provisão p/ Contingentes Cíveis	-	57.718.212,33	57.718.212,33	0,0%
Total	22.178.375,61	119.924.735.692,96	119.946.914.068,57	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Até 2021, as provisões matemáticas previdenciárias do RPPS eram contabilizadas no IPREM, no entanto, a partir de 2022, o IPREM passou a contabilizar estas provisões nos Fundos Previdenciários FUNFIN e FUNPREV. No consolidado, observa-se que, de 2021 para 2022, as provisões tiveram uma redução de R\$ 51,49 bilhões referente ao resultado da avaliação atuarial (Deficit Atuarial), cujo detalhamento consta das Notas Explicativas deste Relatório.

Demais Obrigações: Compreendem as obrigações da entidade junto a terceiros, não incluídas nos grupos anteriores.



Em 2022, o grupo Demais Obrigações totalizou R\$ 17,37 bilhões e apresentou um aumento de R\$ 2,38 bilhões, representando 15,87%.

Detalhando a análise deste grupo, observa-se que a conta Depósitos Judiciais apresenta maior representatividade, equivalente a 82,5% do total, conforme tabela a seguir:

Demais Obrigações	em R\$			
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	%s/ Total
Adiantamentos de Clientes	127.466.477,74	971.710,00	128.438.187,74	0,7%
Obrigações Decorrentes de Contratos de PPP	101.515.226,54	-	101.515.226,54	0,6%
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	50.549.734,18	50.549.734,18	0,3%
Valores Restituíveis*	5.797.148.018,80	9.946.473.777,14	15.743.621.795,94	90,6%
Depósitos Judiciais	4.259.267.938,41	9.938.291.853,45	14.197.559.791,86	81,7%
Consignações	166.651.236,23	-	166.651.236,23	1,0%
Depósitos Não Judiciais	486.263.114,34	-	486.263.114,34	2,8%
Outros Valores Restituíveis	884.965.729,82	8.181.923,69	893.147.653,51	5,1%
Outras Obrigações	761.996.000,66	583.696.204,79	1.345.692.205,45	7,7%
Total	6.788.125.723,74	10.581.691.426,11	17.369.817.149,85	100,0%

* incluído valores intra

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

- **Depósitos Judiciais** - correspondem ao previsto na Lei Complementar nº 151/2015, sendo que 30% dos depósitos judiciais constituem o Fundo de Reserva, cujos recursos representam entradas compensatórias e estão registrados no Ativo e no Passivo Financeiro do Município. Os depósitos judiciais são valores relacionados a processos judiciais e administrativos, nos quais o Município seja parte, que ficam depositados em contas oficiais para garantir que, ao final, as sentenças sejam cumpridas.

Patrimônio Líquido

Corresponde ao valor residual dos ativos do Município depois de deduzidos todos os passivos. Caso o valor do passivo seja maior que o valor do ativo, o resultado é denominado Passivo a Descoberto. Sendo assim, o termo Patrimônio Líquido deve ser substituído por Passivo a Descoberto, que é o caso observado aqui no Município de São Paulo.

O quadro abaixo apresenta a atual composição do Passivo a Descoberto do Município em comparação com o ano anterior:

em R\$				
Passivo a Descoberto	Exercício 2022	Exercício 2021	Variação	%s/ Total
Patrimônio Social e Capital Social	1.418.607.329,28	1.415.507.329,28	0,2%	-23,9%
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	126,13	126,13	0,0%	0,0%
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(626.950,80)	(417.967,20)	50,0%	0,0%
Demais Reservas	3.694.187.240,68	261.326.585,19	1313,6%	-62,2%
Resultados Acumulados	(11.051.228.617,64)	(96.758.010.228,32)	-88,6%	186,1%
Resultado do Exercício	87.100.045.562,34	12.159.809.981,52	616,3%	-1466,6%
Resultado de Exercícios Anteriores	(96.758.010.228,32)	(108.370.453.527,29)	-10,7%	1629,2%
Ajustes de Exercícios Anteriores	(1.393.263.951,66)	(547.366.682,55)	154,5%	23,5%
Total	(5.939.060.872,35)	(95.081.594.154,92)	-93,8%	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

A seguir, destacam-se as principais movimentações ocorridas neste exercício, que contribuíram para a variação positiva de 93,8% apresentada no Passivo a Descoberto:

- **Resultado do Exercício** – Em 2022, o Município teve um resultado patrimonial consolidado superavitário de R\$ 87,10 bilhões frente a um resultado superavitário de R\$ 12,16 bilhões em 2021. As principais razões que impactaram neste resultado estão destacadas a seguir:
 - ✓ **PMSP** – Aumento na arrecadação tributária no montante de R\$ 4,60 bilhões, representando uma variação positiva de 9,8%, na comparação do exercício de 2022 com o exercício anterior;
 - ✓ **IPREM/FUNFIN/FUNPREV** – No comparativo 2021-2022, houve diminuição de R\$ 51,49 bilhões da constituição de provisão matemática previdenciária (decorrente das provisões e das reversões realizadas pelo IPREM, nos Fundos Previdenciários FUNFIN e FUNPREV, no montante respectivo de R\$ 245,54 bilhões devedor e R\$ 297,02 bilhões credor). O saldo acumulado no passivo foi de R\$ 170,74 bilhões em 2021 para R\$ 119,26 bilhões em 2022, conforme relatório da avaliação atuarial data base dezembro/2021 pela empresa FIA (Fundação Instituto de Administração) constante no processo SEI nº 6017.2022/0008002-2.
- **Ajustes de Exercícios Anteriores - AJEA** – Compreendem todos os ajustes decorrentes de omissões e erros de registros ocorridos em anos anteriores ou de mudanças de critérios contábeis. Observa-se saldo inicial de AJEA de R\$ 547,37 milhões (saldo credor) em 2021 para R\$ 1,39 bilhão (saldo credor) em 2022, cujo detalhamento por empresa consta das Notas Explicativas deste Relatório;
- **Patrimônio Social e Capital Social** – O aumento na conta Capital Social, corresponde a conversão da conta de AFAC (Adiantamento para Futuro Aumento de Capital) para Capital Social da empresa SP Cine no valor de R\$ 3,1 milhões, conforme registro em ata

datado em 16/04/2021, processo SEI nº 6017.2016/0000856-8, documento nº 049377493;

- **Demais Reservas** – Compreendem os saldos das contas Reserva de Reavaliação de Bens Imóveis e Outras Reservas registrados nas empresas: PMSP, IPREM, SPTurismo, SPUrbanismo, COHAB e FMH. A variação positiva ocorrida entre 2021 e 2022 refere-se à reclassificação da contrapartida ao reconhecimento inicial dos imóveis com base no VVR realizado em 2021 da conta de Ajuste de Exercícios Anteriores para a conta Reserva de Reavaliação, no montante de R\$ 3,4 bilhões, conforme sugestão da matriz de achados contábeis elaborada pelo TCMSP (processo SEI nº 6017.2022/0071554-0), inicialmente acatada, embora continuem os estudos para melhor mensuração e registro destes ativos. O lançamento de reclassificação consta no processo SEI nº 6017.2022/0074280-7, resultando no montante de R\$ 3,6 bilhões credor.

Superavit Financeiro

O Superavit ou Deficit Financeiro é obtido por meio dos seguintes quadros auxiliares do Balanço Patrimonial: Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros⁷ e Permanentes⁸ (correspondente à soma dos Ativos Financeiros deduzidos dos Passivos Financeiros) e do Quadro do Superavit / Deficit Financeiro (correspondente às Disponibilidades por Destinação de Recursos segregadas por Fonte).

- **Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes:** o superavit financeiro de R\$ 19,91 bilhões, resulta da equação obtida pelos Ativos Financeiros de R\$ 39,19 bilhões, deduzidos dos Passivos Financeiros de R\$ 19,28 bilhões, o qual é fonte para abertura de créditos adicionais no orçamento público do exercício seguinte.

Ativo (I)		Passivo (II)	
Ativo Financeiro	R\$ 39.188.214.821	Passivo Financeiro	R\$ 19.281.399.825
Ativo Permanente	R\$ 122.581.998.088	Passivo Permanente	R\$ 159.203.621.739
Total do Ativo	R\$ 161.770.212.909	Total do Passivo	R\$ 178.485.021.563
Saldo Patrimonial (III) = (I - II)		(16.714.808.654)	

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF



Fórmula do Superavit Financeiro = Ativo Financeiro (-) Passivo Financeiro	R\$ 19.906.814.997
---	---------------------------

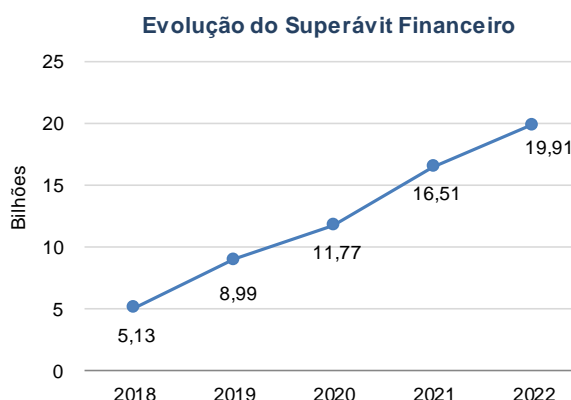
⁷ Ativos Financeiros: compreendem os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários. Passivos Financeiros: compreendem as dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária.

⁸ Ativos Permanentes: compreendem os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa. Passivos Permanentes: compreendem as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

A evolução do Superavit Financeiro nos últimos exercícios segue demonstrada a seguir, em que se observa um aumento de 20,6% na comparação do exercício de 2022 com o exercício anterior:

Ano	Superávit Financeiro	% Variação
2018	R\$ 5.127.202.256	-
2019	R\$ 8.991.308.590	75,4%
2020	R\$ 11.768.254.650	30,9%
2021	R\$ 16.505.744.694	40,3%
2022	R\$ 19.906.814.997	20,6%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF



- **Quadro do Superavit / Deficit Financeiro:** Segregando o superavit financeiro por Fontes de Recursos, as quais podem ser vinculadas ou ordinárias, conforme tabela seguir:

Superávit Financeiro por Fonte de Recursos	Exercício 2022	Exercício 2021	Variação	%s/ Total
Ordinária	8.704.320.245,18	8.293.886.334,22	4,9%	43,7%
Vinculada	11.202.494.751,53	8.211.858.359,94	36,4%	56,3%
Operações de Crédito	63.541.327,69	199.169.905,37	-68,1%	0,3%
Transferências Federais	1.257.614.731,67	883.470.973,35	42,3%	6,3%
Transferências Estaduais	588.062.407,65	301.592.597,77	95,0%	3,0%
Fundo Constitucional de Educação	402.743.967,92	525.042.175,87	-23,3%	2,0%
Outras Fontes	447.456.063,21	431.930.313,17	3,6%	2,2%
Tesouro Municipal - Recurso Vinculado	7.570.424.708,52	5.337.673.941,02	41,8%	38,0%
Alienação de Bens Ativos	95.384.270,84	67.075.832,29	42,2%	0,5%
Depósitos Judiciais	689.146.549,16	362.952.970,03	89,9%	3,5%
Transferências Federais Custeio Covid Fundo a Fundo Serv. Pub. Saúde	79.650.347,13	92.071.627,33	-13,5%	0,4%
Transferências Federais Invest. Covid Fundo a Fundo Serv. Pub. Saúde	5.603.669,17	8.011.315,17	-30,1%	0,0%
Transferências Federais Convênios/Contratos Covid vinculado à Saúde	-	-	0,0%	0,0%
Transferências Federais LC 173/2020; art 5º, I	2.866.708,57	2.866.708,57	0,0%	0,0%
Recursos Extraorçamentários	-	-	0,0%	0,0%
Total	19.906.814.996,71	16.505.744.694,16	20,6%	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Indicadores Patrimoniais

Liquidez Imediata (LI): Indica a capacidade financeira de o Município honrar imediatamente seus compromissos de curto prazo contando apenas com suas disponibilidades, ou seja, com os recursos disponíveis em caixa e em bancos. Em 2022, observou-se um índice de 2,36:

Liquidez Imediata (LI)	Caixa e Equivalentes	=	31.465.551.251,12	=	2,36
	Passivo Circulante		13.330.885.421,27		

Entretanto, a PMSP possui em seu Passivo Circulante o saldo de R\$ 5,99 bilhões referente ao Fundo de Reserva de Depósitos Judiciais e Administrativos (LC 151/2015) e o valor de

R\$ 1,31 bilhão referente às contas I e II mantidas no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo para pagamento de precatórios, cujas obrigações não serão pagas com recursos do caixa. Assim, apresentamos o índice de Liquidez Imediata recalculado de 5,21:

Liquidez Imediata (Recalculada)	Caixa e Equivalentes	=	31.465.551.251,12	=	5,21
	Passivo Circulante *		6.034.293.799,71		

* Passivo Circulante deduzido dos saldos das contas 1.1.3.5.1.02 referente ao Fundo de Reserva de Depósitos Judiciais (LC nº 151/2015) e conta 1.1.3.5.1.08 referente aos recursos custodiados no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - TJSP para pagamento de precatórios relativos à EC62/09, cujas obrigações não serão pagas com recursos do caixa.

Liquidez Corrente (LC): Demonstra quanto o Município poderá dispor em recursos a curto prazo para pagar suas dívidas circulantes. Em 2022, observou-se um índice de 3,69:

Liquidez Corrente (LC)	Ativo Circulante	=	49.255.484.880,01	=	3,69
	Passivo Circulante		13.330.885.421,27		

Liquidez Seca (LS): Demonstra quanto o Município poderá dispor de recursos circulantes sem levar em consideração seus itens não monetários como os estoques, almoxarifados e as despesas antecipadas, para fazer frente às suas obrigações de curto prazo. Em 2022, observou-se um índice de 3,64:

Liquidez Seca (LS)	Ativo Circulante (-) Itens Não Monetários*	=	48.579.473.588,86	=	3,64
	Passivo Circulante		13.330.885.421,27		

* Ativo Circulante, deduzidos os Estoques e VPD Pagas Antecipadamente

Liquidez Geral (LG): A Liquidez Geral ou índice de solvência geral é a medida que demonstra a capacidade do Município em honrar todas as suas exigibilidades, contando, para isso, com os seus recursos realizáveis a curto e longo prazo. Em 2022, observou-se um índice de 0,74:

Liquidez Geral (LG)	Ativo Circulante (+) Ativo Realizável a LP	=	124.304.126.198,28	=	0,74
	Passivo Circulante (+) Passivo não Circulante		167.709.273.781,68		

Índice de Solvência (IS): Uma entidade é solvente quando está em condições de fazer frente a suas obrigações e ainda apresenta uma situação patrimonial que garanta sua sobrevivência no futuro. Em 2022, observou-se um índice de 0,96:

Índice de Solvência (IS)	Ativo Circulante (+) Ativo não Circulante	=	161.770.212.909,33	=	0,96
	Passivo Circulante (+) Passivo não Circulante		167.709.273.781,68		

Endividamento Geral (EG): Esse índice demonstra o grau de endividamento do Município. Reflete ainda a sua estrutura de capital. Em 2022, observou-se um índice de 1,04:

Endividamento Geral (EG)	Passivo Circulante (+)		167.709.273.781,68		1,04
	Passivo não Circulante	=		=	
	Ativo Total		161.770.212.909,33		

Composição do Endividamento (CE): Representa a parcela de curto prazo sobre a composição do endividamento total. Geralmente é melhor para a entidade que suas dívidas sejam de longo prazo. Em 2022, observou-se um índice de 0,08:

Composição do Endividamento (CE)	Passivo Circulante		13.330.885.421,27		0,08
	Passivo Circulante (+)	=		=	
	Passivo não Circulante		167.709.273.781,68		

Resultado Patrimonial do Período

O resultado patrimonial é apurado através da Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP, pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas (VPA) e diminutivas (VPD). Esta demonstração evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária. O resultado patrimonial deve ser analisado em conjunto com outros indicadores, tendo em vista que o Município não tem como finalidade a obtenção de lucro e sim de disponibilizar bens e prestar serviços à população paulistana.

Em 2022, as variações patrimoniais aumentativas totalizaram R\$ 462,9 bilhões e as diminutivas R\$ 375,8 bilhões, decorrendo em resultado patrimonial positivo no período de R\$ 87,1 bilhões:

Exercício 2022	
Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	Variações Patrimoniais Diminutivas (II)
R\$ 462.895.069.357,24	R\$ 375.795.232.778,50
Resultado Patrimonial do Período = (I - II)	R\$ 87.099.836.578,74

Segregando a análise do resultado patrimonial, observa-se que a administração direta apresentou resultado de R\$ 35,91 bilhões (positivo), a administração indireta de R\$ 0,39 bilhão (positivo) e o RPPS (IPREM/FUNFIN/FUNPREV) de R\$ 50,80 bilhões (positivo), conforme quadro a seguir:

Administração Direta		Administração Indireta		Consolidado	
Resultado Patrimonial	35,91 bilhões	Resultado Patrimonial	0,39 bilhões	Resultado Patrimonial	87,10 bilhões
		RPPS (IPREM/FUNFIN/FUNPREV)			
		Resultado Patrimonial	50,80 bilhões		

As variações patrimoniais aumentativas e diminutivas estão segregadas a seguir, em que se observa um aumento de 249,3% no total das VPA e um aumento de 212,3% no total das VPD, na comparação do exercício de 2022 com 2021.

Em decorrência das novas regras do RPPS estabelecidas em 2022 (cujo detalhamento consta na página 3 deste Relatório), houve a reversão da provisão matemática atuarial no IPREM e a constituição da provisão nas empresas FUNFIN e FUNPREV, impactando na demonstração de valores expressivos nas contas “Outras VPAs (Reversão de Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo)” e “Outras VPDs (Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo)”.

em R\$

Variações Patrimoniais Aumentativas	Exercício 2022	Exercício 2021	Variação	% s/ Total
Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria	51.401.674.339,06	46.804.501.385,68	9,8%	11,10%
Contribuições	7.523.506.124,48	5.150.251.694,88	46,1%	1,63%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	1.719.919.962,83	767.378.913,29	124,1%	0,37%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	30.096.897.953,33	32.284.999.836,75	-6,8%	6,50%
Transferências e Delegações Recebidas	35.845.366.163,03	34.138.899.734,69	5,0%	7,74%
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	28.359.195.800,65	696.615.777,73	3971,0%	6,13%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	307.948.509.013,86	12.662.989.148,91	2331,9%	66,53%
Total	462.895.069.357,24	132.505.636.491,93	249,3%	100,00%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

em R\$

Variações Patrimoniais Diminutivas	Exercício 2022	Exercício 2021	Variação	% s/ Total
Pessoal e Encargos	(20.484.044.608,55)	(17.730.684.144,63)	15,5%	5,5%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	(15.449.190.356,09)	(11.349.518.757,16)	36,1%	4,1%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	(21.234.939.879,68)	(15.995.321.006,05)	32,8%	5,7%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	(6.926.938.295,66)	(4.904.886.431,76)	41,2%	1,8%
Transferências e Delegações Concedidas	(37.708.533.092,48)	(32.642.796.669,72)	15,5%	10,0%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	(26.528.047.118,65)	(30.883.802.192,63)	-14,1%	7,1%
Tributárias	(802.417.066,37)	(700.321.044,98)	14,6%	0,2%
Custo das Mercadorias Vendidas	(29.333.345,45)	(30.502.381,77)	-3,8%	0,0%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	(246.631.789.015,57)	(6.108.202.865,31)	3937,7%	65,6%
Total	(375.795.232.778,50)	(120.346.035.494,01)	212,3%	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Segregando a composição das contas Outras Variações Patrimoniais Aumentativas e Outras Variações Patrimoniais Diminutivas, destacam-se os saldos de maior relevância, que se encontram demonstrados a seguir:

		em R\$	
Outras Variações Patrimoniais	Exercício 2022	% s/	Total
Aumentativas			
* Reversão de Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo	297.023.808.573,03	96,5%	
Reversão de Ajustes de Perdas - Dívida Ativa	3.592.150.434,73	1,2%	
Multas de Trânsito	2.696.610.641,39	0,9%	
Outorga Onerosa FUNDURB	1.016.493.086,05	0,3%	
Demais Multas	771.008.234,51	0,3%	
Resultado Positivo Equivalência Patrimonial	734.861.770,39	0,2%	
Indenizações e Restituições	219.168.589,80	0,1%	
Demais Contas	1.894.407.683,96	0,6%	
Total	307.948.509.013,86	100,0%	

* Em decorrência das novas regras do RPPS estabelecidas em 2022 (cujo detalhamento consta na página 3 do Relatório do Balanço), houve a reversão da provisão matemática atuarial no IPREM e a constituição da provisão nas empresas FUNFIN e FUNPREV, impactando na demonstração de valores expressivos nas contas "Outras VPAs (Reversão de Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo)" e "Outras VPDs (Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo)".

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

		em R\$	
Outras Variações Patrimoniais	Exercício 2022	% s/	Total
Diminutivas			
* Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo	(245.538.187.251,59)	99,6%	
Outros Incentivos	(312.715.228,73)	0,1%	
Resultado Negativo Equivalência Patrimonial	(263.615.784,62)	0,1%	
Indenizações e Restituições	(196.232.524,53)	0,1%	
Premiações	(9.952.680,17)	0,0%	
Demais Contas	(311.085.545,93)	0,1%	
Total	(246.631.789.015,57)	100,0%	

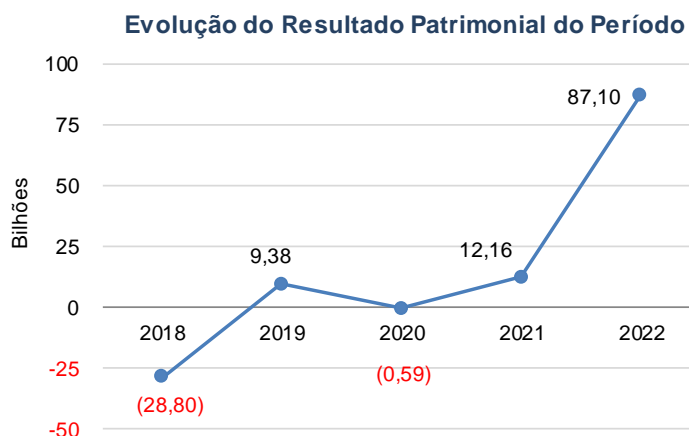
* Em decorrência das novas regras do RPPS estabelecidas em 2022 (cujo detalhamento consta na página 3 do Relatório do Balanço), houve a reversão da provisão matemática atuarial no IPREM e a constituição da provisão nas empresas FUNFIN e FUNPREV, impactando na demonstração de valores expressivos nas contas "Outras VPAs (Reversão de Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo)" e "Outras VPDs (Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo)".

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Na evolução do Resultado Patrimonial dos últimos exercícios demonstrada a seguir, observava-se resultados patrimoniais negativos em 2018 e 2020. Em 2019, 2021 e 2022, apresentaram-se positivos, com totais de R\$ 9,38 bilhões, R\$ 12,16 bilhões e R\$ 87,10 bilhões, respectivamente.

Ano	Resultado Patrimonial do Período
2018	-R\$ 28.796.392.547
2019	R\$ 9.382.499.541
2020	-R\$ 588.929.013
2021	R\$ 12.159.600.998
2022	R\$ 87.099.836.579

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF



Quociente do Resultado das Variações Patrimoniais

É o resultado da relação entre o total das Variações Patrimoniais Aumentativas e o total das Variações Patrimoniais Diminutivas. Em 2022, observou-se o quociente de 1,23:

Quociente do Resultado das Variações Patrimoniais	VPA	=	$\frac{462.895.069.357,24}{375.795.232.778,50}$	=	1,23
	VPD				

Análise Financeira

A situação financeira do Município de São Paulo poderá ser analisada através de informações extraídas do Balanço Financeiro⁹ que demonstra a apuração do resultado financeiro do exercício e da Demonstração dos Fluxos de Caixa que apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento.

Ingressos

O resumo dos ingressos, obtido por meio do Balanço Financeiro, está segregado em administração direta e indireta, totalizaram o montante de R\$ 181,3 bilhões no exercício de 2022, correspondendo a um aumento de 21,5% se comparado aos ingressos do exercício anterior.

Ingressos	Administração Direta	Administração Indireta	Consolidado
Receitas Orçamentárias	R\$ 82.316.291.464	R\$ 10.276.606.922	R\$ 92.592.898.386
Transferências Financeiras Recebidas	R\$ 1.088.675.520	R\$ 6.270.605.952	R\$ 7.359.281.473
Recebimentos Extraorçamentários	R\$ 46.954.294.360	R\$ 3.893.848.439	R\$ 50.848.142.800
Saldo do Exercício Anterior	R\$ 29.695.834.449	R\$ 756.231.675	R\$ 30.452.066.124
Total	R\$ 160.055.095.794	R\$ 21.197.292.989	R\$ 181.252.388.783

- **Receita Orçamentária** – corresponde às receitas orçamentárias, líquidas das deduções, e classificam-se em receitas ordinárias¹⁰ e receitas vinculadas¹¹. As receitas orçamentárias arrecadadas em 2022 alcançaram o montante de R\$ 92,6 bilhões, apresentando um aumento de 20,8%, se comparado ao exercício anterior.

Na segregação por Fonte de Recursos, observa-se que as Fontes Ordinárias representam 79,1% e as Fontes Vinculadas representam 20,9% do total. A maior representatividade do grupo está na Fonte Ordinária - Tesouro Municipal, correspondendo a 68,4%.

⁹ Lei nº 4.320/1964 – Art. 103. Balanço Financeiro demonstrará a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

¹⁰ Receitas Ordinárias: possuem livre alocação entre a origem e a aplicação de recursos, para atender a quaisquer finalidades.

¹¹ Receitas Vinculadas: cuja aplicação dos recursos é definida em lei, de acordo com sua origem.

em R\$

Receita Orçamentária	Exercício 2022	Exercício 2021	Variação	%s/ Total
Ordinária	73.200.573.750,46	60.568.049.066,92	20,9%	79,1%
Tesouro Municipal	63.371.045.803,69	55.646.659.515,96	13,9%	68,4%
Recursos Próprios da Administração Indireta	9.436.382.065,30	4.739.393.218,32	99,1%	10,2%
Recursos Próprios da Empresa Dependente	393.145.881,47	181.996.332,64	116,0%	0,4%
Vinculada	19.392.324.635,41	16.082.646.822,12	20,6%	20,9%
Operações de Crédito	121.859.061,84	131.092.883,87	-7,0%	0,1%
Transferências Federais	3.882.116.949,74	3.421.160.656,33	13,5%	4,2%
Transferências Estaduais	1.106.915.019,77	968.870.240,77	14,2%	1,2%
Fundo Constitucional de Educação	6.825.572.178,47	5.891.222.940,30	15,9%	7,4%
Outras Fontes	181.325.902,23	120.093.514,28	51,0%	0,2%
Tesouro Municipal - Recurso Vinculado	5.925.513.118,58	3.398.428.833,66	74,4%	6,4%
Alienação de Bens Ativos	27.927.237,86	98.215.702,11	0,0%	0,0%
Depósitos Judiciais	1.256.358.306,13	1.499.434.018,36	0,0%	1,4%
Transf. Fed. - Custeio Covid Fundo a Fundo Saúde	64.736.860,79	543.449.598,44	0,0%	0,1%
Transf. Fed. - Invest. Covid Fundo a Fundo Saúde	-	10.678.434,00	0,0%	0,0%
Transf. Federais - LC 173/2020, Art. 5º, I	-	-	0,0%	0,0%
Total	92.592.898.385,87	76.650.695.889,04	20,8%	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

A Receita Orçamentária no Balanço Financeiro apresenta-se pelo valor líquido, considerando as receitas dedutoras e as desvinculações. Neste contexto, segue o quadro comparativo do total das deduções da receita por Fonte de Recursos, ocorridas em 2022 e no exercício anterior, em que se observou um aumento 11,6% no total e as desvinculações representaram o montante de R\$ 3,2 bilhões:

em R\$

Deduções por Fonte de Recursos	Exercício 2021	Exercício 2021	Variação	%s/ Total
Tesouro Municipal	(3.079.336.939,61)	(2.814.679.323,65)	9,4%	96,3%
Tesouro Municipal - Recursos Vinculados	(116.925.554,39)	(41.776.719,44)	179,9%	3,7%
Transferências Federais	(500.000,00)	-	0,0%	0,0%
Fundo Constitucional da Educação	(195.829,55)	(8.609.284,01)	-97,7%	0,0%
Recursos Próprios da Empresa Dependente	(40.131,76)	(36,17)	110853,2%	0,0%
Alienação de Bens/ Ativos	(10.615,50)	-	0,0%	0,0%
Outras Fontes	(5.271,75)	(154.000,00)	-96,6%	0,0%
Recursos Próprios da Administração Indireta	-	(470.082,59)	-100,0%	0,0%
Total	(3.197.014.342,56)	(2.865.689.445,86)	11,6%	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Com a aprovação da Emenda Constitucional nº 93/2016, ficou estabelecida a desvinculação de órgão, fundo ou despesa, até 31 de dezembro de 2023, de 30% (trinta por cento) das receitas dos municípios relativas a impostos, taxas e multas, seus adicionais e respectivos acréscimos legais, e outras receitas correntes. Por meio do Decreto nº 57.380/2016 e alterações, a Prefeitura de São Paulo regulamentou a desvinculação das receitas do Município, cujo detalhamento consta das Notas Explicativas deste Relatório.

No exercício de 2022, as desvinculações totalizaram R\$ 739,9 milhões e estão demonstradas no quadro a seguir:

em R\$				
Desvinculações por Fonte de Recursos	Valor Realizado	Desvinculação (DE)	Desvinculação (PARA)	Valor Realizado após Desvinculações
Tesouro Municipal	62.646.360.283,22	(15.181.204,82)	739.866.725,29	63.371.045.803,69
Recursos Próprios da Administração Indireta	9.436.382.065,30			9.436.382.065,30
Recursos Próprios da Empresa Dependente	393.145.881,47			393.145.881,47
Operações de Crédito	121.859.061,84			121.859.061,84
Transferências Federais	3.882.116.949,74			3.882.116.949,74
Transferências Estaduais	1.106.915.019,77			1.106.915.019,77
Fundo Constitucional de Educação	6.825.572.178,47			6.825.572.178,47
Outras Fontes	195.136.727,82	(13.810.825,59)		181.325.902,23
Tesouro Municipal - Recursos Vinculados	6.636.387.813,46	(710.874.694,88)		5.925.513.118,58
Alienação de Bens/ Ativos	27.927.237,86			27.927.237,86
Depósitos Judiciais	1.256.358.306,13			1.256.358.306,13
Transf. Fed. - Custeio Covid Fundo a Fundo Saúde	64.736.860,79			64.736.860,79
Transf. Fed. - Invest. Covid Fundo a Fundo Saúde	-			-
Total	92.592.898.385,87	(739.866.725,29)	739.866.725,29	92.592.898.385,87

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

- **Transferências Financeiras Recebidas** – refletem as movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta e podem ser orçamentárias ou extraorçamentárias. Em 2022, totalizaram R\$ 7,4 bilhões, apresentando um decréscimo de 28,7% se comparado ao montante do exercício anterior, conforme quadro a seguir. Uma análise mais detalhada, demonstrando as transferências recebidas por empresas da administração direta e indireta, consta das Notas Explicativas deste Relatório.

em R\$				
Transferências Financeiras Recebidas	Exercício 2022	Exercício 2021	Variação	%s/ Total
Para Execução Orçamentária	3.591.375.260,47	4.074.225.037,87	-11,9%	48,8%
Independentes de Execução Orçamentária	28.423.156,42	14.476.262,69	96,3%	0,4%
Para Aportes de Recursos para o RPPS	3.739.483.055,88	6.238.191.736,44	-40,1%	50,8%
Para Aportes de Recursos Para o RGPS	-	-	0,0%	0,0%
Total	7.359.281.472,77	10.326.893.037,00	-28,7%	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

- **Recebimentos Extraorçamentários** – compreendem os ingressos não previstos no orçamento, como os ingressos de recursos relativos às fianças, cauções, consignações em folha, retenções e à inscrição de restos a pagar, dentre outros.

Em 2022, totalizaram R\$ 50,8 bilhões, apresentando um aumento de 29,1%, se comparado ao exercício anterior, conforme demonstrado a seguir:

em R\$				
Recebimentos Extraorçamentários	Exercício 2022	Exercício 2021	Variação	%s/ Total
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	9.791.591.606,99	6.663.562.461,46	46,9%	19,3%
Inscrição de Restos a Pagar Processados	407.254.120,14	266.490.072,31	52,8%	0,8%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	8.965.300.736,72	8.066.673.236,60	11,1%	17,6%
Outros Recebimentos Extraorçamentários	31.683.996.335,83	24.383.600.872,31	29,9%	62,3%
Total	50.848.142.799,68	39.380.326.642,68	29,1%	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

A inscrição em Restos a Pagar no exercício de 2022 totalizou R\$ 10,2 bilhões e está segregada em Restos a Pagar Não Processados (Não Liquidados a Pagar) no valor de R\$ 9,8 bilhões e em Restos a Pagar Processados (Liquidados a Pagar) no valor líquido de

R\$ 0,4 bilhão. A seguir, consta o detalhamento dos valores inscritos em restos em 2022, segregados por órgãos:

Órgão	Total Liquidado a Pagar				Saldo a Pagar (e) = (c + d)
	Liquidado a Pagar (Valores Brutos) (a)	(-) Valor das Retenções (b)	Liquidado a Pagar (Valores Líquidos) (c) = (a - b)	Não Liquidado a Pagar (d)	
Secretaria Municipal de Educação	63.554.140,66	1.024.543,31	62.529.597,35	4.627.565.471,24	4.690.095.068,59
Fundo Municipal de Saúde	47.425.460,15	872.745,09	46.552.715,06	704.977.212,09	751.529.927,15
Secretaria Municipal das Subprefeituras	41.322.089,09	90.128,12	41.231.960,97	579.733.134,67	620.965.095,64
Fundo de Desenvolvimento Urbano	53.897.787,96	438.195,61	53.459.592,35	528.907.973,32	582.367.565,67
Secretaria Municipal de Infraestr. Urbana Obras	12.683.239,23	94.491,79	12.588.747,44	554.946.316,77	567.535.064,21
Encargos Gerais do Município	7.955.461,28	467,50	7.954.993,78	332.808.227,34	340.763.221,12
Fundo Municipal Limpeza Urbana	-	-	-	197.511.982,62	197.511.982,62
Secretaria Municipal de Esportes e Lazer	8.650.951,93	46.740,60	8.604.211,33	174.347.045,39	182.951.256,72
Secretaria Municipal de Cultura	18.459.426,65	111.045,73	18.348.380,92	135.564.808,75	153.913.189,67
Fundo Municipal de Desenvolvimento Trânsito	8.084.542,16	367.203,33	7.717.338,83	126.460.042,38	134.177.381,21
Fundo Municipal de Habitação	6.566.578,44	366.464,76	6.200.113,68	122.500.072,77	128.700.186,45
Subprefeitura Jaçanã/Tremembé	930.196,31	11.643,48	918.552,83	123.415.391,95	124.333.944,78
Fundo Municipal de Saneamento Amb. e Infraest.	10.843.775,37	6.053,93	10.837.721,44	84.520.157,09	95.357.878,53
Fundo Municipal de Assistência Social	13.587.656,58	883.052,31	12.704.604,27	81.851.698,34	94.556.302,61
Secretaria Municipal de Habitação	8.752.708,97	13.556,64	8.739.152,33	80.396.606,85	89.135.759,18
Demais Órgãos	111.110.257,20	2.243.819,64	108.866.437,56	1.336.085.465,42	1.444.951.902,98
Total	413.824.271,98	6.570.151,84	407.254.120,14	9.791.591.606,99	10.198.845.727,13

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

- **Saldo do exercício anterior** – representa os saldos dos recursos financeiros e o valor das entradas compensatórias no ativo e passivo, provenientes do exercício anterior.

	em R\$
Saldo do Exercício Anterior	Exercício 2022
Caixa e Equivalentes de Caixa	24.747.281.858,69
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	5.658.593.998,88
Aplicações em Renda Fixa - RPPS	46.190.266,65
Total	30.452.066.124,22

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

No início do exercício de 2022, as disponibilidades apresentavam o montante de R\$ 30,5 bilhões, com a conta Caixa e Equivalentes representando 81% e os Depósitos Restituíveis 19% do total.

Dispêndios

O resumo dos dispêndios, obtido através do Balanço Financeiro, está segregado em administração direta e indireta e totalizaram o montante de R\$ 181,3 bilhões no exercício de 2022, correspondendo a um aumento de 21,5%, se comparado aos ingressos do exercício anterior.

Dispêndios	Administração Direta	Administração Indireta	Consolidado
Despesa Orçamentária	R\$ 75.574.533.547	R\$ 15.513.806.656	R\$ 91.088.340.203
Transferências Financeiras Concedidas	R\$ 7.196.619.110	R\$ 162.662.362	R\$ 7.359.281.473
Pagamentos Extraorçamentários	R\$ 40.424.493.861	R\$ 3.618.130.373	R\$ 44.042.624.234
Saldo para o Exercício Seguinte	R\$ 36.859.449.275	R\$ 1.902.693.598	R\$ 38.762.142.873
Total	R\$ 160.055.095.794	R\$ 21.197.292.989	R\$ 181.252.388.783

- **Despesa Orçamentária** – corresponde a toda transação que depende de autorização legislativa para ser efetivada, na forma de consignação de dotação orçamentária, e classificam-se em despesas ordinárias¹² e em despesas vinculadas¹³, de acordo com sua origem. As despesas orçamentárias executadas em 2022 alcançaram o montante de R\$ 91,1 bilhões, cuja distribuição por fonte de recursos segue demonstrada:

em R\$				
Despesa Orçamentária	Exercício 2022	Exercício 2021	Variação	%s/ Total
Ordinária	74.182.661.067,23	58.633.608.530,89	26,5%	81,4%
Tesouro Municipal	65.347.952.363,05	53.677.891.648,28	21,7%	71,7%
Recursos Próprios da Administração Indireta	8.463.232.182,55	4.727.535.524,85	79,0%	9,3%
Recursos Próprios da Empresa Dependente	371.476.521,63	228.181.357,76	62,8%	0,4%
Vinculada	16.905.679.136,13	14.789.674.598,99	14,3%	18,6%
Operações de Crédito	266.929.290,92	158.510.077,24	68,4%	0,3%
Transferências Federais	3.789.511.523,39	3.367.572.368,76	12,5%	4,2%
Transferências Estaduais	869.996.772,17	889.909.382,02	-2,2%	1,0%
Fundo Constitucional de Educação	7.013.885.087,71	5.468.606.056,33	28,3%	7,7%
Outras Fontes	166.717.703,02	94.885.219,98	75,7%	0,2%
Tesouro Municipal - Recurso Vinculado	3.814.364.346,00	2.983.916.573,78	27,8%	4,2%
Alienação de Bens Ativos	-	92.387.797,18	0,0%	0,0%
Depósitos Judiciais	930.164.727,00	1.171.447.502,00	0,0%	1,0%
Transf. Fed. - Custeio Covid Fundo a Fundo Saúde	51.702.039,92	556.215.296,87	0,0%	0,1%
Transf. Fed. - Invest. Covid Fundo a Fundo Saúde	2.407.646,00	6.042.887,83	0,0%	0,0%
Transf. Federais - LC 173/2020, Art. 5º, I	-	181.437,00	0,0%	0,0%
Total	91.088.340.203,36	73.423.283.129,88	24,1%	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Observa-se que a fonte Tesouro Municipal (Ordinária) corresponde a 71,7% e tem a maior representatividade em relação ao total da despesa empenhada. Entre os exercícios de 2022 e 2021, a execução das despesas orçamentárias apresentou um aumento de 24,1%.

- **Transferências Financeiras Concedidas** – compreendem as transferências de recursos para órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta e podem ser orçamentárias ou extraorçamentárias. Sua correspondência no ente receptor, são as Transferências Financeiras Recebidas. Em 2022, totalizaram R\$ 7,4 bilhões, apresentando um decréscimo de 28,7%, se comparado ao montante do exercício anterior, conforme quadro a seguir. Uma análise mais detalhada, demonstrando as transferências concedidas por empresas da administração direta e indireta, consta das Notas Explicativas deste Relatório.

¹² Despesas Ordinárias: compreendem as de livre alocação entre a origem e a aplicação de recursos, para atender a quaisquer finalidades.

¹³ Despesas Vinculadas: compreendem aquelas cuja aplicação dos recursos é definida em lei, de acordo com sua origem.

em R\$				
Transferências Financeiras Concedidas	Exercício 2022	Exercício 2021	Variação	%s/ Total
Para Execução Orçamentária	3.595.369.787,56	4.074.225.037,87	-11,8%	48,9%
Independentes de Execução Orçamentária	28.423.156,42	14.476.262,69	96,3%	0,4%
Para Aportes de Recursos para o RPPS	3.735.488.528,79	6.238.191.736,44	-40,1%	50,8%
Para Aportes de Recursos Para o RGPS	-	-	0,0%	0,0%
Total	7.359.281.472,77	10.326.893.037,00	-28,7%	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

- **Pagamentos Extraorçamentários** – compreendem os pagamentos não previstos no orçamento, que não precisam se submeter ao processo de execução orçamentária. Os pagamentos desta natureza, inclusive de restos a pagar, somaram R\$ 44,0 bilhões no exercício de 2022, apresentando um aumento de 25,8%, se comparado ao exercício anterior, conforme demonstrado a seguir:

em R\$				
Pagamentos Extraorçamentários	Exercício 2022	Exercício 2021	Variação	%s/ Total
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	3.404.095.483,79	3.236.756.942,31	5,2%	7,7%
Pagamentos de Restos a Pagar Processados	262.392.923,81	472.089.567,56	-44,4%	0,6%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	11.073.651.350,66	10.463.646.346,49	5,8%	25,1%
Outros Pagamentos Extraorçamentários	29.302.484.475,47	20.829.690.490,45	40,7%	66,5%
Total	44.042.624.233,73	35.002.183.346,81	25,8%	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

- **Saldo para o Exercício Seguinte** – compreendem os saldos dos recursos financeiros e o valor das entradas compensatórias no ativo e passivo, que se transferem para o início do exercício seguinte.

em R\$	
Saldo para o Exercício Seguinte	Exercício 2022
Caixa e Equivalentes de Caixa	31.465.551.251,12
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	7.296.591.621,56
Aplicações em Renda Fixa - RPPS	-
Total	38.762.142.872,68

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

As disponibilidades existentes no final do exercício de 2022 totalizaram R\$ 38,8 bilhões, apresentando um aumento de 27%, se comparado a exercício anterior.

Disponibilidade Financeira

A movimentação de valores ocorrida no Balanço Financeiro possibilita conhecer a situação das disponibilidades do ente público, por meio da apuração do resultado financeiro do exercício. Segue quadro demonstrando a movimentação financeira ocorrida no Balanço Financeiro, no exercício de 2022:

Movimentação Financeira	Administração Direta	Administração Indireta	Consolidado
Disponível do Exercício (Saldo Inicial)	R\$ 29.695.834.449	R\$ 756.231.675	R\$ 30.452.066.124
(+) Receitas Orçamentárias	R\$ 82.316.291.464	R\$ 10.276.606.922	R\$ 92.592.898.386
(+) Transferências Financeiras Recebidas	R\$ 1.088.675.520	R\$ 6.270.605.952	R\$ 7.359.281.473
(+) Recebimentos Extraorçamentários	R\$ 46.954.294.360	R\$ 3.893.848.439	R\$ 50.848.142.800
(-) Despesas Orçamentárias	-R\$ 75.574.533.547	-R\$ 15.513.806.656	-R\$ 91.088.340.203
(-) Transferências Financeiras Concedidas	-R\$ 7.196.619.110	-R\$ 162.662.362	-R\$ 7.359.281.473
(-) Pagamentos Extraorçamentários	-R\$ 40.424.493.861	-R\$ 3.618.130.373	-R\$ 44.042.624.234
Disponível para o Exercício Seguinte (Saldo Final)	R\$ 36.859.449.275	R\$ 1.902.693.598	R\$ 38.762.142.873

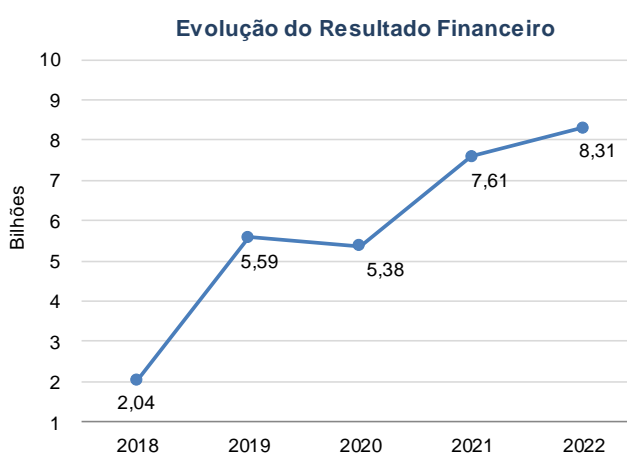
As disponibilidades do Município passaram de R\$ 30,5 bilhões em 2021 para R\$ 38,8 bilhões em 2022, evidenciando-se um resultado financeiro positivo de R\$ 8,3 bilhões no exercício de 2022, conforme demonstrado no quadro e no gráfico a seguir:

Apuração do Resultado Financeiro	Administração Direta	Administração Indireta	Consolidado
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte	R\$ 36.859.449.275	R\$ 1.902.693.598	R\$ 38.762.142.873
(-) Saldo em Espécie do Exercício Anterior	-R\$ 29.695.834.449	-R\$ 756.231.675	-R\$ 30.452.066.124
= Resultado Financeiro do Exercício	R\$ 7.163.614.826	R\$ 1.146.461.923	R\$ 8.310.076.748

Nos últimos quatro anos, o resultado financeiro apresentou a evolução positiva, conforme quadro a seguir:

Ano	Resultado Financeiro
2018	R\$ 2.037.843.448
2019	R\$ 5.588.055.623
2020	R\$ 5.379.074.704
2021	R\$ 7.605.556.055
2022	R\$ 8.310.076.748

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF



Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento, permitindo aos usuários avaliar como o ente público obteve recursos para financiar suas atividades e a maneira como os recursos de caixa foram utilizados. Segue quadro demonstrando o resumo das movimentações ocorrida nos Fluxos de Caixa no exercício de 2022:

	Fluxos de Caixa Operacionais		Investimentos	Financiamentos	em R\$	Geração Líquida de Caixa e Equivalentes
Adm. Direta	Ingressos	127.621.454.850,78	1.880.937.729,59	2.106.194.707,57		131.608.587.287,94
	Desembolsos	(119.650.202.911,26)	(5.041.727.569,22)	(1.391.039.604,30)		(126.082.970.084,78)
	Total - Adm. Direta	7.971.251.939,52	(3.160.789.839,63)	715.155.103,27		5.525.617.203,16
Adm. Indireta	Ingressos	19.967.641.580,81	46.183.117,29	11.298.246,25		20.025.122.944,35
	Desembolsos	(18.750.000.139,62)	(74.002.181,48)	(8.468.433,98)		(18.832.470.755,08)
	Total - Adm. Indireta	1.217.641.441,19	(27.819.064,19)	2.829.812,27		1.192.652.189,27
Total Consolidado	9.188.893.380,71	(3.188.608.903,82)	717.984.915,54		6.718.269.392,43	

- **Operacional:** compreende o ingresso de receitas originárias e derivadas, transferências recebidas e outros ingressos operacionais. Os desembolsos compreendem os relacionados às ações públicas, incluindo despesas com pessoal, juros e encargos da

dívida e transferências concedidas, além dos demais fluxos que não constam como fluxo de financiamento ou de investimento.

Em 2022, o fluxo de caixa operacional apresentou um resultado positivo de R\$ 9,2 bilhões, demonstrando que o Município tem condições de manter sua capacidade operacional, amortizar empréstimos, fazer novos investimentos, etc.

Ingressos		Desembolsos	
Receitas Derivadas e Originárias	R\$ 66.401.231.018	Pessoal e Demais Despesas	-R\$ 78.277.764.600
Transferências Recebidas	R\$ 29.506.335.040	Juros e Encargos da Dívida	-R\$ 162.260.611
Outros Ingressos Operacionais	R\$ 51.681.530.374	Transferências Concedidas	-R\$ 7.359.281.473
		Outros Desembolsos Operacionais	-R\$ 52.600.896.368
Total	R\$ 147.589.096.432	Total	-R\$ 138.400.203.051
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		R\$ 9.188.893.381	

- **Investimentos:** representam a extensão em que as saídas de caixa são realizadas com a finalidade de contribuir para a futura prestação de serviços pela entidade. Somente as saídas de caixa que resultam em ativo reconhecido nas demonstrações contábeis são passíveis de classificação como atividades de investimento.

Em 2022, o fluxo de caixa de investimentos apresentou um saldo negativo de R\$ 3,2 bilhões em decorrência dos desembolsos terem superado os ingressos no período.

Ingressos		Desembolsos	
Alienação de Bens	R\$ 16.628.992	Aquisição de Ativo Não Circulante	-R\$ 3.711.516.879
Amortiz. Emprést. Financ. Concedidos	R\$ 238.234.171	Concessão de Empréstimos e Financ.	R\$ -
Outros Ingressos de Investimentos	R\$ 1.672.257.685	Outros Desembolsos de Investimentos	-R\$ 1.404.212.872
Total	R\$ 1.927.120.847	Total	-R\$ 5.115.729.751
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento		-R\$ 3.188.608.904	

- **Financiamento:** estão inclusos neste fluxo os recursos relacionados à captação e à amortização de empréstimos e financiamentos. Em 2022, o fluxo de caixa das atividades de financiamento apresentou um saldo positivo de R\$ 718,0 milhões.

Ingressos		Desembolsos	
Operações de Crédito	R\$ 103.342.000	Amortização/Refinanciamento da Dívida	-R\$ 390.912.143
Transferências de Capital Recebidas	R\$ 757.792.648	Outros Desembolsos de Financiamentos	-R\$ 1.008.595.896
Outros Ingressos de Financiamentos	R\$ 1.256.358.306		
Total	R\$ 2.117.492.954	Total	-R\$ 1.399.508.038
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento		R\$ 717.984.916	

- **Geração Líquida de Caixa:** a soma dos três fluxos corresponde à diferença entre os saldos iniciais e finais de Caixa e Equivalentes de Caixa do exercício, denominada de Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa. Em 2022, apresentou um saldo positivo de R\$ 6,7 bilhões, observando que a geração líquida de caixa positiva das atividades operacionais foi suficiente para cobrir a deficiência dos fluxos de caixa de investimento e de financiamento.

Caixa e Equivalentes INICIAL	Ingressos	Desembolsos	Caixa e Equivalentes FINAL		
R\$ 24.747.281.859	Operacionais R\$ 147.589.096.432	Operacionais -R\$ 138.400.203.051	R\$ 31.465.551.251		
	Investimentos R\$ 1.927.120.847	Investimentos -R\$ 5.115.729.751			
	Financiamentos R\$ 2.117.492.954	Financiamentos -R\$ 1.399.508.038			
	Total R\$ 151.633.710.232	Total -R\$ 144.915.440.840			
+		=			
<table border="1" style="width: 100%;"> <tr> <td style="width: 50%; text-align: center;">Geração Líquida de Caixa</td> <td style="width: 50%; text-align: center;">R\$ 6.718.269.392</td> </tr> </table>				Geração Líquida de Caixa	R\$ 6.718.269.392
Geração Líquida de Caixa	R\$ 6.718.269.392				

Indicadores Financeiros e de Fluxos de Caixa

Quociente Orçamentário do Resultado Financeiro: compreende o resultado da relação entre o Resultado Orçamentário (Receita Orçamentária – Despesa Orçamentária) e a Variação do Saldo em Espécie. A interpretação desse quociente indica a parcela da variação do saldo do disponível, que pode ser explicada pelo resultado orçamentário. Em 2022, observou-se o quociente de 0,18:

Quociente Orçamentário do Resultado Financeiro	Resultado Orçamentário	=	1.504.558.182,51	=	0,18
	Resultado Financeiro	=	8.310.076.748,46	=	

Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros: compreende o resultado da relação entre o saldo transferido para o exercício seguinte e o saldo do exercício anterior. A interpretação desse quociente indica o impacto do Resultado Financeiro sobre o Saldo em Espécie. Em 2022, observou-se o quociente de 1,27:

Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros	Saldo em espécie para o exercício seguinte	=	38.762.142.872,68	=	1,27
	Saldo em espécie do exercício anterior	=	30.452.066.124,22	=	

Quociente do fluxo de caixa líquido das atividades operacionais em relação ao resultado patrimonial: compreende o resultado da relação entre o Caixa Líquido Gerado nas Operações (CLGO) e o Resultado Patrimonial. Este índice indica a dispersão entre o Fluxo de Caixa das atividades das Operações sobre o resultado patrimonial do exercício.

Quociente do fluxo de caixa líquido das atividades operacionais em relação ao resultado patrimonial	CLGO	=	9.188.893.380,71	=	0,1055
	Resultado Patrimonial	=	87.099.836.578,74	=	

Quociente da Capacidade de Amortização de Dívida: este índice é resultante da relação entre o CLGO e o Total do Passivo. Com isso é possível verificar a parcela de obrigações a serem pagas pelos recursos gerados pela PMSP.

Quociente da Capacidade de Amortização de Dívida	CLGO	=	9.188.893.380,71	=	0,0548
	Total do Passivo	=	167.709.273.781,68	=	

Quociente da Atividade Operacional: este quociente é resultante da relação entre o CLGO e o Total da Geração Líquida de Caixa. Indica a parcela da geração líquida de caixa pela entidade atribuída às atividades operacionais.

Quociente da Atividade Operacional	CLGO	=	9.188.893.380,71	=	1,3677
	Geração Líquida Caixa		6.718.269.392,43		

Gestão Fiscal

A Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e ao cumprimento de metas de resultado de receitas e despesas e a obediência a limites nela estabelecidos, mediante ações que previnam riscos e corrijam desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, destacando-se o planejamento, o controle, a transparência e a responsabilidade como premissas básicas.

A Secretaria do Tesouro Nacional – STN, como órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, estabelece normas de padrões contábeis e fiscais. Neste sentido, com o objetivo de auxiliar os gestores na elaboração dos demonstrativos fiscais e consolidação das contas públicas, a STN edita, regularmente, o Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF, que contém regras de harmonização a serem observadas pela Administração Pública para a elaboração dos relatórios e anexos exigidos pela LRF: Anexo de Riscos Fiscais, Anexo de Metas Fiscais, Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO e Relatório de Gestão Fiscal – RGF.

Assim, observando-se o disposto no MDF, seguem os principais resultados fiscais alcançados pela Prefeitura de São Paulo no exercício de 2022.

Receita Corrente Líquida

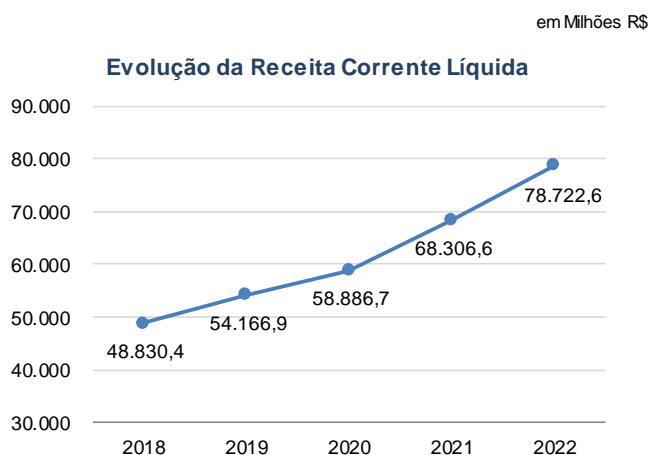
O Demonstrativo da Receita Corrente Líquida apresenta a apuração da Receita Corrente Líquida – RCL no mês em referência, sua evolução nos últimos doze meses e a previsão de seu desempenho no exercício. A RCL deverá ser apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês de referência e nos onze anteriores e contempla as receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, agropecuárias, industriais, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes do ente da Federação, deduzidos alguns itens exhaustivamente explicitados pela própria LRF, não cabendo interpretações que extrapolem os dispositivos legais.

O principal objetivo da RCL é servir de parâmetro para o montante da reserva de contingência e para os limites da despesa total com pessoal, da dívida consolidada líquida, das operações de crédito, do serviço da dívida, das operações de crédito por antecipação de receita orçamentária e das garantias do ente da Federação.

A Receita Corrente Líquida do Município de São Paulo, apurada no exercício de 2022, atingiu o montante de R\$ 78.722,6 milhões e apresentou a seguinte evolução nos últimos cinco anos:

Ano	RCL	% Acréscimo
2018	R\$ 48.830,4	-
2019	R\$ 54.166,9	10,9%
2020	R\$ 58.886,7	8,7%
2021	R\$ 68.306,6	16,0%
2022	R\$ 78.722,6	15,2%

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda - SF



A partir de 2020, a Receita Corrente Líquida do Município de São Paulo utilizada para o cálculo do limite das despesas com pessoal e endividamento passou a não considerar os valores das transferências da União por emendas parlamentares individuais com o objetivo de contemplar a alteração introduzida pela Emenda Constitucional nº 105, de 2019 e o valor do montante em 2022 foi de R\$ 78.684,9 milhões.

Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

O Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, tem a finalidade de assegurar a transparência das receitas e despesas previdenciárias do RPPS que o ente da Federação mantiver ou vier a instituir, integra o RREO, o qual deverá ser publicado até trinta dias após o encerramento de cada bimestre.

A institucionalização do RPPS implica em estabelecer contabilidade própria para permitir conhecer, a qualquer momento, a situação econômica, financeira e orçamentária do patrimônio, que é propriedade dos beneficiários da previdência. As mudanças conceituais decorrentes da organização da contabilidade, que visam à transparência do patrimônio real dos beneficiários, não implicam em alterações das exigências estabelecidas na LRF e nas demais leis pertinentes.

No Município de São Paulo o ente responsável pelo RPPS é o Instituto de Previdência Municipal de São Paulo – IPREM.

Em 18/11/2021 houve a publicação da Emenda nº 41 à Lei Orgânica do Município de São Paulo que estabeleceu regras do Regime Próprio de Previdência Social do Município de São Paulo de acordo com a Emenda à Constituição Federal nº 103/2019.

A referida Emenda nº 41/2019 dispõe em seu artigo 36 que, até que entre em vigor lei que equacione o déficit financeiro e atuarial de que trata o §1º do art. 9º da EC 103/2019, o RPPS do Município de São Paulo fica reorganizado e financiado, mediante a segregação em dois

planos de custeio, sendo um fundo de repartição simples e outro de capitalização. Assim, foram criados o Fundo Financeiro – FUNFIN (§ 4º do art. 36) e Fundo Previdenciário – FUNPREV (§ 8º do art. 36). Além disso, em 18/03/2022 houve a publicação do Decreto nº 61.151 que dispõe sobre o custeio do RPPS dos servidores públicos de São Paulo e adesão ao Regime de Previdência Complementar.

O IPREM apresentou, no exercício de 2022, os seguintes Resultados Previdenciários relativos aos Planos Previdenciário e Financeiro:

Especificação	Valor (em Milhões R\$)
Fundo em Capitalização (PLANO PREVIDENCIÁRIO)	
Total das Receitas Previdenciárias	R\$ 2.351,90
Total das Despesas Previdenciárias	-R\$ 7.407,50
Resultado Previdenciário	-R\$ 5.055,60
Fundo em Repartição (PLANO FINANCEIRO)	
Total das Receitas Previdenciárias	R\$ 4.677,00
Total das Despesas Previdenciárias	-R\$ 4.576,30
Resultado Previdenciário	R\$ 100,70

Fonte: IPREM

Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal

A apuração dos resultados primário e nominal tem como objetivo verificar o cumprimento das metas fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, de forma a garantir o equilíbrio das contas públicas conforme planejado. As metas fiscais são o elo entre o planejamento, a elaboração e a execução do orçamento. Dessa forma, segundo o artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de Resultado Primário ou Nominal, estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Conforme descrito no Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF – 12ª edição, o demonstrativo conterá a apuração do Resultado Primário e do Resultado Nominal, por meio das metodologias “acima da linha” e “abaixo da linha”.

A metodologia “acima da linha” apura os valores das receitas e despesas primárias, discriminadas em correntes e de capital, o resultado primário acima da linha, a discriminação da meta de Resultado Primário estabelecida no Anexo de Metas Fiscais, o saldo de exercícios anteriores, a reserva orçamentária do RPPS, os juros e encargos ativos e passivos, o Resultado

Nominal acima da linha, e a discriminação da meta de Resultado Nominal estabelecida no Anexo de Metas Fiscais.

A metodologia “abaixo da linha” contém valores do cálculo da dívida consolidada, das deduções e da dívida consolidada líquida, o resultado nominal abaixo da linha, o valor relativo aos ajustes metodológicos (quais sejam, a variação do saldo de restos a pagar processados, Receita de Alienação de Investimentos Permanentes, Passivos Reconhecidos na Dívida Consolidada, Variação Cambial, Pagamento de Precatórios Integrantes da Dívida Consolidada e Outros Ajustes), o Resultado Nominal ajustado – abaixo da linha, os juros ativos e passivos, e o resultado primário – abaixo da linha.

A forma de apresentação dos Resultados Primário e Nominal são convergentes, ou seja, os resultados com sinal positivo, tanto para o resultado primário quanto para o resultado nominal, serão considerados superavit e o sinal negativo será considerado deficit.

Para fins de avaliação do cumprimento das metas de Resultados Primário e Nominal no exercício de 2022, foram considerados os valores do Resultado Primário e Nominal calculados pelo método “acima da linha”, em conformidade com a 12ª edição Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF.

Resultado Primário

O Resultado Primário é obtido a partir do cotejo entre receitas e despesas orçamentárias de um dado período que impactam efetivamente a dívida estatal. Pode ser entendido, então, como o esforço fiscal direcionado à diminuição do estoque da dívida pública. De acordo com a 12ª edição do MDF, válida para o exercício de 2022, para fins de apuração do Resultado Primário, as receitas e as despesas intraorçamentárias não deverão ser incluídas no cálculo das receitas e das despesas primárias respectivamente.

Na apuração, superavits primários representam aumentos de disponibilidades de caixa, os quais são deduzidos da dívida consolidada para fins do cálculo da dívida consolidada líquida. Em contrapartida, deficits primários têm como consequência a diminuição das disponibilidades de caixa em um período de apuração e a consequente diminuição do montante a ser deduzido da Dívida Consolidada para fins do cálculo da Dívida Consolidada Líquida.

A meta do Resultado Primário para o exercício de 2022, estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei Municipal nº 17.595/2021) foi de R\$ 1.338,0 milhões negativos. Ao final do exercício, o resultado primário obtido pelo critério “acima da linha”, que representa a diferença entre as receitas primárias totais realizadas e as despesas primárias totais pagas foi

de R\$ 4.866,1 milhões, superando a meta estabelecida para o exercício em R\$ 6.204,1 milhões, conforme demonstrado a seguir:

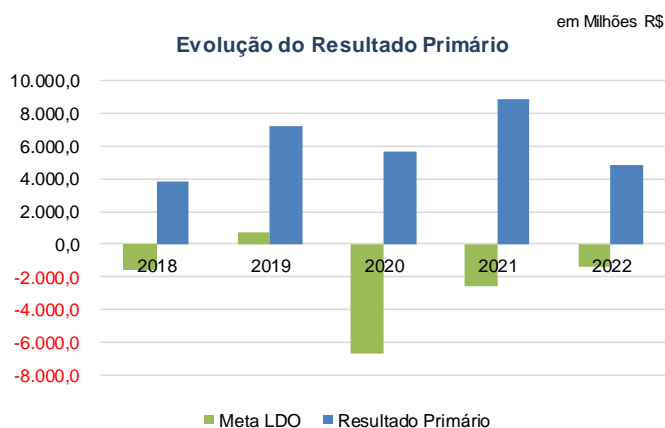
(em Milhões R\$)			
Especificação	Receitas Primárias	Despesas Primárias	Resultado Primário
Correntes	R\$ 77.712,60	-R\$ 71.453,50	R\$ 6.259,10
Capital	R\$ 3.684,50	-R\$ 5.077,50	-R\$ 1.393,00
Total	R\$ 81.397,10	-R\$ 76.531,00	R\$ 4.866,10

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda - SF

No demonstrativo a seguir, observa-se o comportamento do Resultado Primário dos últimos anos em relação às metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias:

Ano	Meta LDO (a)	Resultado Primário (b)	Diferença c = b - a
2018	(1.564,40)	3.806,10	5.370,5
2019	765,20	7.226,80	6.461,6
2020	(6.726,40)	5.636,10	12.362,5
2021	(2.574,50)	8.895,70	11.470,2
2022	(1.338,00)	4.866,10	6.204,1

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda - SF



Resultado Nominal

O resultado nominal representa a variação da Dívida Consolidada Líquida em dado período e pode ser obtido a partir do resultado primário por meio da soma da conta de juros (juros ativos menos juros passivos). A dívida consolidada líquida corresponde ao saldo da dívida consolidada, deduzidas as disponibilidades de caixa e os demais haveres financeiros.

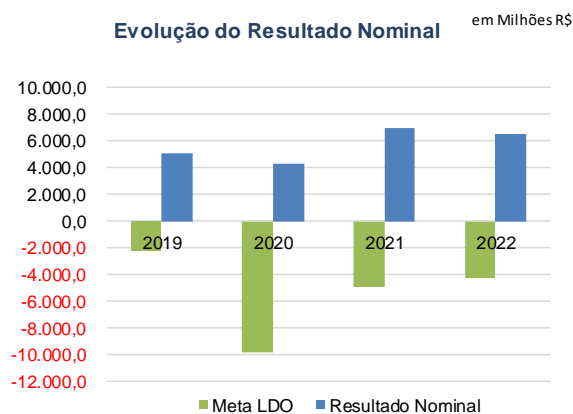
A partir do exercício de 2019, a meta do resultado nominal passou a ser definida e acompanhada pela metodologia Acima da Linha e, quando da avaliação do exercício, comparada com o valor apurado no Resultado Nominal Acima da Linha.

A meta do Resultado Nominal para o exercício de 2022, estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei Municipal nº 17.595/2021), foi de R\$ 4.253,6 milhões negativos. Ao final do exercício, o Resultado Nominal obtido pelo critério “acima da linha” foi de R\$ 6.489,8 milhões, indicando que houve uma diminuição da Dívida Consolidada Líquida, superando a meta para o exercício em R\$ 10.743,4 milhões.

No demonstrativo a seguir, observa-se o comportamento do resultado nominal dos últimos anos em relação às metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias:

Ano	Meta LDO (a)	Resultado Nominal (b)	Diferença c = b - a
2018	(4.347,9)	2.655,4	7.003,3
2019	(2.296,3)	5.079,2	7.375,5
2020	(9.896,2)	4.319,6	14.215,8
2021	(4.902,7)	6.964,4	11.867,1
2022	(4.253,6)	6.489,8	10.743,4

Obs.: A partir do exercício de 2019, a avaliação da meta passou para a metodologia acima da linha.
Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda - SF



Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

O Demonstrativo apresenta os recursos públicos destinados à educação, provenientes da receita resultante de impostos e das receitas vinculadas ao ensino, as despesas com a MDE por vinculação de receita, os acréscimos ou decréscimos nas transferências do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, o cumprimento dos limites constitucionais e outras informações para controle financeiro.

A apresentação deste demonstrativo está prevista no ordenamento jurídico. O art. 72 da Lei nº 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, e alterações, prevê a publicação nos relatórios expressos na Constituição Federal. O art. 165 da Constituição determina a publicação até trinta dias após o encerramento de cada bimestre do Relatório Resumido da Execução Orçamentária. Adicionalmente, o art. 52 da LRF, reafirma o prazo de publicação e informa a sua abrangência.

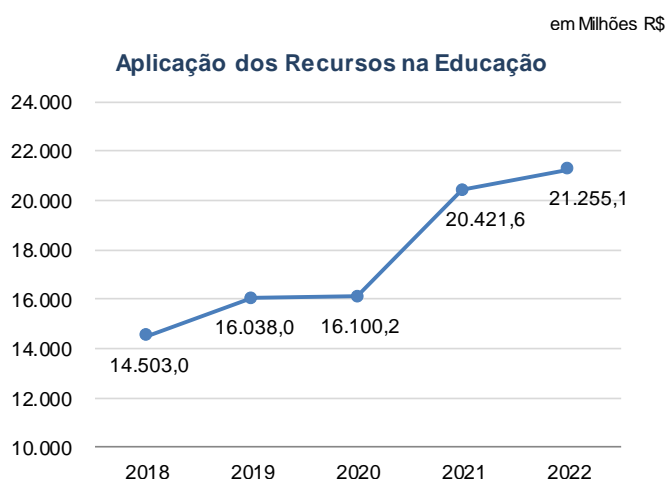
O art. 212 da Constituição Federal estabelece aos Municípios a aplicação mínima de 25% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino. Entretanto, de acordo com o art. 208 da Lei Orgânica, o Município de São Paulo aplicará, anualmente, no mínimo 31% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental, da educação infantil e inclusiva. Porém, com a publicação da Lei nº 16.271/2015, que aprovou o Plano Municipal de Educação de São Paulo, em seu anexo único, ampliou o percentual mínimo de 31% para 33%.

Em 2022, a despesa empenhada na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e Educação Inclusiva totalizaram R\$ 21.255,1 milhões, representando 34,74% do total das receitas arrecadadas de impostos e transferências, e, nos últimos anos, apresentou a seguinte evolução:

Ano	Aplicação dos Recursos na Educação	% Gasto Educação
2018	R\$ 14.503,0	36,85%
2019	R\$ 16.038,0	36,38%
2020	R\$ 16.100,2	35,36%
2021 *	R\$ 20.421,6	36,52%
2022	R\$ 21.255,1	34,74%

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda - SF

* Demonstrativo de 2021 republicado no DOC em 15/02/2022, tendo seu percentual ajustado de 35,23% para 36,52%



Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde

O Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde – ASPS integra o RREO em cumprimento ao art. 35 da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, o qual determina que as receitas correntes e as despesas com ações e serviços públicos de saúde serão apuradas e publicadas em demonstrativo próprio que acompanhará o relatório de que trata o § 3º do art. 165 da Constituição Federal.

O Demonstrativo tem por finalidade dar transparência e comprovar o cumprimento da aplicação dos recursos mínimos nas ações e serviços públicos de saúde conforme estabelece os artigos 5º a 11 da LC nº 141/2012, bem como apresentar informações para fins de controle pelo governo e pela sociedade.

As despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS) realizadas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios deverão ser financiadas com recursos movimentados por meio dos respectivos fundos de saúde. Inclusive o repasse da parcela dos recursos de impostos e transferências constitucionais que os entes da federação devem aplicar em ASPS será feito diretamente ao respectivo Fundo de Saúde e, no caso da União, também às demais unidades orçamentárias do Ministério da Saúde.

Em 2022, a despesa realizada com ações e serviços públicos de saúde atingiu o montante de R\$ 14.550,5 milhões, representando 23,80% do total das receitas correntes nos termos da LC nº 141/2012, que prevê uma despesa mínima de 15% das receitas arrecadadas, demonstrando que o percentual gasto atende e supera o dispositivo constitucional, conforme pode ser observado no demonstrativo a seguir:

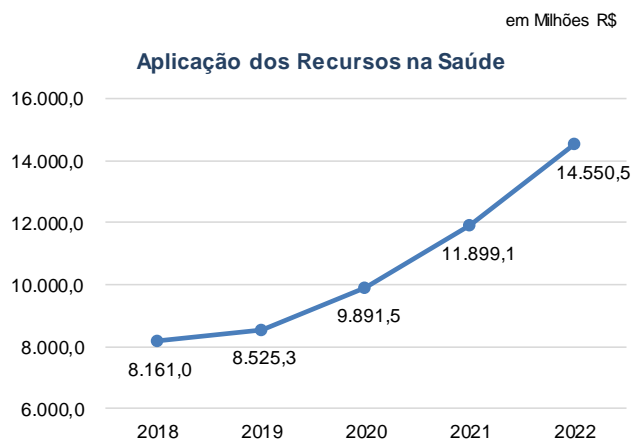
Aplicação de Recursos na Saúde	Valor
Receitas	R\$ 61.130.331.569,80
Receita de Impostos	R\$ 47.145.828.697,05
Receita de Transferências Constitucionais e Legais	R\$ 13.984.502.872,75
Despesas	R\$ 14.550.500.211,74
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS)	R\$ 14.550.500.211,74
Percentual de Aplicação (Despesas / Receitas)	23,80%

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda - SF

A seguir, os valores e percentuais da aplicação de recursos na Saúde nos últimos cinco anos:

Ano	Aplicação dos Recursos na Saúde	% Gasto Saúde
2018	8.161,0	20,75%
2019	8.525,3	19,37%
2020	9.891,5	21,79%
2021	11.899,1	21,29%
2022	14.550,5	23,80%

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda - SF



Demonstrativo da Despesa com Pessoal

O Demonstrativo da Despesa com Pessoal é parte integrante do Relatório de Gestão Fiscal – RGF e visa à transparência da despesa com pessoal de cada um dos Poderes e órgãos com autonomia administrativa, orçamentária e financeira, conferida na forma da Constituição, quanto à adequação aos limites de que trata a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF. Deverá ser elaborado pelos Poderes e órgãos com poder de autogoverno, tais como o Poder Executivo, os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, o Tribunal de Contas e o Ministério Público.

A despesa total com pessoal compreende o somatório dos gastos com servidores ativos, inativos e pensionistas, deduzidos alguns itens exaustivamente explicitados pela própria LRF, não cabendo interpretações que extrapolem os dispositivos legais. Na esfera municipal, a despesa total com pessoal não poderá exceder o limite de 60% a ser aplicado sobre a receita corrente líquida, sendo 54% para o Executivo e 6% para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver.

Em 2022, a despesa com pessoal consolidada realizada foi de R\$ 23.779,4 milhões, o que representou 30,2% da RCL. Este percentual congrega 29,9% do Poder Executivo e 1,2% do Poder Legislativo, sendo que esses percentuais estão abaixo dos 60% do Limite Legal e dos 57% do Limite Prudencial, estabelecidos pela LRF.

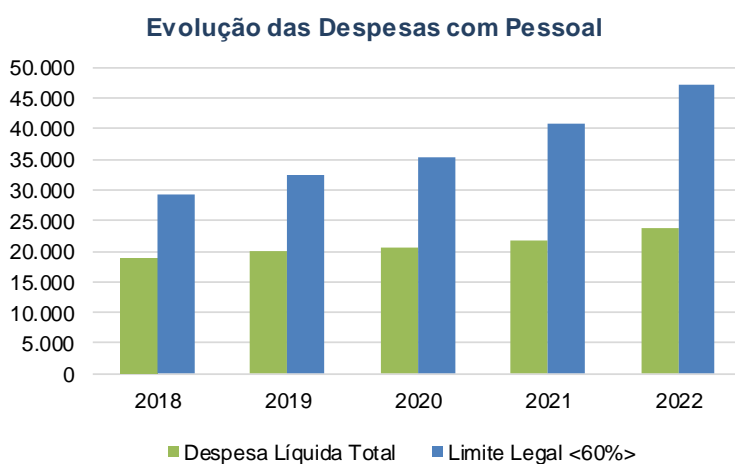
em Milhões R\$

Despesa com Pessoal	2018	2019	2020	2021	2022
Poder Executivo (a)	18.026,0	19.154,2	19.761,6	20.895,9	22.821,1
Poder Legislativo (b)	754,6	772,3	778,7	778,8	958,3
Despesa Líquida Total (c) = (a+b)	18.780,6	19.926,5	20.540,3	21.674,7	23.779,4
Receita Corrente Líquida (d)	48.830,4	54.166,9	58.844,3	68.251,1	78.684,8
% Gasto com Pessoal (e) = (c/d)	38,5	36,8	34,9	31,8	30,2
Limite Legal <60%>	29.298,2	32.500,2	35.306,6	40.950,7	47.210,9
Limite Prudencial<95%> do limite legal	27.833,3	30.875,2	33.541,3	38.903,1	44.850,3

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda - SF

Ano	Despesa Líquida Total	Limite Legal <60%>
2018	18.780,6	29.298,2
2019	19.926,5	32.500,2
2020	20.540,3	35.306,6
2021	21.674,7	40.950,7
2022	23.779,4	47.210,9

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda - SF



Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar

O Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa apresenta informações sobre a disponibilidade de caixa bruta, as obrigações financeiras e a disponibilidade de caixa líquida para cada recurso vinculado, bem como dos não vinculados. O objetivo do demonstrativo é dar transparência ao montante disponível para fins da inscrição em Restos a Pagar de despesas não liquidadas.

Para o exercício de 2022, a Disponibilidade de Caixa Líquida (Disponibilidade de Caixa Bruta menos as Obrigações Financeiras) totalizou o montante de R\$ 31.465,6 milhões. Após a inscrição dos Restos a Pagar não Processados, a Disponibilidade de Caixa restante foi de R\$ 17.746,6 milhões.

Destinação de Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta	Obrigações Financeiras	Disponibilidade de Caixa Líquida (ANTES da inscrição em RPNP)	RPNP do Exercício	Disponibilidade de Caixa Líquida (APÓS a inscrição em RPNP)
Recursos Não Vinculados	R\$ 16.894.195.728	R\$ 3.661.327.127	R\$ 13.232.868.601	R\$ 7.882.990.819	R\$ 5.349.877.782
Recursos Vinculados	R\$ 14.571.355.523	R\$ 265.990.177	R\$ 14.305.365.345	R\$ 1.908.600.788	R\$ 12.396.764.557
Total	R\$ 31.465.551.251	R\$ 3.927.317.305	R\$ 27.538.233.946	R\$ 9.791.591.607	R\$ 17.746.642.339

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda - SF

Nas Obrigações Financeiras estão contemplados os valores de R\$ 745,3 milhões referentes a Créditos de Levantamentos Judiciais, que somente serão reconhecidos como Receita

Orçamentária após a identificação por parte da PGM/SMJ, conforme Nota Técnica Conjunta SF/DECON/DEFIN nº 01, de 29/02/2016.

Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

O Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal visa facilitar o acompanhamento e a verificação de suas informações para fins de transparência e deverá ser elaborado pelo Poder Executivo, em todos os quadrimestres, e pelos Poderes Legislativo e Judiciário e pelo Ministério Público, somente no último quadrimestre.

A elaboração deste demonstrativo far-se-á mediante a extração das informações dos seguintes demonstrativos: da Despesa com Pessoal; da Dívida Consolidada Líquida; das Garantias e Contragarantias de Valores; das Operações de Crédito e dos Restos a Pagar.

Segue o Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal Consolidado referente ao 3º Quadrimestre/2022:

MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - CONSOLIDADO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2022

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE/SEMESTRE	
Receita Corrente líquida			78.722.612.372,98
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento			78.684.857.692,98
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal			78.684.857.692,98
DESPESA COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP		23.779.420.148,96	30,22%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 60%		47.210.914.615,79	60,00%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 57%		44.850.368.885,00	57,00%
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 54%		42.489.823.154,21	54,00%
DÍVIDA CONSOLIDADA		VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE DE REFERÊNCIA	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Dívida Consolidada Líquida		(8.506.176.926,88)	-10,81%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		94.421.829.231,58	120,00%
GARANTIAS DE VALORES		VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE DE REFERÊNCIA	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Total das Garantias Concedidas		-	0,00%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		17.310.668.692,46	22,00%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Operações de Crédito Internas e Externas		93.342.000,00	0,12%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		12.589.577.230,88	16,00%
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		-	0,00%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		5.507.940.038,51	7,00%
RESTOS A PAGAR		RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total		9.791.591.606,99	17.746.642.339,32

Fonte: SOF (RGF - Demonstrativos da Dívida Consolidada, das Operações de Crédito, das Garantias e Contragarantias e das Despesas com Pessoal)

Nota:

- Despesa total com pessoal referente ao Poder Executivo, conforme art. 54, combinado com o art. 55, parágrafo 1º da LRF;
- Ações Corretivas: Ações previstas na Lei nº 17.595, de 10/08/2021 (LDO para o exercício de 2022);
- No período de janeiro a dezembro/2022 houve ingresso de recursos oriundos das seguintes Operações de Crédito Internas excetuadas do limite para contratação, no momento da análise realizada pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001: a) R\$ 10.000.000,00 em Maio/2022 referentes a Operação de Crédito do Programa 2ª fase/2ª etapa do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros (PNAFM);
- No período de janeiro a dezembro/2022 houve ingresso de recursos oriundos de Operações de Crédito Externa, consideradas no limite para contratação, no momento da análise realizada pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN: a) US\$ 5.200.000,00 em agosto/2022, equivalente a R\$ 26.915.200,00 com a taxa de internalização do Dólar de R\$ 5,1760 e US\$ 12.400.000,00 em novembro/2022, equivalente a R\$ 66.426.800,00 com a taxa de internalização do Dólar de R\$ 5,3570 referentes a Operação de Crédito do Programa Avanço Saúde (Lei Municipal nº 16.757/2017);
- Para fins de contratação de operações de crédito, verificadas pela STN/COPEM segundo o Manual para Instrução de Pleitos, serão consideradas no cálculo do limite as operações que pressupõem ingressos financeiros, exceto as operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001;
- Na Consolidação estão agregados os dados do Poder Executivo e Legislativo: PMS/PGM, CMS/FECCMS, TCMS/FETCMS, COHAB/FMH, AMLURB/FMLU, IPREM, SFMS, AHM, HSPM, FTM, FUNDATEC, SPURBANISMO e SPTURIS.

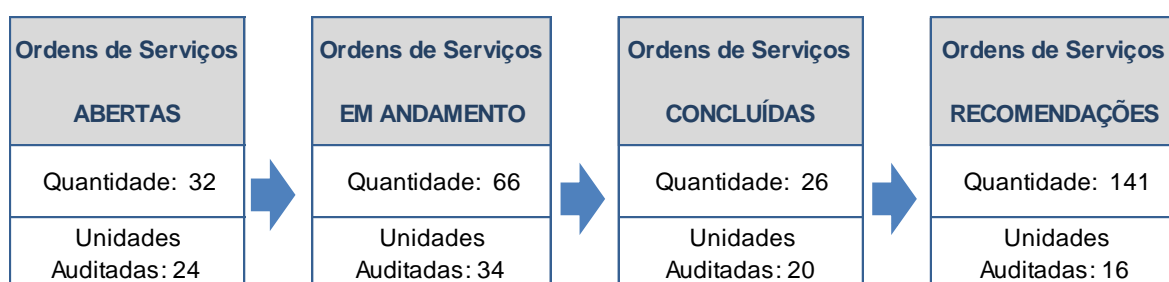
Controladoria Geral do Município - CGM

Principais dados apresentados pela CGM em 2022

Criada em maio de 2013 (Lei nº 15.764/2013), a Controladoria Geral do Município – CGM atua para prevenir e combater a corrupção na gestão municipal, garantir a defesa do patrimônio público, promover a transparência e a participação social e contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços públicos.

Para que seus objetivos sejam atingidos, a CGM é dividida em seis áreas de atuação: Coordenadoria de Auditoria Geral –AUDI, Coordenadoria de Promoção da Integridade –COPI, Corregedoria Geral do Município – CORR, Ouvidoria Geral do Município – OGM, Coordenadoria de Administração e Finanças – CAF e Coordenadoria de Defesa do Usuário do Serviço Público Municipal – CODUSP.

Com base no levantamento elaborado pela Coordenadoria de Auditoria Interna da Controladoria Geral do Município - AUDI, segue resumo quantitativo das auditorias iniciadas, em andamento e concluídas em 2022, bem como das recomendações expedidas no referido exercício:



Encontram-se publicados no sítio eletrônico da CGM, os Relatórios de Auditorias, Notas Técnicas e Notas de Monitoramento, referentes aos trabalhos concluídos em 2022, bem como, os trabalhos concluídos em exercícios anteriores. Tais publicações estão especificadas pelo número da ordem de serviço – OS, unidade auditada, período de realização e objeto de auditoria, através do link:

www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/controladoria_geral/relatorios/index.php?p=172575

Principais Resultados Alcançados no Exercício de 2022

Destaca-se a seguir os principais resultados alcançados pela Prefeitura de São Paulo no exercício de 2022:

Exercício 2022	Administração Direta	Administração Indireta	Consolidado
Resultado Orçamentário	R\$ 6.741.757.916	-R\$ 5.237.199.734	R\$ 1.504.558.183
Superavit Financeiro	R\$ 18.665.991.401	R\$ 1.240.823.596	R\$ 19.906.814.997
Resultado Primário	R\$ 16.652.601.813	-R\$ 11.786.535.626	R\$ 4.866.066.187
Resultado Patrimonial	R\$ 35.907.715.729	R\$ 51.192.120.850	R\$ 87.099.836.579
Resultado Financeiro	R\$ 7.163.614.826	R\$ 1.146.461.923	R\$ 8.310.076.748

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda - SF

Conclusão

Concluimos o presente Relatório, no qual procuramos abordar os aspectos significativos e relevantes das contas do Exercício de 2022, que foram registrados neste Balanço Geral do Município de São Paulo.

Encerramos, aqui, mais uma etapa, na certeza de que empenhamos nossos maiores esforços para atingir as metas as quais nos propusemos e, para finalizar, agradecemos a todos que direta ou indiretamente contribuíram para este trabalho.

É o que tínhamos a apresentar à Sociedade.

São Paulo, março de 2023.